



CÂMARA DOS
DEPUTADOS



TRIBUNA DAS

Mulheres

NOTAS TAQUIGRÁFICAS



Expediente

CÂMARA DOS DEPUTADOS
55ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Presidenta **Ana Perugini (PT/SP)**
1ª Vice-presidenta **Luizianne Lins (PT/CE)**
2ª Vice-presidenta **Laura Carneiro (DEM/RJ)**
3ª Vice-presidenta **Zenaide Maia (PHS/RN)**

TITULARES

Carmen Zanotto (PPS/SC)
Dâmina Pereira (PODE/MG)
Elcione Barbalho (MDB/PA)
Gorete Pereira (PR/CE)
Janete Capiberibe (PSB/AP)
Jô Moraes (PCdoB/MG)
Keiko Ota (PSB/SP)
Luana Costa (PSC/MA)
Maria Helena (MDB/RR)
Norma ayub (DEM/ES)
Raquel Muniz (PSD/MG)
Rosângela Gomes (PRB/RJ)
Vicentinho (PT/SP)
Yeda Crusius (PSDB/RS)

SUPLENTE

Benedita da Silva (PT/RJ)
Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO)
Christiane de Souza Yared (PR/PR)
Diego Garcia (PODE/PR)
Erika Kokay (PT/DF)
Flávia Morais (PDT/GO)
Flavinho (PSC/SP)
Jean Wyllys (PSOL/RJ)
Marcos Reategui (PSD/AP)
Professora Marcivania (PCdoB/AP)
Tia Eron (PRB/BA)

Assessores técnicos da CMULHER

Anne Martins de Paula
Marcel Eduardo Vieira Moraes
Marcelle Rodrigues Campello Cavalcanti
Marília Amora de Queiroz

Secretária-executiva: **Valéria Pessoa**
Proj. Gráfico e diagramação: **José Jance Marques**
Fotos: **Zeca Ribeiro**

Câmara dos Deputados

Anexo II – Pav Superior - Sala 150, Ala B
Praça dos Três Poderes - CEP: 70160-900
Brasília/DF
Telefones: (61) 3216-6961
E-mail: cmulher.decom@camara.leg.br

Índice

01.

APRESENTAÇÃO TRIBUNA DAS MULHERES

UMA OPORTUNIDADE PARA SERMOS
OUVINTES 02

02.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

– Myllena Calasans de Matos	04
– Hellen Cristhyan	14
– Jolúzia Batista	26
– Janaina Oliveira	40
– Prof. Gina Vieira Ponte	52
– Deise Benedetto	66
– Ieda Leal de Souza	80
– Laerzi Inês	90
– Aparecida Gonçalves	94
– Marcela Z. Ganzarolli Morais	102
– Jackeline Ferreira Romio	112

**TRIBUNA DA
MULHER** VOZ E VISIBILIDADE



Ouvir as mulheres foi e continua sendo a carência social para o entendimento dos gritos de socorro, das denúncias de violência e misoginia. Fóruns, debates, simpósios, grupos de estudos, entre outros coletivos, fomentaram ao longo da história, os avanços nas conquistas de defesa e proteção das mulheres no Brasil e no mundo.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) da Câmara Federal é um instrumento de visibilidade desta luta feminina. O Brasil ainda é um país onde somos vistas como coadjuvantes e, não, protagonistas no desenvolvimento das diferentes esferas da Nação. Para ampliar a visibilidade deste organismo criamos, ao ser eleita presidenta da comissão, a Tribuna da Mulher, resultante da atuação conjunta de todos que integram a comissão. Deputados e deputadas, funcionários e funcionárias concursados ou comissionados.

A Tribuna da Mulher presta-se a abrir espaço a história oprimida, uma referência a Paulo Freire de quem sou discípula. No púlpito, mulheres expressaram, denunciaram violações de seus direitos duramente conquistados e trocaram experiências vitoriosas e inspiradoras para que continuássemos irmanadas na luta.

Como defender sem antes ouvir os clamores, os estudos, as ativistas, as vítimas? São mulheres corajosas que optaram por fazer a diferença, mulheres que não necessitam de encorajamento, mas de espaço com credibilidade para expor seus

estudos, estatísticas, vivências, relatos e alertas. São elas quem realmente constroem a luta pela igualdade de gênero.

A Tribuna da Mulher firmou-se como iniciativa pioneira capaz de aproximar a Comissão das Mulheres da sociedade e dos movimentos de mulheres. Naturalmente pautas surgiram entre a Comissão e a sociedade.

A Tribuna da Mulher é uma honra para nossa atuação no Parlamento, uma política afirmativa em consonância com as competências da CMULHER, elencadas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Deputadas. A representatividade dos temas expostos na Tribuna é o legado deste trabalho parlamentar que continuará nas vozes femininas sob óticas dos direitos humanos, da segurança, dos direitos sexuais, da raça e etnia, do combate à violência e da educação anti-sexista e anti-racista.

Disponibilizamos para conhecimento de todas e todos o ciclo de debate que se estabeleceu no âmbito da CMULHER. Este documento retrata a riqueza dos assuntos abordados, um recorte da sociedade brasileira com toda a diversidade de reivindicações em favor de uma sociedade mais igual, justa e inclusiva.

Gratidão!

Aproveitem a leitura!

Ana Perugini

Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Myllena Calasans de Matos

feminista, advogada, especialista em direitos humanos e enfrentamento à violência contra as mulheres. Integrou o Consórcio de ONGs Feministas que elaborou o Antiprojeto da Lei Maria da Penha; e colaboradora do CLADEM-Brasil.

23 de maio de 2018

Escaneie o
QR CODE e assista
a apresentação





Myllena Calasans de Matos

PRESIDENTE

T. 41 3344-1111

Em nome do **CLADEM**, eu gostaria de agradecer o convite da Comissão. Gostaria também de agradecer às assessoras da Comissão o contato constante com as organizações da sociedade civil. Neste momento, é importantíssima a manutenção desse diálogo entre o Parlamento e a sociedade civil, especialmente com os movimentos de mulheres e movimentos feministas.

O CLADEM é uma organização de mulheres que existe há 30 anos e que está presente na América Latina e no Caribe. No Brasil, ele tem uma atuação constante na defesa dos direitos das mulheres e no acompanhamento de convenções internacionais, especialmente a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW e a Convenção de Belém do Pará.

O CLADEM atuou no caso Maria da Penha e propôs uma denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, logrando, com uma condenação do Brasil, a aprovação de uma proposta de lei para combater integralmente a violência doméstica e familiar e para produzir formas de reparação, tanto no âmbito simbólico como no âmbito remuneratório. O nome dado a essa legislação foi Lei Maria da Penha.

Atuamos com o consórcio de ONGs composto por CFEMEA, THEMIS, ADVOCACI, AGENDE e com juristas feministas colaboradoras. O CLADEM atuou na elaboração do anteprojeto da Lei Maria da Penha, que contou com a fabulosa e espetacular articulação da bancada feminina nesta Casa, para 12 anos depois as mulheres poderem contar com uma lei de combate à violência doméstica e familiar. A Lei Maria da Penha é um grande marco, após as conquistas que as mulheres conseguiram a partir da Constituição de 1988 e da mudança na legislação voltada às mulheres.

“A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes e o Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 devem ser tomados como marcos da atuação feminina

”

Eu trago algumas reflexões para a Comissão sobre as conquistas que conseguimos e os desafios que temos pela frente. Abordo também onde a Comissão poderia atuar para reforçar a nossa resistência, neste momento em que nos encontramos no cenário brasileiro.

Foi marcante a atuação das mulheres na Constituinte. Na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, foram pontuadas diversas reivindicações nas áreas do trabalho, do enfrentamento da violência, da igualdade dos direitos civis, da licença-maternidade e da aposentadoria diferenciada. Mais de 90% dessas reivindicações foram incluídas na Constituição de 1988, com destaque para o art. 5º, inciso I, que estabelece que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Até então, não tínhamos isso na legislação formal. Entretanto, ainda temos o desafio de transformar isso em realidade.

Na época, a atuação das organizações sociais e a mobilização das poucas Parlamentares da bancada feminina no Congresso Nacional constituíram o chamado “Lobby do Batom”, que envolveu diversos recortes de mulheres: mulheres indígenas, mulheres negras, mulheres brancas, trabalhadoras domésticas, prostitutas, donas de casa, mulheres de classe média. Passados 30 anos, essas conquistas não podem ser esquecidas e devem ser tomadas sempre como marcos. A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes e o Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 devem ser tomados como marcos da atuação feminina. Temos que fazer essa reflexão para sabermos onde estamos e para aonde iremos na conquista e na manutenção dos direitos das mulheres.

Esse arcabouço legal conquistado nos últimos 30 anos e os pleitos que foram transformados em políticas públicas, consagrados no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, encontram-se hoje ameaçados, seja pela falta de recursos orçamentários, que se perdem a todo o momento, seja pela aprovação da emenda constitucional que congelou os gastos na área social, na educação e na saúde. Isso atingiu sobremaneira a vida das mulheres,

porque elas ainda são as responsáveis pelo cuidado com as crianças. Então, menos escola, menos creche, menos educação infantil tem um impacto na vida dessas mulheres, que vão ter o trabalho dobrado e que não terão acesso ao mercado de trabalho em condições iguais às dos homens.

Outro impacto é a reforma trabalhista, que está colocando as mulheres na informalidade no mercado de trabalho, com menos condições ainda. Se antes da reforma nós não tínhamos alcançado postos de igualdade e a nossa remuneração era menor, mesmo com as conquistas presentes tanto na Constituição quanto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, após essa reforma a nossa situação está ainda pior.

Esse cenário de perda de direitos é drástico. Acredito que ele seja até orquestrado como forma de resistência dos setores fundamentalistas e conservadores para retirar os direitos que as mulheres conquistaram nesse período, não só no Brasil, mas em todos os países da América Latina, do Caribe e até do resto do mundo, com o crescimento do número de mulheres quebrando o silêncio e denunciando violação dos seus direitos. É imprescindível a atuação do Parlamento para manter esses direitos, em consonância com a sociedade civil, especialmente as organizações feministas.

Nesse período de 30 anos, muitas foram as conquistas. O auge do enfrentamento da violência contra as mulheres foi a aprovação da Lei Maria da Penha e da lei de combate ao feminicídio. Até a criação dessas leis, o Parlamento teve uma atuação bastante significativa, tendo aprovado quase cem leis em defesa dos direitos das mulheres, em todos os âmbitos, na tentativa de implementar os dispositivos conquistados na Constituição. Além disso, teve uma atuação premente, com a alocação de recursos orçamentários para as políticas públicas voltadas às mulheres.

Hoje, o cenário é adverso, e isso faz necessária a nossa atuação para manter as conquistas da década de 1990, na Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos; na Conferência de Viena, que trouxe os conceitos de que sem as mulheres os direitos não são humanos e de que uma

vida sem violência é um direito das mulheres; na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, conhecida como Conferência do Cairo; na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, que destacou o conceito de gênero, a necessidade de formulação de políticas públicas para defesa dos direitos das mulheres e a autonomia do poder de decisão na interrupção de uma gravidez indesejada; e na Conferência de Durban, que teve a atuação da bancada feminina e dos movimentos sociais. Todas essas conquistas no âmbito internacional repercutiram no âmbito nacional e foram traduzidas em legislação ordinária, como a Lei Maria da Penha, e em políticas públicas.

“ O auge do enfrentamento da violência contra as mulheres foi a aprovação da Lei Maria da Penha e da lei de combate ao feminicídio. ”

É necessário retomar isso, para que não se ache que não tínhamos nada. Temos a necessidade de resgatar isso, principalmente para a nova geração. A licença maternidade de 120 dias, a lei de combate ao racismo e a Lei Maria da Penha devem-se à atuação de várias mulheres. Se hoje é fácil às mulheres obterem o divórcio e se separarem sem sofrer discriminação, isso se deve a muitas mulheres que passaram por uma via-crúcis para conquistar todos esses direitos.

A Lei Complementar nº 150, de 2015, que resguarda o direito das mulheres trabalhadoras domésticas, é o resultado de mais de 80 anos de luta de mulheres. A equiparação das trabalhadoras domésticas com os demais trabalhadores só ocorreu em 2015, mas ela se deve a Laudelina de Campos, que em 1920, em São Paulo, criou a primeira associação de trabalhadoras domésticas. Isso constituiu uma importante resistência naquela ambiência de discriminação total em relação à população negra, em relação às mulheres que não tinham acesso à educação, à saúde e ao mercado de trabalho.

“ A licença maternidade de 120 dias, a lei de combate ao racismo e a Lei Maria da Penha devem-se à atuação de várias mulheres. ”

Deve ser um compromisso das Parlamentares a defesa dessa legislação aqui dentro, para que os impactos da reforma trabalhista não alcancem as trabalhadoras domésticas, porque só em 2015 essas mulheres tiveram o reconhecimento de uma jornada de trabalho.

Esse direito básico, que foi conquistado pelos trabalhadores no fim do século XIX e no início do século XX, só lhes foi reconhecido no século XXI.

Em relação aos novos desafios em termos dos direitos das mulheres, um debate recente, mas que está em visibilidade, é sobre a proteção das mulheres no ambiente da família. Depois de 2002, com o novo Código Civil, as mulheres conquistaram a igualdade de gênero em relação a direitos, que já estava prevista na Constituição. Mas hoje existe um contra-ataque a essa conquista de direitos, caracterizado pelo instituto da alienação parental e pela guarda compartilhada obrigatória em contextos de violência doméstica. Isso tem sido muito penoso para as mulheres que enfrentam essa realidade quando seus filhos lhes são retirados após denúncia de violência doméstica, ou quando seus filhos lhes são retirados após denúncia de terem sido vítimas de abuso sexual. Devido à forma de atuação dos pais ou responsáveis por essas crianças, as mulheres acabam respondendo a processo por prática de alienação parental ou por uso indevido da Lei Maria da Penha.

O Projeto de Lei nº 4.488, de 2016, que está nesta Casa, criminaliza a alienação parental e a penaliza da mesma forma que se penaliza o agressor de uma mulher vítima de violência doméstica. Então, é imperioso que isso seja discutido aqui, para que não se deixe passar uma legislação como esta, que é um verdadeiro ataque a todas as conquistas que as mulheres tiveram, com a Lei do Divórcio, há 40 anos, com a Constituição Federal e com a modificação do Código Civil, em consequência da atuação das mulheres das décadas

de 1960, 1970 e 1980. Então, será um verdadeiro ataque aos direitos das mulheres caso a alienação parental venha a se tornar crime, porque as mulheres responderão a processo criminal. Isso já acontece com mais de 4 mil mulheres, que estão passando por essa via-crúcis judicial e respondendo a processo por prática de alienação parental, com situações muito drásticas de denúncias de violação de direitos.

Há necessidade não só de discutir a pertinência do conceito de alienação parental, mas também de estabelecer formas de acabar com a obrigatoriedade da guarda compartilhada quando houver um histórico de violência doméstica dentro da família. Esse seria um dos desafios.

Neste ano de eleições, inclusive para a Presidência da República, outro desafio é retomar a discussão sobre o aumento da presença das mulheres nos espaços poder. Existe um teto de vidro que impede as mulheres de alcançar cargos de chefias e de estarem presentes em maior número no Parlamento. Aqui, a proporção de mulheres está abaixo de 10% em relação aos homens, há uma presença baixíssima de mulheres. Se formos fazer o recorte da presença de mulheres negras e de mulheres indígenas, essa proporção é ainda menor.

Eu quero parabenizar as Parlamentares por terem se empenhado ontem para conquistar tempo de propaganda e acesso proporcional aos fundos, nos partidos que cumpriram a meta dos 30% de mulheres candidatas, no mínimo. (Palmas.) Até isso está sendo ameaçado, porque querem reduzir para 10%. Se ainda não se chegou aos 30% com essa legislação, imaginem se a proporção for reduzida ou não for obrigatória! Há muitos desafios nesse contexto todo.

Em relação ao conceito de gênero, a igualdade de direitos entre homens e mulheres está inscrita no âmbito formal. Entretanto, a cada dia são apresentados projetos de lei e são realizadas ações pela sociedade brasileira — isso ocorre também no resto da América Latina — para acabar com essa conquista. É como se o conceito de gênero fosse uma ameaça à família, e isso estaria fundamentado

nessa tal ideologia de gênero. Não se pode discutir nada, estão querendo amordaçar os professores na formação de nossas crianças e de nossos jovens. Esse obstáculo faz necessário empreendermos resistência ao retrocesso, porque é importante que todas essas conquistas continuem no âmbito formal e que esses direitos não sejam retirados.

Por último, eu gostaria de salientar um tema que já foi discutido aqui na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher: o casamento de meninas. O Brasil tem índices altos de casamento e de gravidez na adolescência, segundo um estudo feito pelo CLADEM. A gravidez de uma menina de 11 anos ou de 12 anos, na verdade, assemelha-se a um ato de tortura ou a um crime de maus-tratos, porque essa menina corre risco de vida. Ela vai deixar de frequentar a escola para cuidar de uma criança. Então, há a retirada de sua infância e do início da sua adolescência. Em vez de brincar com corda, essa criança de 10 anos vai ver o corte de um cordão umbilical, muitas vezes até sem saber o que é isso. Há denúncias de partos que se dão sem que a criança sequer saiba o que está acontecendo com o seu próprio corpo. São frutos da violação de sua sexualidade, frutos de um estupro. É importante colocar esse tema como prioridade na pauta. É claro que enfrentamos todo um contexto cultural a ser discutido, que o tema é complexo, mas é necessário haver o enfrentamento.

Há necessidade também de nos concentrarmos na implementação da Lei Maria da Penha, que é uma conquista das mulheres brasileiras, pois ela ainda não foi implementada em sua totalidade. Falta olhar para o que está previsto na lei em relação às políticas preventivas, educativas e de assistência social.

No âmbito do Poder Judiciário, especialmente, é preciso efetivar o que está previsto na lei, que é a competência civil e penal. Isso facilitaria muito a vida das mulheres que hoje passam pela vara criminal e ainda têm que contar toda a história para duas ou três varas de família. A lei precisa ter atenção nesse sentido. Por quê? O Poder Judiciário desenvolve práticas como a justiça restaurativa e a constelação familiar, que vêm de cima para baixo e são aplicadas.

Nesse contexto da justiça restaurativa, as mulheres às vezes têm que pedir perdão para seus agressores. A lei tem outros mecanismos e outras propostas que não foram implementadas e que poderiam dar uma resposta melhor para enfrentar a violência doméstica.

Quando essa legislação foi elaborada, esta Casa foi a mais de dez Estados realizar audiências públicas e ouvir as mulheres, e essas propostas foram ouvidas e trazidas para a lei. O projeto foi oriundo de propostas das organizações da sociedade civil, das organizações feministas. Também foram ouvidos o Ministério Público e a Defensoria Pública. Hoje, a lei está sendo implementada de outra forma, sem ouvir nenhum desses setores, especialmente as organizações e as mulheres, que são usuárias desse serviço.

Então, uma sugestão para a Comissão é viabilizar o diálogo entre as organizações da sociedade civil e o Conselho Nacional de Justiça, que é um impulsor da implementação da Lei Maria da Penha. Isso é importante principalmente nesse cenário em que a Secretaria de Políticas para as Mulheres perdeu seu status no Poder Executivo Federal.

Se me perguntarem onde se encontra hoje a Secretaria de Políticas para as Mulheres, não sei informar. Sei muito menos que tipo de ações essa Secretaria continua desenvolvendo, quanto recurso ela tem e onde esse recurso está sendo aplicado.

É importante que o Parlamento possa ser uma ponte para o diálogo entre a sociedade civil, o Conselho Nacional de Justiça, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público. Precisamos discutir com essas instituições as saídas para implementar a Lei Maria da Penha, que é uma conquista tanto das mulheres quanto do Parlamento.

“ É importante que o Parlamento possa ser uma ponte para o diálogo entre a sociedade civil, o Conselho Nacional de Justiça, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público. ”

Hellen Cristhyan

Tem 27 anos, constrói sua jornada como feminista periférica se debruçando sobre as questões de gêneros e culturas. Hellen é estudante de pedagogia no IFB e segue construindo a pedagogia feminista antiproibicionista. É apresentadora do Fala Frida! - programa de webtv transmitida pela S2News, é integrante do Fórum de Mulheres do DF e Entorno, Conselheira de Cultura e Conselheira de Saúde na RA XIV do Distrito Federal.

29 de maio de 2018

Escaneie o
QR CODE e assista
a apresentação





HELLEN CRISTHYAN

Casa Frida - São Sebastião/DF

Associação de Mulheres em Defesa da Mulher

 **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Primero, quero agradecer o chamado, porque é de extrema importância esta Tribuna das Mulheres. Dessa forma, a sociedade civil tem o direito de entrar na Casa do Povo, aonde deveria ter livre acesso sempre, mas nos é negado o direito a voz. E este espaço aqui é de suma importância para que a gente possa trazer as nossas análises e mostrar como a gente está vendo a situação do País. Esta Comissão, ouvindo a voz das mulheres, pode atuar de fato em prol das mulheres do Brasil como um todo.

A crise que o Brasil e o mundo vivem hoje é fruto do patriarcado, da constituição das masculinidades, e a gente percebe isso quando observa quem são os donos do poder, que são sobretudo homens brancos, CIS, heterossexuais. Isso mostra a composição cultural da nossa sociedade, que tem números alarmantes, como o de que no Brasil e na Argentina 80% dos crimes são cometidos por homens e no México 90%.

Qual é a composição social que a gente está formando e como está se empoderando esta sociedade para uma convivência melhor do que a atual, que foi até então nada harmoniosa? Já dizia Beauvoir que ninguém nasce mulher; torna-se mulher. Por isso, acreditamos no movimento feminista que ninguém nasce machista; torna-se machista. E é por meio da cultura que a gente vê essa formação sendo feita.

Dados mostram que 12 mulheres foram assassinadas a cada 2 horas em 2016. Esse número continua alarmante em 2018, e apenas 15% dos casos foram notificados como feminicídio. Este ano houve 49 mil casos de estupro e a cada 2 segundos uma mulher foi violentada fisicamente no Brasil.

Esses dados fazem parte de várias apresentações, como as do INESC e OXFAM, por meio dos quais a gente pode ver que em janeiro 3 mil casos de violência contra as mulheres foram registrados no Distrito Federal. Isso não foi diferente do que aconteceu com Clésia Andrade, de São Sebastião, estudante do IFB, assim como eu, que foi assassinada pelas mãos de seu ex-companheiro, policial militar. Outra vítima foi Jessyka, assassinada no mês de maio na Ceilândia, de forma brutal, e a suspeita é de que o criminoso tenha sido o seu ex-companheiro, também policial militar.

Por que estou trazendo isso? Porque, quando a gente vai debater a questão de gênero e cultura, não pode deixar de falar

da conformação da sociedade e de como as mulheres são vistas dentro dela. Está colocado o papel da mulher, que é o de que deve ficar dentro de casa, porque nasceu para cuidar, e os trabalhos do cuidado não são remunerados. A maternidade é um desses papéis, os filhos ficam sob o cuidado da mãe. Não há um papel coletivo do pai e da mãe, das mães e dos pais. Também não há o papel coletivo da sociedade, onde todas nós deveríamos ser responsáveis pela criação dos filhos. Não se pode pensar na criança como uma propriedade privada — “Porque eu pari, é meu” —, mas como um ente da sociedade, pelo qual todos deveriam ter a sua parcela de responsabilidade.

“ A crise que o Brasil e o mundo vivem hoje é fruto do patriarcado, da constituição das masculinidades, e a gente percebe isso quando observa quem são os donos do poder, que são sobretudo homens brancos, CIS, heterossexuais. ”

Se nem o Estado tem a responsabilidade sobre as crianças, porque não há creche pública nem escola suficientes, não há arte, cultura e lazer, como a gente pode exigir da mãe esse papel exclusivo dos cuidados com o seu filho? Se ela não tem direito à saúde da mulher nem a uma saúde ambiental, porque a própria mãe natureza não é cuidada, qual é a capacidade dessa mulher de criar uma criança sozinha?

Outra conformação cultural colocada para a gente é o papel da esposa. A mulher tem que estar num papel de responsabilidade afetiva. Ela é programada culturalmente para aos 15 anos se vestir de tal forma, maquiarse, ficar apresentável, porque vai ser apresentada a uma série de homens. Parece que a gente está falando de séculos atrás, mas a gente está falando do Brasil atual, onde as mulheres são apresentadas de uma forma sexualizada para a sociedade. Segundo essa cultura, ela deve encontrar o par perfeito para casar, reproduzir-se e envelhecer de forma digna, porque a mulher só é digna de respeito se ela tiver sob o jugo de um homem.

Isso a gente vê em todos os espaços, inclusive neste

momento de desgoverno que apresenta esse papel. A primeira-dama é colocada nesse papel, é aquela moça padrão, branca, que sempre está vestida de forma extremamente comportada e virou até meme na Internet como a mulher bela, recatada e do lar.

Esse não é o papel das mulheres, esse não é o papel de gênero que deve ser apresentado pela sociedade. Existem várias conformações de gênero sobre as quais esta Comissão precisa se debruçar também. A gente precisa descobrir uma forma para que não se perpetue a violência contra as mulheres, pensando em quais são as conformações de gênero que há na sociedade.

As mulheres são tratadas sempre da mesma forma, porque nasceram com a genitália tida como feminina. Por isso ela é mulher. Isso está determinado biologicamente assim. A gente passa por essa situação, por ter na conformação biológica – sem qualquer estudo, é uma biologia aparente – a conformação de gênero sem respeito à diversidade.

Venho aqui falar sobre isso, porque esta Comissão está com o Estatuto do Nascituro e precisa se debruçar para identificar como as mulheres estão pensando sobre isso. Que pesquisa está sendo feita? Como essas políticas estão sendo propostas e aprovadas sem que sejam ouvidas as mulheres da sociedade?

Sei que vai haver uma audiência pública sobre esse tema. Por isso, eu aproveito para protestar para que as mulheres tenham direito de participar dessa Mesa; para pedir para que as mulheres da sociedade livremente possam se inscrever para ter o direito de ser escutada nessa audiência; e para que a gente possa falar também sobre os direitos das mulheres. A gente quer falar sobre o direito amplo e irrestrito do nascituro, inclusive do embrião, que está dentro do corpo da mulher que não tem sequer direito a um preventivo adequado e a um acompanhamento adequado no posto de saúde da família. A gente vê o caos em que está a saúde pública.

Aqui no Distrito Federal não está sendo diferente. As mulheres não têm um acompanhamento, não têm a prevenção de doenças sendo realizada de forma adequada. Muitas mulheres estão sem assistência à saúde e ainda lhes é negado o direito de escolher ser ou não mãe, o direito à maternidade. E a gente entra num estado compulsório de maternidade, em que todas as

mulheres são obrigadas a ser mãe, mesmo que não queiram, e esse papel acaba gerando esses números de violência que foram aqui citados. O número de mortalidade materna e o número de violência contra as mulheres vêm também em decorrência dessas questões da saúde e pela falta do direito de decidirem o que lhes é negado.

“ A Casa Frida, de onde eu venho, de cujo coletivo eu faço parte, é um ponto de cultura, é uma casa de acolhimento a mulheres. ”

A Casa Frida, de onde eu venho, de cujo coletivo eu faço parte, é um ponto de cultura, é uma casa de acolhimento a mulheres. Fica situada em São Sebastião e foi criada com base em toda essa análise de dados, porque a gente viu que o Estado não consegue chegar até a população como um todo para fazer o seu papel, inclusive o da criação de redes afetivas de cuidado e de autocuidado para essas mulheres.

Em São Sebastião o número de violência contra a mulher é alarmante, como é em várias cidades do Entorno do Distrito Federal. Até no Plano Piloto há muita violência. A Casa da Mulher Brasileira hoje está fechada, sem o apoio que deveria ter.

Quero propor que os dados oficiais sejam qualificados e quantificados quanto aos quesitos de violência contra as mulheres, como discriminação de gênero, de orientação sexual e de identidade racial. Precisamos pensar um monitoramento e uma avaliação efetiva das políticas para as mulheres.

O desmonte que está acontecendo em nível federal está atingindo as mulheres na ponta. Os dados não estão sendo publicizados, mas vemos que todos os dias um corpo é encontrado estendido no chão, sem direito inclusive a ser respeitosamente velado e sem que a morte seja identificada como feminicídio.

A Casa Frida se coloca à disposição tanto desta Comissão quanto do Distrito Federal. Durante seus 4 anos de existência, ela criou uma rede de apoio às mulheres, pensando em três dimensões – cuidado e autocuidado, mobilização social e produção e difusão culturais feitas para e pelas mulheres –, a fim de dar apoio integral a elas. Inclusive participamos do Conselho de Saúde, do Conselho

de Cultura, do Conselho de Juventude e do Conselho dos Direitos da Mulher.

É preciso empoderar a sociedade civil para monitorar e efetivar as políticas culturais. Como doula, produtora cultural e mulher bissexual venho fazer esse apelo.

Agradeço este espaço na tribuna dado às mulheres, que acho de extrema importância. Estamos vivendo uma crise. A greve dos caminhoneiros é sempre citada como “dos caminhoneiros”. Nunca se lembram “das caminhoneiras”. Existe a invisibilização das mulheres nos papéis que assumem na sociedade, que são diversos. Existem mulheres na mecânica, na ciência, na política. Por que não? Existem mulheres em todos os locais. Mas, a cada dia, até mesmo quando assumimos o microfone, somos rechaçadas, violentadas de várias formas. Por isso este espaço tem sido muito útil.

Agradeço mais uma vez que os espaços sejam fortificados e as mulheres possam sim ter seu espaço político entendido, reservado e protegido, para que possam lutar por uma sociedade igual e justa para um bem viver.

As identidades são características fundamentais na sociedade. Os homens do poder entenderam isso, a ponto de saquear a memória do nosso povo, o que pode ser percebido na história contada nos livros didáticos, nas brincadeiras feitas com as crianças, nas roupas – sempre rosa para menina e azul para o menino.

Essas coisas sutis do dia a dia fazem com que seja perpetuada na sociedade uma cultura que é inclusive a cultura do estupro. Os homens não se sentem empoderados para violentar, para estuprar as mulheres na rua simplesmente porque querem, porque sofrem de uma patologia ou algo do tipo. Isso não é patológico, é uma conformação social e cultural, algo reforçado através de comentários. “Se a mulher veste uma roupa curta é porque ela quer ser assediada.”

A nossa mestra poeta Cristiane Sobral foi violentada recentemente dentro de um transporte público. Esse caso está sem encaminhamento. O agressor inclusive disse: “Eles vão dizer que eu estou doente, vão me soltar e eu vou fazer isso novamente”. E foi o que aconteceu, ele foi solto.

O sistema carcerário é um motivador cultural para que os homens continuem violentando as mulheres. Este sistema punitivista que não pensa prevenção, que não pensa educação e cultura como motivadoras de outra formação

social faz com que permitamos o abuso do poder. É preciso que nesta que é a Casa do Povo pensemos em como costurar uma nova cultura política, uma nova cultura propositiva para que essa violência não continue acontecendo.

“Essas coisas sutis do dia a dia fazem com que seja perpetuada na sociedade uma cultura do estupro.”

Os detalhes se intensificam na sociedade desde os costumes. Por exemplo, essa questão das cores e a relação de gênero que existe nela, até a educação que se dá dentro de casa mesmo: “Feche a perna, menina! Não pode andar de perna aberta!” “Ah, não pode fazer isso!” E as meninas sempre têm que ser afetuosas, abraçar o tio que acabou de conhecer: “Você tem que fazer isso! Você tem que tratar dessa forma!” Mesmo no calor de 35 graus, como o de lá de Feira de Santana, minha terra, na Bahia, você não pode ficar sem blusa, jogando bola, e os meninos podem.

São essas diferenças que fazem com que as meninas internalizem: “Ah, eu não posso, porque esse é o meu papel”. E vão internalizando o seu papel. Culturalmente, vamos ensinando isso para elas.

E culturalmente vamos ensinando para os meninos que eles não podem chorar, não podem ter afetividade, não podem brincar de boneca. E quando não se pode brincar de boneca, não se aprendem os cuidados mínimos com um bebê. E isso se perpetua, quando estão adultos. Refiro-me à licença paterna. As mães não têm nem direito à licença maternidade quando estão em situação de trabalho, ao parir, mas os homens têm licença paterna eterna. Eles não são cobrados.

Inclusive, quando a mãe vai ao fórum requerer a regularização de visita, a própria Defensoria, a própria composição jurídica vai dizer que não pode obrigar o pai aos cuidados daquela criança. Mas a mãe, culturalmente, não pode escolher continuar no trabalho, ela não pode se desobrigar disso. É um papel dela, ela nasceu para isso.

E é através dessas conformações culturais que vamos perpetuando a violência, sobretudo, às mulheres.

Antes de vir para cá, eu estava conversando com a Joseane justamente sobre a violência obstétrica e como isso é um fator cultural. O que acontece quando as mulheres negras chegam ao hospital para parir, mesmo quando foram encaminhadas para uma cesárea por alguma questão científica, alguma questão detectada pela médica no pré-natal? A médica ou o médico que estiverem de plantão vão querer encaminhá-la para um parto normal, porque ela é uma mulher negra. A mulher negra tem o papel da mulher forte, que não precisa de anestesia: “Para que eu vou gastar insumos hospitalares com essa mulher que está acostumada com a dor, que sabe parir? Se ela deu, agora aguenta”. Peço perdão pelos termos, mas são estas as palavras que escutamos todo o tempo.

E lhes é negado também o direito ao parto normal, quando ela escolhe o parto normal. Esta é outra violência obstétrica que acontece, porque as mulheres, em hipótese alguma, podem fazer escolhas.

Quando o homem entra na cena do parto, muda toda a cultura do parto e do nascimento, que antes era baseada nas raizeiras, nas avós, nas doulas. As doulas eram as avós, as vizinhas, as mulheres negras da comunidade, que sabiam inclusive como regular o ciclo menstrual através das ervas e tinham o poder de decidir sobre quando parir ou quando não parir.

Hoje se tenta resgatar isso através das doulas, das raizeiras, das rezadeiras, das parteiras tradicionais, mas é uma luta cotidiana, até porque nos postos de Saúde da Família não existe um aconselhamento. Mesmo sendo uma orientação da OMS, não existe um aconselhamento para um pré-natal saudável e um acompanhamento mais afetivo e efetivo mesmo, que diga para as mulheres que elas têm o direito de escolher ter um parto normal, natural, que podem parir em casa, que podem parir na casa de parto e tudo o mais.

Aqui no Distrito Federal, temos uma única casa de parto, que fica situada em São Sebastião e está o tempo todo na iminência de ser fechada, porque os médicos não encaminham as mulheres para fazer o parto lá. As mulheres da própria comunidade não sabem que têm esse direito. “Ah, não, a ciência avançou para que as

mulheres não precisam passar pela dor!” Eu inclusive passei por uma situação dessas. Contudo, graças ao empoderamento criado pela Rede de Mulheres no Distrito Federal, consegui ter assegurado o meu parto natural na própria casa de parto.

Portanto, acho que a cultura influencia a violência através desses pequenos detalhes de conformação do imaginário social e do papel que é destinado às mulheres, às mulheres negras, às mulheres trans, às mulheres LBT e tudo o mais. É importante que pensemos a cultura como um papel mais amplo e que consigamos influenciar.

No Distrito Federal temos o Prêmio Equidade de Gênero na Cultura, uma importante aquisição das mulheres do Distrito Federal. A Casa Frida e eu fomos contempladas por esse prêmio no ano passado. Este ano, está aberto de novo.

Precisamos de um prêmio desses em âmbito nacional, para incentivarmos o empoderamento feminino na arte, na cultura, no lazer, para que elas se sintam pertencentes também a esse fazer e possam ir construindo, na micropolítica, outra forma de se pensar e de se viver nessa sociedade.

A Casa Frida é um ponto de cultura e uma casa de acolhimento a mulheres em situação de violência. Ela foi fundada em junho de 2014, então fará 4 anos de existência e resistência, daqui a 1 mês.

Temos no nome Frida menção tanto à Frida Kahlo, uma revolucionária multiartista mexicana que resgatava a cultura popular do seu povo, quanto a um acróstico das palavras que norteiam o nosso fazer cultural, político e social: feminismo, revolução, igualdade, diversidade e amor. Estas são as palavras norteadoras do que fazemos.

A Casa funciona 24 horas através de três pilares. Na dimensão do

“ A cultura influencia a violência através desses pequenos detalhes de conformação do imaginário social e do papel que é destinado às mulheres, às mulheres negras, às mulheres trans, às mulheres LBT ”

“A Casa Frida é um ponto de cultura e uma casa de acolhimento a mulheres em situação de violência.”

”

formativas, zines, mobilização de rua, participação em conselhos, no Fórum de Mulheres do DF e Entorno. Na dimensão da produção e difusão da arte e cultura de mulheres, temos oficinas artísticas, dança cigana, teatro negro, saraus mensais, oficinas de corte e costura, bordado, remodelação, uma série de coisas.

A Casa é 100% autogestionada, autônoma. É mantida por meio de bazares, de produtos artesanais que vendemos e de arrecadação mensal, que obtemos por meio da campanha chamada Todas por Frida, por meio da qual, individualmente ou através de coletivos e organizações feministas, nós arrecadamos.

A casa é alugada, não tem terreno próprio, porque não temos no nosso País a destinação de terrenos para centros culturais. Foi criada em São Sebastião, onde não temos cinema, teatro, museu, centro cultural, nenhum espaço cultural. O que temos é o parque de exposição, que é usado quase exclusivamente para rodeios e festas majoritariamente organizadas e apresentadas por homens. E há a pista de skate.

Enquanto jovens da cidade, nós nos reuníamos na pista de skate, meninas, mulheres, meninos e homens. Só que a pista de skate fica localizada na frente da delegacia e, quando queríamos falar sobre legalização da maconha, sobre desmilitarização da polícia, sobre a questão do aborto, da violência obstétrica e essas coisas que perpassam a vida da mulher periférica a todo o momento, recebíamos gás de pimenta na cara.

Chegou-se ao cúmulo de querermos organizar um campeonato de skate e termos isso negado pelo próprio delegado, na época. Então, decidimos: “Agora não dá mais! Vamos nos organizar e criar um instrumento nosso, feito por nós, para que a gente possa continuar os nossos debates e a nossa produção”. A

partir disso, foi criada a Casa Frida.

Hoje há também a Casa Dandara e a Casa Ipê, na Ceilândia, e outras casas de mulheres sendo organizadas. Estamos fortalecendo a rede de casas culturais autônomas. No Guará, há a Casa Pilastra e a Observatório Urbanus. Em cada canto estamos tentando fortalecer uma casa de cultura que possa ter um atendimento também voltado para as mulheres, para fortalecer a rede de mulheres locais.

Quero aproveitar para dizer que as mulheres estão lutando não para ser colocadas em um papel de poder como é o papel de poder dos homens. Nós não queremos um poder violento, agressivo, que é colocado na sociedade como um poder importante. As mulheres lutam para ter direitos iguais e para poderem viver livremente.

Essa masculinidade tóxica e essa agressividade que é colocada na masculinidade afetam inclusive os homens. Vemos, principalmente em cidades periféricas do Entorno do Plano Piloto, como São Sebastião, uma guerra de gangue, uma violência colocada e imposta principalmente pela guerra às drogas, que é um processo militaresco, mas também de afetividade e construção das masculinidades. Para um homem ser considerado homem de verdade: “Ah, esse sim é homem”, como se diz, ele precisa ter algum status social, alguma condição relevante de papel na sociedade. E quando é um homem pobre, sobretudo negro, ele só é importante se tiver uma arma na mão. Isso é colocado pelo poder branco e elitista da nossa sociedade.

Precisamos romper com isso, pois é possível uma masculinidade saudável, é possível a construção de outros gêneros e de outras composições sociais, onde a mulher não seja nem o troféu nem o alvo da violência.

Portanto, a nossa luta é para construir uma sociedade de bem viver e de bem estar, onde tenhamos direito à cidade, à nossa liberdade, onde possamos conviver harmoniosamente, independente de como nos afirmamos e nos apresentamos na sociedade. Nossa luta é mesmo por um mundo justo, igual, de paz, de afetividade, onde as coragens possam vir sem perder a ternura jamais.

Era isso que tinha a dizer.

Jolúzia Batista

socióloga e colaboradora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA). Participa da Articulação de Mulheres Brasileiras- AMB e membro do Fórum de Mulheres do DF e Entorno.

6 de junho de 2018

Escaneie o QR CODE e assista a apresentação





JOLÚZIA BATISTA
CFEMEA

 **CÂMARA DOS DEPUTADOS**



É uma alegria ocupar este espaço, nesta manhã. Eu estou bem feliz em comemorar meu aniversário assim, lutando. Aqui, travamos uma luta específica. Também reflete isso o lugar sobre o qual eu venho falar.

Quero saudar a Deputada Luizianne Lins e a Deputada Ana Perugini, que estão aqui.

É uma satisfação poder contribuir com os trabalhos da Comissão e participar deste momento importante de diálogo com os movimentos, de forma a apresentar as nossas pautas e fazer um diálogo horizontal, coerente. Esta é uma iniciativa importante neste momento de dificuldades que vivemos, com uma crise política sem precedentes e com riscos graves à nossa democracia.

Então, seguimos resistindo, fortalecendo os espaços institucionais de representação política, falando e celebrando a força e a importância deles. Acho que isso também é uma afirmação importante a fazer neste momento.

Eu quero pontuar algumas reflexões, falar de alguns problemas, de alguns riscos de retrocesso que nós mulheres brasileiras temos enfrentado nos últimos anos.

Falar desse cenário de extrema crise é também falar de tentativas de retrocesso a direitos conquistados a custo de muita luta, a custo da presença de movimentos de mulheres organizadas nas ruas deste País. Falar dessa tentativa de imposição, de uma moralidade mediada por princípios dogmáticos, religiosos, é algo que nos é muito caro, porque, na jovem democracia que vivemos, o princípio da laicidade deve ser defendido, dada a nossa formação sociopolítica e cultural.

Então, nós precisamos manter esse debate aceso e elucidar

“ Falar desse cenário de extrema crise é também falar de tentativas de retrocesso a direitos conquistados a custo de muita luta, a custo da presença de movimentos de mulheres organizadas nas ruas deste País. ”

os elementos do que seja a laicidade do Estado neste momento contemporâneo. Acho que isso é muito importante, sobretudo em um país da América Latina, onde várias iniciativas de pensamento pós-colonial também questionam esse conceito, esse princípio no direito e na realização das políticas públicas. Portanto, acho que esse é um momento muito oportuno, apesar da crise terrível, mas temos oportunidade de aprofundar alguns debates que a nossa jovem democracia exige.

Os direitos de nós mulheres, da população LGBT, da população negra, da população que vive em contexto de sociedades tradicionais são os direitos que hoje estão sendo mais tencionados, seja pelos arranjos de uma política econômica nefasta, seja também por conteúdos que tentam impor um princípio de organização social que não atende ao direito dessa diversidade que o Brasil abriga, porque faz parte da conformação do nosso povo. Na verdade, isso tem incorrido em injustiças e riscos, inclusive de morte, para muitas pessoas.

No ponto de vista da luta das mulheres, vivemos um processo muito grave e profundo que atinge a educação brasileira. É sobre isso que eu realmente quero falar nos minutos que me foram dados. É um movimento de silenciamento de uma educação inclusiva, não sexista, pautada na igualdade e no discernimento cívico, para que nossas crianças e a nossa juventude sejam cidadãos e cidadãs de consciência livre, com todos os elementos para que possam decidir o futuro delas e as pessoas que desejam ser.

Esse processo de silenciamento tem se enraizado na sociedade brasileira sob um falso conceito. Os especialistas desse assunto chamam isso de sintagma. É uma construção linguística vazia de sentido conceitual e político. Eu falo da ideologia de gênero. Trata-se de desconstruir mais ou

“ **Um processo de silenciamento tem se enraizado na sociedade brasileira sob um falso conceito.** ”

Precisamos fazer um debate extremamente sério, porque esse sintagma, esse falso conceito, essa falsa teoria tem servido como pano de fundo e principal instrumento de cerceamento e silenciamento do que Paulo Freire, que inclusive agora é um nome perseguido na nossa sociedade, chamava de educação libertadora. Desde 2015 vemos crescer essa ofensiva que qualificamos como uma ofensiva conservadora, antidireito e fundamentalista, porque quer retirar direitos conquistados, porque está fechada na interpretação de um livro sagrado que não faz jus às demandas que a sociedade e a modernidade colocaram. Trata-se do pensamento de uma parte da comunidade brasileira, da sociedade brasileira que desde o princípio da fé religiosa e de seguir por dogmas não suporta a análise atualizada das escrituras sagradas, da hermenêutica como uma ciência de interpretação. Por isso, nós a qualificamos como fundamentalista.

“ Nós precisamos estar atentas, muito observantes e incidentes sobre esse processo que avança, chamado Movimento Escola sem Partido. ”

Eu quero falar ainda sobre essa perspectiva da educação. Se nós seguirmos por esse caminho de obscurantismo e fascismo, a médio prazo, aliás, a médio prazo não, porque já vivemos isso hoje, na atualidade, a curtíssimo prazo, estaremos impedidas de construir um futuro com mais justiça, segurança e dignidade para a nossa população, para homens e mulheres dessa sociedade, para a população LGBT, desde que silenciemos os processos pedagógicos e educativos, desde o ensino básico, que não incorporem o enfrentamento do feminicídio, da desigualdade de gênero, disso que agora chamam de bullying, do racismo, do preconceito regional.

Então, esse é um panorama e um cenário profundamente tenebroso, de aprofundamento das violências que constroem a vida cotidiana da nossa sociedade, das pessoas que vivem nas periferias, das pessoas que professam religiões de matriz africana, das populações LGBT na sua vida comunitária e familiar, com seus diversos tipos de famílias.

Se nós seguirmos esse caminho de silenciamento e de

negação de uma educação não sexista, igualitária e inclusiva, nós estaremos impedidas, e sem volta, de enfrentar mais uma vez, por exemplo, o feminicídio, um problema que nós enfrentamos. Como nós vamos combater o feminicídio? Já sabemos que não existe só a punição. Ela é importante. Avançamos muito na legislação penal, mas como não enfrentar isso na educação brasileira, na formação das pessoas? Hoje, por exemplo, uma mulher é morta a cada 2 horas no Brasil pelo fato de ser mulher. Então, 12 mulheres são mortas por dia no Brasil por feminicídio. Esses dados são desde 8 de março. Como vamos enfrentar esse problema, se não for colaborando para uma mudança no padrão cultural civilizatório da nossa sociedade? E como vamos mudar esse padrão, se não for pela educação?

Acho que a presença nas escolas de uma educação livre de preceitos repressores, silenciadores e normatizadores de uma moral que quer padronizar um tipo de família para essa sociedade vai nos colocar num caminho sem volta para enfrentar esse problema, tal qual ele se coloca. E nós vamos impedir que os homens, por exemplo, que é a outra metade desta população, se coloquem também num processo de responsabilização em relação aos crimes de feminicídio, violência doméstica, abuso sexual de suas próprias filhas.

Como nós vamos enfrentar isso, se nós não conseguirmos trabalhar uma educação que possa problematizar esse padrão da masculinidade hegemônica que opera na violência porque precisa encontrar sentido na operação, através da violência, do jugo, dessa opressão da ideia do patriarca?

Como nós vamos enfrentar todos esses problemas que hoje fazem parte do cotidiano das mulheres brasileiras, desde o nascimento, desde bebês, até a idade adulta, a velhice, se nós não conseguirmos fazer um debate equânime, de qualidade, livre, nas escolas brasileiras?

É sobre isso que nós queremos falar hoje aqui. É esse o recado que nós devemos deixar aqui. Nós precisamos estar atentas, muito observantes e incidentes sobre esse processo que avança, chamado Movimento Escola sem Partido. Na verdade, nós dizemos que esse é o movimento de uma escola de um partido só, de um partido autoritário e de pensamento único daqueles que querem

nos impor as suas convicções religiosas e morais, seus dogmas; que só acreditam na educação para a moral e os bons costumes do mercado; que abençoam o projeto de uma educação voltada para um projeto de sociedade neoliberal individualista, violenta, machista, racista e muito misógina; que abençoam, como eu disse aqui, o projeto de uma escola produtora de bullying e de pessoas infelizes.

Eu acho que vem um momento muito dramático da nossa realidade hoje nesta Casa inclusive, em que essas pessoas se juntam, no varejo e no atacado, aqui no Congresso Nacional, no Ministério da Saúde e no da Educação, em diversos agrupamentos religiosos, chamados hoje de igrejas neopentecostais, tensionando a laicidade do Estado brasileiro, como eu disse inicialmente.

Vários projetos levados por esses grupos de pressão política tentam retroceder direitos como, por exemplo, aquele PL 5.069/13, que está estacionado na saída da CCJ e pretende retroceder toda a política que nós conquistamos em relação ao atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, mulheres e meninas, ou então a própria PEC 181.

Mas existem iniciativas muito mais arrojadas, difíceis e danosas para a democracia brasileira, como a proposta de emenda à constituição que muda o sentido da própria concepção de laicidade e que pretende tensionar o Judiciário brasileiro naquilo que ele tem sido progressista na pauta das chamadas minorias, fazendo com que essas representações de federações e denominações religiosas possam questionar as decisões do Supremo Tribunal Federal e fazê-lo retroceder. Então, nós estamos atentas a essas movimentações.

Nesse debate sobre a educação brasileira e sobre o direito das chamadas minorias, que não são minorias — nós mulheres somos a metade da população —, quero deixar ainda esse assento muito importante sobre o sentido da laicidade como nós entendemos, o sentido de uma democracia, de um Estado republicano imparcial em assuntos religiosos, que não apoia nem discrimina nenhuma religião em específico. Esse sentido e esse princípio nos são caros. E é sobre a laicidade que nós queremos dialogar. Queremos defendê-la para que ela não seja tensionada nem flexibilizada em nenhuma dimensão, como tem sido até

agora. Nós tivemos experiências difíceis que abriram o front desse processo de flexibilização, do entendimento sobre a laicidade, mas estamos convocadas a refletir sobre qual é a laicidade que nós queremos.

Então, temos um processo muito difícil. E uma prática política cotidiana já ocorre, por exemplo, nos serviços de saúde que atendem às mulheres vítimas de violência sexual, ou mesmo na porta do

SUS, nos casos das mulheres que chegam lá com processos de abortamentos, inclusive abortamentos não provocados. São um fato corriqueiro na saúde reprodutiva e sexual de uma mulher as situações de aborto espontâneo ao longo da nossa vida reprodutiva. Essas mulheres estão sendo penalizadas, denunciadas. Isso vai de encontro à nossa norma técnica, regulamentada pelo Ministério da Saúde. Elas estão sendo denunciadas por uma suposição de crime, mediada por uma concepção valorativa, moralizante, religiosa. Da mesma forma, mulheres lésbicas estão sendo recusadas em serviços de prevenção ao câncer de útero, porque algumas funcionárias públicas do serviço de saúde têm se negado a encostar a mão nessas mulheres de orientação sexual diferente. Isso é uma realidade nos postos de saúde.

Queria dizer ainda que um Estado laico, numa República democrática como o Brasil, deve coibir esse tipo de violência institucional. Também ouvimos depoimentos e alguns pronunciamentos de Parlamentares que classificamos como antidireitos, conservadores, fundamentalistas, de modo que nem o planejamento familiar pode ser oferecido da forma como está.

Imaginem que, em 2017, numa audiência pública na CCJ, quando se debatia um projeto de lei profundamente mobilizador da presença das mulheres nas ruas, como foi o PL 5.069, um Deputado disse que não concebia como as mulheres poderiam ter direito ao planejamento reprodutivo. Eu pergunto: o que nós faremos contra a presença, a ação política e a ideia desse Parlamentar nesta

“ De acordo com a pesquisa da ANIS, uma mulher, a cada minuto no Brasil, pratica, voluntariamente, a interrupção da gravidez e coloca-se à mercê do risco de morte. ”

Casa?

Segundo a visão bioética contra a vida das mulheres, nós não podemos planejar a vida de um ser autotranscendente. Então, pergunto: sobre a vida de quem estamos falando? Na nossa concepção bioética, agora estou falando especificamente do direito à interrupção voluntária da gravidez, para nós, o princípio ético equivale à vida da mulher viva. Quem está vivo é que deve decidir sobre a sua vida. Nós sabemos que essa é uma decisão corriqueira na vida das mulheres no Brasil. As mulheres tomam decisões baseadas em projetos de vida, em consenso com seus companheiros, olhando mesmo para o tamanho das famílias que elas desejam. Isso é um dado da nossa realidade.

De acordo com a última pesquisa nacional de aborto, realizada pela Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, uma mulher, a cada minuto no Brasil, pratica, voluntariamente, a interrupção da gravidez e coloca-se à mercê do risco de morte, porque está desprotegida pelo Estado.

O Estado brasileiro provoca uma violação quando cerceia direitos ou quando não garante às mulheres aquilo que elas deveriam ter como um direito, que é o serviço de saúde, a assistência médica para esses processos.

Essas são algumas das questões que gostaríamos de deixar aqui pontuadas. São questões problemáticas, são desafios para o Parlamento brasileiro, especialmente para as nossas Deputadas guerreiras e resistentes. São desafios que não deveriam ser mediados por concepções religiosas, porque, na verdade, têm a ver com direitos humanos; com a responsabilidade do Estado para com a vida das pessoas; com o destino da educação brasileira, que agora caiu nessa vala, nesse problema, nesse conflito vazio entre concepções de direita e esquerda. Mas nós estamos falando sobre projetos pedagógicos libertadores, realmente conscientes e firmes para a formação de uma nação,

É um enfrentamento que está acontecendo nas cidades brasileiras, nas comunidades, mas ele é importante, porque precisamos entender qual o sentido da laicidade.

de um povo.

Portanto, quero pontuar aqui esses elementos, para que sejam alvo da ação das nossas Parlamentares que estão nesse trabalho, nessa resistência, e dizer que nós estamos colaborando com essa ação, fortalecendo a atuação das mulheres fora daqui, nos movimentos sociais e com a nossa presença nas ruas.

Eu falo aqui em nome de uma articulação feminista bem forte no Brasil, que é a Articulação de Mulheres Brasileiras, e também em nome de diversas organizações e entidades do movimento de mulheres na luta LGBT, das mulheres negras e das mulheres de comunidades de povos tradicionais.

O nosso apoio também se coloca não só nos documentos de denúncia que produzimos, nos nossos informes políticos, nas pesquisas que realizamos, mas também na nossa presença nas ruas e nas nossas mobilizações contra todos esses retrocessos que atingem a nossa jovem democracia.

Eu quero dizer, antes de tudo dialogando com a Deputada Benedita e também com a Deputada Luizianne, que achei interessante esta reunião, um momento em que podemos nos aproximar e fazer um diálogo de verdade, de aprendizado e de troca. Eu senti muito a energia desse ambiente neste momento. Acho que isso é importante porque é também uma atualização das pautas, do que pensamos.

No início eu comecei falando sobre a urgência de defendermos a laicidade do Estado brasileiro tal qual a temos construído. Também faço parte de uma linha de pensamento sociológico pela juventude da nossa democracia, pela concepção de um Estado republicano. Até bem pouco tempo o catolicismo era a religião oficial do País. Faz pouco tempo que descolamos isso do imaginário social brasileiro. É uma coisa que vai acontecer lentamente.

Acho que esse momento que vivemos desse tensionamento, quando os religiosos descobrem a política, coloca vários riscos mesmo, porque já se enraizou uma prática dogmática, como eu estava dizendo, no serviço de saúde, na educação, mas também temos que enfrentar isso. É um enfrentamento que está acontecendo nas cidades brasileiras, nas comunidades, mas

ele é importante, porque precisamos entender qual o sentido da laicidade.

Isso é para todas as religiões. Não é por conta de uma pretensa maioria. Não é uma pretensa maioria. É uma maioria indicada no censo do IBGE. Em um Estado Democrático republicano e laico não é porque se tem uma maioria que vai ter que impor uma legislação e políticas públicas para todo mundo. É isso que temos dito.

Eu já ouvi nesses corredores acaloradas discussões, por exemplo, no sentido de que a política universal de saúde deveria ser mesmo tensionada para servir a um público específico, que é a maioria desses religiosos que estão lá no centro do IBGE. São concepções, ideias muito caras que precisamos disputar aqui dentro, e que estão sendo disputadas na sociedade.

Eu quero dizer também, Deputada Benedita, que essa narrativa está sendo construída mesmo, apesar da trincheira que é isso aqui. Sobre a nossa resistência no debate em relação ao PL 5.069, aquele Deputado que eu mencionei aqui – vou dizer o nome, porque é público –, o Deputado Evandro Gussi, disse que não concebe que as mulheres tenham direito ao planejamento. Direito reprodutivo?! Por que as mulheres têm que ter direito reprodutivo?! É uma coisa de arrepiar, porque é um pé lá no Brasil Império. O que é isso, gente?!

Temos política de planejamento familiar. Aí começamos a entender por que existe um problema. Não se trata de escassez de recursos do Ministério da Saúde, não; é a concepção moral e religiosa que impede que as pílulas anticoncepcionais sejam distribuídas nos postos de saúde, a pílula do dia seguinte. Há ginecologista obstetra que não quer de jeito nenhum discutir com as mulheres o uso dos métodos anticoncepcionais.

Isso tudo é mediação religiosa dogmática. Isso é muito grave, assim como a questão da objeção de consciência, que agora, além do médico, é para todos os funcionários, até para assistente social. Ou seja, é para todos os envolvidos no atendimento no serviço de saúde. Isso é um problema grave que temos enfrentado. É uma disputa séria.

Essa narrativa está sendo construída por quê? Por conta

da nossa resistência ao PL 5.069, que também virou “Fora, Cunha”, vitória fantástica das mulheres na chamada primavera feminista, mas também do debate da PEC 181, que mudou o índice percentual da compreensão do povo brasileiro em relação à interrupção

voluntária da gravidez. Isso é uma conquista da nossa luta, de V.Exas. aqui dentro e a nossa lá fora. É uma conquista!

As mulheres evangélicas constituíram uma frente evangélica no Rio de Janeiro, na sua cidade, no seu Estado, coisa maravilhosa, liderada por uma moça que congrega na Igreja Batista. Eu acho que essa disputa narrativa começa primeiro dentro das organizações religiosas, das frentes que as mulheres religiosas evangélicas estão fundando em aliança com as católicas progressistas, como as Católicas pelo Direito de Decidir, em aliança com as luteranas que estão no Conselho Nacional das Igrejas Cristãs.

Acho que estamos vivendo um momento muito importante, embora o que realmente está visível no interesse das religiões e dessas igrejas na política seja o projeto financeiro. Não temos a menor dúvida disso. Eu quero que todos eles saibam que nós sabemos que são os projetos financeiros. Assim que houve aquele rito de passagem, que foi problemático, do tratado Brasil-Vaticano, as igrejas do campo evangélico entraram com a Lei Geral das Religiões. Isso é um marco importante nas nossas análises, porque isso tencionou completamente, mudou a regra do jogo, tumultuou, complexificou. É um interesse financeiro de isenção de imposto.

O Prefeito Marcelo Crivella, no Rio de Janeiro, está lá, e praticamente quase toda semana há um debate especial sobre imposto predial, tudo relacionado ao direito à cidade.

Num período em que estávamos no Rio de Janeiro, em reunião com a nossa querida Vereadora Marielle Franco, ela estava enfrentando um debate terrível com Crivella, porque ele, simplesmente, tinha uma proposta de lei para passar todas as leis de interesse da igreja na frente dos projetos de lei que estavam na fila dentro da Câmara! Imaginem! Uma medida regimental para

“ O plano é este: tirar, cada vez mais do Estado brasileiro, o que ele pode dar do seu quinhão, das nossas riquezas. ”

furar fila e poder legislar sobre os interesses das igrejas, que tinha tudo a ver com imposto, isenção fiscal!

Então, o plano é este: tirar, cada vez mais do Estado brasileiro, o que ele pode dar do seu quinhão, das nossas riquezas. É um interesse patrimonialista. Ele é tudo, menos cristão! É um fato, na verdade. É um uso maniqueísta. Eu acho que é isso o que tem acontecido.

É uma responsabilidade das mulheres que congregam religião e têm fé que, infelizmente, têm que se fortalecer e disputar o sentido dentro das suas congregações, com os homens, porque também eles acham que só eles podem fazer política, não é? E sempre soubemos que as agendas que as mulheres trazem para uma Casa Legislativa são as agendas das pautas coletivas, comunitárias. Dificilmente uma candidatura de mulher chega aqui — do campo progressista, é bom frisar — com interesses corporativos. As nossas pautas são todas coletivas, de direitos coletivos, as do campo progressista, as das lideranças comunitárias que apoiamos nas nossas cidades, as das mulheres dos conselhos de bairro.

É também por isso que esse sistema político não vai mudar tão cedo. E a metade dos partidos, uma grande parte dos partidos quis retroceder, agora, contra o que a Raquel Dodge brigou dentro do tribunal, não é, gente? Ainda bem que os partidos de esquerda se colocaram a favor, porque, afinal de contas, não seria possível. Mas é vergonhoso um estado de coisas desse tipo. Então, vejam, é um debate...

Eu queria dizer também o seguinte, ainda, Deputada Benedita: que uma parte também da concretude desse debate que parece uma coisa da pauta do feminismo liberal, o direito ao corpo, o direito civil, foi ressignificado e está sendo muito fortemente encampado pelo movimento de mulheres negras, que é pautar o direito à saúde reprodutiva, à justiça reprodutiva.

Então, a pauta do aborto, para as mulheres negras — da interrupção voluntária da gravidez, na verdade, esse é o nome — tem sido agora colocada num debate sobre as questões de vida socioeconômicas, a realidade da vida das mulheres, porque são as mulheres negras que estão na base da pirâmide da morte, da injustiça, da violência institucional, da invisibilidade, do não acesso

a serviços, do não acesso aos contraceptivos.

Eu queria dizer que, inclusive, acho que a organização Criola, que está no Rio de Janeiro também, tem sido uma voz muito forte nesse debate de trazer mais essa luz sobre o conceito de justiça reprodutiva, o que tem sido incrível. Acho que aí dialogamos diretamente com a realidade da vida das mulheres, porque é uma questão de realidade de vida. É o que chamamos assim: escolhas pragmáticas. A Deputada falou aqui, e eu me lembrei também de uma feminista pernambucana chamada Betânia Ávila, que, num livro, diz justamente isso. As mulheres, quando fazem a interrupção, vão com o peso da culpa e rezando a Deus para saírem vivas dos procedimentos. Então, vejam bem: é uma decisão sofrida, mas é uma decisão objetiva. A palavra, realmente, é “pragmática”, infelizmente.

Eu queria dizer, mais uma vez, que foi muito importante este momento.

Deixo aqui mais uma observação importante. Na verdade, é uma entonação forte: que pudessem olhar com atenção a movimentação dessa ideia do Escola sem Partido. O que pudermos fazer para salvar a educação brasileira dessas concepções acho que ainda é muito importante, embora isso esteja enraizado.

As crianças agora, como diz a Deputada Erika Kokay, são agentes da repressão dentro das escolas, porque é uma ideia que tomou conta. Mas estamos fazendo resistência, e acho que, na minha avaliação, estamos em uma sociedade em disputa — ainda bem! —, graças às nossas forças de resistência em todos os âmbitos, porque é importante falar também na nossa ação política.

Era isso.

Muito obrigada por este momento, por eu estar aqui. Obrigada mesmo!

Janaína Oliveira

Presidente da Janaína Oliveira - Rede Nacional de
Negras e Negros LGBT

20 de junho de 2018

Escaneie o
QR CODE e assista
a apresentação





Primero, quero agradecer à Deputada Ana Perugini o espaço. A sua presença à frente deste trabalho tem sido um diferencial para nós, que somos do movimento social. Sabemos que este é um espaço importante, pois esta é a Casa do Povo. Embora nos últimos anos tenhamos vivido tantas restrições, a sua figura representando a população de forma concreta à frente do processo para nos ouvir

neste espaço é algo fundamental. E é fundamental porque é muito difícil falar do tema Invisibilidade de lésbicas e mulheres bissexuais.

Quando tratamos da violência contra a população LGBT como um todo no País, percebemos que, infelizmente, os dados produzidos pelo Estado — e me refiro ao Estado de forma institucional — são pobres. Assim, temos que recorrer, na verdade, aos dados produzidos pelo próprio movimento. Acho que é importante dizer como temos conseguido nos visualizar dentro das múltiplas formas de violência.

Vou iniciar a minha fala citando a Lei Maria da Penha, que, como sabemos, é uma lei muito importante e histórica, que traz todo um aspecto revolucionário e que, a princípio, tinha a ideia de tentar evitar a violência contra a mulher.

Quando não existe o processo da intersexualização, a diversidade dentro desses segmentos se torna muito mais vulnerável. Sabemos que, segundo os dados de segurança pública de 2018, houve redução da violência contra as mulheres brancas, mas houve aumento da violência contra as mulheres negras. E isso não é diferente para com as lésbicas e as mulheres bissexuais. Os dados que trago oficialmente foram produzidos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio de uma pesquisa que verificou, durante 4 anos, aumento de 150% na violência contra essa população e aumento de pouco mais de 15% contra as mulheres

“ Durante 4 anos, houve aumento de 150% na violência contra essa população e aumento de pouco mais de 15% contra as mulheres negras. ”

negras.

Essa violência se dá das mais variadas formas possíveis. A mais danosa delas é o estupro corretivo. Para quem não sabe, o estupro corretivo é considerado uma forma de correção às lésbicas e mulheres bissexuais pela sociedade patriarcal, machista e misógina. Esta entende que, através do estupro, está dando a essas mulheres algo que elas não vivenciaram e não sentiram e com o qual pode corrigi-las.

Além da violência psicológica, do xingamento, sofremos também a violência física. Qualquer demonstração de afeto pode desencadeá-la. Quando digo demonstração de afeto, não estou me referindo a algo íntimo, mas a um abraço ou a mãos dadas enquanto se caminha. Há ambientes em que quem demonstra afeto se torna refém de qualquer indivíduo que acha que pode decidir por nós se podemos ou não andar de mãos dadas. Deputada, eu tenho uma relação que vai completar agora 17 anos e, particularmente, não ando com ela de mãos dadas porque tenho medo de sofrer uma violência na rua, pois ouço diariamente relatos de companheiras nesse sentido. Elas nos trazem muito esse aspecto.

É preciso trazer a responsabilidade também para o Estado brasileiro, porque, por mais que pensemos a política generalista, não conseguimos pensar a política de especificidade. Por exemplo, no campo da saúde, na área ginecológica, o tratamento é baseado na relação heteronormativa, e não na condição da mulher lésbica ou bissexual.

Eu fiz o meu primeiro preventivo aos 30 anos porque foram muito difíceis as primeiras consultas. Todo tratamento que eu recebia partia de uma concepção heteronormativa: se eu tinha marido, se eu tinha filhos, se eu já havia feito aborto. Então, era totalmente baseado numa linha que não trazia a minha realidade de relação. Às vezes, é difícil dialogar com o profissional. Você tem instrumentos por meio dos quais é possível fazer isso. Cito como exemplo uma comissão LGBT no Ministério da Saúde que trata da saúde da população LGBT, mas aquele profissional que está na ponta continua tendo dificuldade de compreender que

“Essa população se transforma em vítima das ruas e da falta de políticas públicas de acesso a moradia, educação e saúde, além de ficar refém dessas múltiplas violências.

esse atendimento precisa ser diferenciado, pois a minha relação não é igual às relações heteronormativas.

É preciso visualizar as mulheres dentro desse campo, porque a violência que não é visível... Quando se fala de violência à população LGBT, fala-se da violência seguida de homicídio, de crime de ódio, de maus-tratos. E aquilo que não leva a esse tipo de violência não tem visibilidade.

O Governo Federal tem dados até 2014 ou 2016 que mostram um aumento progressivo e constante da violência contra pessoas trans e gays, mas não é possível visualizar nesse campo de pesquisa, produzida pela Secretaria de Direitos Humanos, como as lésbicas e as bissexuais estão nesse processo de violência.

E digo isso porque, no momento em que você sofre uma violência e procura uma delegacia, o delegado indaga se você, porque lésbica, provocou a situação; se você deu em cima da companheira daquele homem de bem, de família; ou se você se comportou de forma inadequada. São muito comuns os relatos sobre isso. A raiz do patriarcado, do machismo, da misoginia interfere inclusive nas condições para a volta ou a continuidade do processo de responsabilização da vítima pela violência que ela sofre — ou seja, você sofre a violência, mas, ao mesmo tempo, é acusada e responsabilizada por essa violência.

Eu cito o caso da Luana, em São Paulo, que envolveu a Polícia Militar. Ela veio, infelizmente, a falecer. Inclusive, um dos discursos utilizados contra a Luana, mulher negra e lésbica, foi o de que ela estava caracterizada de forma muito masculina, por estar trajando, segundo a concepção dos policiais, roupas masculinas. E aí há uma definição de gênero, quando alguém decide como você vai se vestir. A fala de um dos policiais foi a seguinte: “Se você quer ser tratada como homem, como homem você será tratada”. E ela

era lésbica, só que uma lésbica masculinizada. E a Luana veio a falecer, infelizmente.

O caso da Luana é semelhante a muitos outros que ocorrem no País. Por exemplo, eu adorava usar roupa masculina, mas eu parei de usar porque percebi que eu era muito mais vítima em potencial usando esse tipo de roupa. Eu ouvia as seguintes expressões: “Ô, sapatão! Você não sabe usar uma saia ou um vestido?”

Sofremos essas classificações e múltiplas violências diariamente, mas não conseguimos fazer com que as políticas públicas, de fato, pensem a partir da orientação sexual, a partir da identidade de gênero.

E aí, como mulher lésbica aqui falando, não posso deixar de falar das mulheres trans, porque uma coisa é identidade de gênero, outra coisa é orientação sexual. Portanto, há mulheres trans que são lésbicas, outras que são bissexuais, mas ambas vítimas de violências diárias.

O Brasil — e não somos nós que falamos, a ONU inclusive já trouxe estes dados — é o País que mais executa a população trans e que menos assegura a esse público o direito à dignidade da pessoa humana. E isso ocorre porque, a partir do momento em que a família sofre uma pressão social-religiosa no sentido de que não educou seu filho ou sua filha adequadamente e de que esse desvio de conduta é um problema com o qual não sabe lidar, ela expulsa de casa sua filha ou filho. Então, essa população se transforma em vítima das ruas e da falta de políticas públicas de acesso a moradia, educação e saúde, além de ficar refém dessas múltiplas violências.

E quero provocar esta Casa nesse sentido, pois não podemos falar de múltiplas violências e pensar em projetos que promovam cada vez mais a exclusão da população LGBT. Não podemos falar em inclusão dessa população, para garantir a dignidade desses indivíduos dentro da sociedade, enquanto, ao mesmo tempo, pensamos em modelos de projetos que, em vez de discutirem a violência que esse público sofre, discutem sobre o banheiro que esse público pode ou não usar.

“ A coletividade é importante, mas devemos pensar na especificidade. Eu não posso pensar em uma política que diminua a violência contra mulher branca, mas não pensar que essa política, ao permitir que haja um aumento de violência contra a mulher negra, deva ser revisada.

”

masculino ou para, perdão pela expressão, coçar o saco e cuspir para o lado — e se colocam na condição de mulher, na identidade em que se sentem, estão fazendo uma afronta à sociedade. E esta sociedade, machista, patriarcal e misógina, não perdoa.

Não podemos permitir discussões que promovam a exclusão. Temos que garantir discussões que promovam o acesso dessas pessoas à dignidade, inclusive para que possam escolher o banheiro que usarão. Eu não quero debater que banheiro essas pessoas vão usar, mas quais as políticas serão implementadas para que elas não sejam o público que mais sofre violências no mundo. Eu não estou falando apenas do Brasil, mas do mundo. O Brasil é o país que mais promove violências contra esse segmento. Precisamos entender que essas violências estão todas ligadas, Deputado. Não dá para pensar em políticas para a população negra e achar que a população negra LGBT não está nela incluída, até porque ela sofre, além do racismo, a lesbofobia, a bifobia, a

E digo isso porque há uma brecha, uma abertura. No momento em que eu digo que uma transexual é obrigada a usar um banheiro masculino, eu estou querendo determinar que ela será vítima de uma violência ainda maior. É isso o que vou estabelecer na vida dela. Isso ocorre porque, naquele banheiro, ela pode encontrar um bom indivíduo, um bom cidadão, que não se incomoda com esse fato, mas encontrará também um conjunto de outras pessoas que vão praticar violência. Por quê? Porque, quando as mulheres trans saem de sua condição vista socialmente a partir do gênero — nascida como homem para reproduzir um comportamento

transfobia, tudo isso ligado à condição de território e de classe. Enfim, tudo isso é um conjunto.

Pensamos em políticas generalistas sem nos lembrarmos das especificidades que cada indivíduo vive. A coletividade é importante, mas devemos pensar na especificidade. Eu não posso pensar em uma política que diminua a violência contra mulher branca, mas não pensar que essa política, ao permitir que haja um aumento de violência contra a mulher negra, deva ser revisada. Devemos pensar por que a mulher negra também não foi beneficiada por essa política, no sentido de que também se reduzisse a violência contra ela.

Ocorre redução financeira diariamente. Em 2 anos, o pouco que havia de política LGBT neste País foi reduzido a nada. Você tem uma coordenação que funciona sem orçamento. Você tem setores que funcionam sem orçamento. Você tem agentes que, em vez de preocuparem com a garantia da implementação das políticas, ficam preocupados com a possibilidade de o público A ou B ou de o Deputado A ou B entrar com uma ação porque está pensando na população LGBT nesse projeto.

É difícil, enquanto mulher lésbica, negra e nortista – nasci no Estado do Pará, numa região amazônica da qual muito me orgulho, estar nesses espaços e não conseguir se ver nos instrumentos públicos.

A delegacia precisa ser um espaço mais acolhedor. Eu não quero defender aqui mais criminalização, mais pessoas na cadeia. Quero defender formas de defesa, para que, quando eu for agredida, eu não seja questionada por isso, mas sim que o agressor seja chamado à responsabilidade.

Eu quero pensar em uma política de reeducação dessas pessoas, porque o processo de preconceito é estimulado por alguns canais da mídia e pela própria Casa Legislativa, quando um de seus membros vai à tribuna e nos associa a questões ligadas ao demônio, alegando que queremos desvirtuar a família. Eu quero pensar que temos uma Casa Legislativa que, quando falar de família, lembre-se de que existe uma família que não é aquela

heteronormativa, que existem também casais homoafetivos que adotam crianças, que existem casais homoafetivos que dão às crianças a mesma educação de base, de garantia e de respeito ao próximo, uma educação de qualidade.

Queremos ser vistas como parte da sociedade, e, para sermos vistas como parte da sociedade, precisamos ser incluídas, de fato, nas políticas. Precisamos estar incluídas na busca de soluções que evitem que sejamos violentadas ainda mais.

Acho importante provocarmos o Executivo, no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, porque o Ligue 180 recebe muitas denúncias referentes à questão do estupro corretivo. Devemos saber quantos desses casos foram solucionados; quantas dessas mulheres lésbicas ou bissexuais que foram violentadas tiveram seu caso solucionado e seu agressor responsabilizado de forma legal, de forma jurídica.

Devemos perguntar, hoje, com qual orçamento a Coordenação-Geral da Diversidade, que atende ao público de lésbicas, bissexuais e transexuais, tem trabalhado.

Quanto às comissões aprovadas para funcionar em paridade de representação, sociedade civil e Governo, quantas foram instaladas? Entre elas, está incluída a população das mulheres trans.

Faço essas provocações porque perdemos de vista esses espaços. Durante estes 2 anos não temos visto mais essa política, que é pouca, funcionar para nós.

E quero dizer a todos e a todas que é difícil estar nesta Casa Legislativa, andar por esses corredores e encontrar figuras que diariamente estão nos atacando e dizendo que não devemos ter direitos. Mas quero dizer que nós persistimos, resistimos, estamos aqui e vamos continuar insistindo.

Qualquer cidadão bom, seja heterossexual, seja homossexual, seja branco, seja negro, deve ser contra a violência. Qualquer pessoa que seja um cidadão de bem, que faça um discurso pela moral, bons costumes e defesa da família deve

também defender a família homoafetiva, porque deve entender que ela precisa ser incluída. E precisamos trazer essas pessoas e esse debate para junto de nós. Precisamos debater com a sociedade, em suas mais variadas frentes, como faremos o enfrentamento disso. Como podemos enfrentar o estupro corretivo quando é um fato promovido pelos próprios familiares, por exemplo? Como podemos agir quando um pai e uma tia ou outros familiares combinam entre si formas de

corrigir uma mulher porque o seu papel tem que ser o de procriadora, que se casa com seu homem, serve a ele e educa seu filho? Como posso debater isso e garantir dignidade quando não tenho a minha orientação sexual respeitada e posso diariamente ser vítima de qualquer tipo de violência?

Ser lésbica é como cometer um pecado, e toda violência que eu sofrer na Terra, fisicamente, é pouco diante do que eu promovo contra a sociedade. Mas o que eu promovo contra a sociedade? O amor, o direito de ter afeto, o direito de ter a minha relação reconhecida, o direito de ter a minha companheira reconhecida no meu plano de saúde?

Aqui no Distrito Federal temos um projeto intitulado Estatuto da Família que desfaz e desconhece tudo o que o STF já aprovou, inclusive a união estável e a inclusão em plano de saúde. E isso ocorre no âmbito do serviço público! O que acontece no Distrito Federal hoje, Deputada, pode ser um mecanismo para que vários outros Estados promovam estatutos da família que neguem tudo aquilo que o STF estabeleceu como garantia de direitos.

Sabemos que é inconstitucional esse Estatuto da Família, mas até que isso seja julgado, no DF, hoje, prevalece o não

“ E quero dizer a todos e a todas que é difícil estar nesta Casa Legislativa, andar por esses corredores e encontrar figuras que diariamente estão nos atacando e dizendo que não devemos ter direitos. ”

reconhecimento de nosso segmento, LGBT, como família, negando a nós o acesso a tudo o que a família heteronormativa tem no plano de saúde, entre outras coisas.

O que ocorreu no DF é um caso grave, assim como o caso da educação. No caso da educação, houve autopromoção, em uma tentativa em esfera nacional nesta Casa, que não teve sucesso. E a estratégia voltou-se para as bases, através das Câmaras Municipais, quando do debate sobre os planos educacionais municipais, para nos excluir – excluir a orientação sexual, excluir a identidade de gênero, excluir o próprio debate sobre gênero.

Se, em 2018, eu tenho um aumento absurdo da violência, como eu vou reduzir a violência proibindo o professor, em sala de aula, ou a escola de falar sobre esses assuntos, de tratar das questões relativas a essa população? E digo isso porque estamos nesses espaços, nós existimos, somos visíveis. Não queremos ser visíveis apenas para as violências, para que as pessoas abram o jornal e comentem: “Que pena que alguém morreu em razão de sua identidade! Que pena que alguém morreu em razão da sua orientação sexual!” Não queremos isso! Nós queremos um debate educacional. Queremos reeducar o povo brasileiro, para que ele saiba que fazemos parte desta sociedade, que não queremos destruir nenhum alicerce social ou familiar. Nós fazemos parte disso.

Meu pai e minha mãe compõem um casal heteronormativo. Eles me criaram muito bem. E eu fico muito satisfeita quando escuto da minha mãe o quanto ela diz para as amigas do orgulho que tem de mim. E ela diz: “A minha filha tem uma companheira” – e, às vezes, ela trata melhor a minha companheira do que a mim. Portanto, nós fazemos parte da sociedade. Eu sei que é difícil

“Queremos reeducar o povo brasileiro, para que ele saiba que fazemos parte desta sociedade, que não queremos destruir nenhum alicerce social ou familiar.”

”

para ela, porque, cada vez que faço uma agenda fora, ela diz: “Filha, cuidado! Não saia à noite. Olhe isso, olhe aquilo. Você vai para São Paulo? Lá tem isso, tem aquilo”. Ela acompanha a mídia e se desespera, porque ela sabe que não tem como nos prender. O filho, alguma hora, vai para o mundo. Mas eu quero que ela tenha tranquilidade, como toda e qualquer outra mãe neste País — ou pai, tia, avó. Enfim, quem cria deve ter a tranquilidade de saber que seu filho voltará para a casa e não será vítima de violência em razão de orientação sexual e identidade de gênero.

É isso. Eu quero agradecer pelo espaço e quero agradecer muito pela oportunidade. Mas eu quero deixar essas provocações para que possamos trazer instrumentos públicos para dentro desta Casa, para debaterem conosco como é possível vencer essa invisibilidade e para sabermos como, de fato, as políticas públicas vão ser aplicadas para essa população que também contribui para o crescimento deste País.

Professora Gina Vieira Ponte

professora de Português na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, idealizadora do Projeto Mulheres Inspiradoras, é membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e embaixadora do Prêmio Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos.

26 de junho de 2018

Escaneie o
QR CODE e assista
a apresentação





Prof. GINA VIEIRA PONTE

Eu cumprimento todos e todas aqui presentes, fazendo uma saudação especial às mulheres, em particular àquelas que compõem a Comissão da Mulher aqui da Câmara, que tem prestado tantas contribuições importantes para essa luta pelos direitos das mulheres.

Eu sou professora da escola pública há 27 anos e atuo na educação básica. Em um dado momento da minha vida profissional, eu me dei conta de que nós temos uma escola que dialoga muito pouco com os problemas com os quais temos que lidar, nós temos uma escola que funciona muito mais na lógica do silenciamento, da opressão, do condicionamento, da repetição, do que uma escola para formação do pensamento crítico.

Houve um momento, inclusive, em que eu adoeci na minha profissão, justamente por perceber que os jovens entravam na escola, não viam sentido no que ela estava propondo e evadiam. Sendo eu egressa da escola pública, ficava me perguntando: “O que vai ser da nossa juventude sem a escola?” Depois de um tempo, depois de muitos estudos, eu percebi que nosso principal desafio era superar o paradigma educacional, que funciona na lógica de silenciar a juventude.

Os nossos jovens são nativos digitais, são sujeitos do seu tempo, são sujeitos sócio-históricos, e a eles é imposto o modelo educacional que dialoga muito pouco com as questões que vivem.

Num dado momento, tentando me ressignificar como professora, tentando me atualizar e me aproximar dos meus alunos, eu criei uma conta numa rede social, para saber quais conteúdos os alunos acessavam, postavam. Aí eu me deparei com um vídeo

“ Nas minhas pesquisas, eu me dei conta de que nossas alunas, nossas jovens e nossas meninas empreendem esse tipo de comportamento porque nós temos uma cultura machista, que produz conteúdos em que as mulheres são apresentadas sempre objetificadas. ”

produzido e postado por uma menina de 13 anos. O vídeo tinha um apelo erótico que chamou a minha atenção. No vídeo, a menina dançava uma música que era extremamente depreciativa à figura da mulher. Ela colocou uma roupa que expunha o seu corpo e fazia uma coreografia que era alusiva a um ato sexual.

Aquilo me incomodou e eu quis entender por que as meninas empreendiam esse tipo de comportamento. Nas minhas pesquisas, eu me dei conta de que nossas alunas, nossas jovens e nossas meninas empreendem esse tipo de comportamento porque nós temos uma cultura machista, que produz conteúdos em que as mulheres são apresentadas sempre objetificadas.

Se pararmos para pensar, isso começa lá nos contos de fadas, quando mostram princesas sem protagonismo nenhum, quando mostram a Cinderela que rivaliza com suas meias-irmãs para ter a atenção do príncipe, quando mostram a Branca de Neve que sai do castelo para ocupar o espaço doméstico e fazer faxina na casa dos sete anões; quando mostram a Pequena Sereia que decide abrir mão da própria voz para viver uma história de amor.

Mas isso não para por aí: à medida que as meninas crescem, elas vão sendo apresentadas a referências de mulheres sempre objetificadas, normalmente mulheres brancas, que se encaixam dentro de determinado padrão e se propõem a ser objeto do prazer masculino.

Eu percebi que precisava trazer outras referências para as meninas se inspirarem. Daí surgiu o projeto Mulheres Inspiradoras, que teve as etapas que vou expor.

Primeiro, eu propus que os meninos e as meninas estudassem obras escritas por mulheres. Infelizmente, nós temos um cânone muito machista, lemos muito mais homens do que mulheres, e os meninos e as meninas têm acesso à história contada na perspectiva dos homens.

Segundo, eu propus que eles estudassem biografias de grandes mulheres. E aí eu fiz um time bem diversificado: mulheres negras, como Rosa Parks; mulheres brancas, como Zilda Arns; grandes nomes da academia, como Nise da Silveira; mulheres jovens, como Anne Frank e Malala; mulheres idosas, como Cora Coralina; mulheres quase sem escolaridade, como Carolina Maria

de Jesus, que só estudou até a 2ª série primária, mas se tornou autora de best-seller, cuja obra foi traduzida em mais de 13 idiomas, sendo ela uma mulher negra, catadora de papel, que que vivia numa favela em São Paulo.

Terceiro, eu convidei os estudantes a conhecerem mulheres inspiradoras de Ceilândia, da nossa quebrada, mulheres incríveis que estão fazendo um trabalho revolucionário nas suas comunidades, mulheres que atuam na saúde, na educação, como líderes comunitárias, como professoras.

E, quarto, na última etapa, eu pedi que os estudantes pensassem nas mulheres inspiradoras das suas vidas. Essa foi a etapa mais surpreendente do projeto porque, quando eu pedi que pensassem nas mulheres inspiradoras das suas vidas, eles me disseram assim: “Nossa, professora, depois que a gente estudou todas essas mulheres, que a gente nem sabia que a mulher tinha feito tantas coisas incríveis, eu só posso dar esse título de mulher inspiradora para minha mãe, para minha avó e para minha bisavó”. E aí nós fizemos uma metodologia muito cuidadosa, para que eles e elas fossem a campo e entrevistassem essas mulheres, para conhecer detalhes da história delas. E, quando eles voltavam das entrevistas, já muito impactados, com o peito estufado, o olho brilhando, me diziam: “Professora, a minha mãe é muito mais inspiradora do que eu imaginava. Eu descobri, professora, que, aos 12 anos de idade, ela foi obrigada a sair da escola para cuidar dos irmãos mais novos”. O outro me dizia: “Professora, eu descobri que a minha bisavó ficou viúva, com 10 filhos para criar, e trabalhou anos a fio em cima de uma máquina de costura”. Mais um outro me falava: “Professora, eu descobri que a minha mãe foi expulsa de casa grávida, comigo na barriga”.

O mais impressionante era que, na narrativa daquelas mulheres, apareciam histórias de violação de direitos, mulheres que, de uma forma ou de outra, sofreram o impacto do machismo,

“Precisamos pensar em leis, mecanismos e dispositivos que fortaleçam o trabalho da escola, que estimulem a formação dos professores nessas temáticas, que valorizem o trabalho do professor.”

mas seguiram firmes nas suas trajetórias. Na narrativa daquelas mulheres, aparecia a nossa história, de Ceilândia, de Brasília, porque aparece o movimento de migração dessa mulher que sai do Semiárido nordestino em busca de uma vida melhor, aparecem as dificuldades que essa mulher enfrenta sozinha, na periferia, para garantir a sobrevivência dos seus filhos.

O mais impressionante é que, quando os filhos chegavam com a carta para a mãe, para a avó e para a bisavó, para entrevistá-las, e entregava-lhes a carta dizendo “Você é a mulher inspiradora da minha vida”, a reação da maioria dessas mulheres era: “Mas eu sou uma mulher inspiradora? Eu, esta mulher negra, periférica, pobre, diarista, trabalhadora doméstica, posso ser uma mulher inspiradora?”

Aí eu me dei conta de que a beleza daquelas histórias era grande demais para ficar só comigo e com os meus alunos, e nós as transformamos neste livro Mulheres Inspiradoras, em que os estudantes de uma escola pública em Ceilândia contam a história de suas mães, avós e bisavós. O meu objetivo era dar visibilidade a essas mulheres que são tão invisibilizadas e que, no final das contas, fazem uma revolução silenciosa.

Eu li mais de 150 entrevistas feitas pelos meus estudantes e pelas minhas estudantes. Em todas elas, a figura decisiva na vida daquele adolescente era uma mulher: ou a mãe, ou a avó, ou a bisavó.

O projeto Mulheres Inspiradoras, em 2014, recebeu o 4º Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos, e, em 2015, recebeu 1º Prêmio Ibero-Americano. Mais tarde, ele acabou recebendo 12 prêmios, sendo 2 internacionais, e foi transformado, em 2017, em política pública, por força de um acordo de cooperação internacional entre a Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI e o Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF.

Desde então, eu tenho me debruçado sobre essa temática de gênero na escola. E o que eu tenho percebido? Em 2016, nós participamos do lançamento do relatório do UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas. Esse relatório de 2016 versava sobre a condição das meninas no mundo, e os dados são assustadores. Na maior parte dos lugares do mundo, quando uma menina completa 10 anos de idade, ela deixa de ser vista como pessoa e passa a ser

vista como objeto passível de ser explorado no trabalho infantil, no trabalho doméstico, no casamento precoce, no abuso sexual.

O problema é que, quando uma menina é violada, toda a sociedade perde. Quando uma menina é obrigada a abandonar a escola para fazer trabalho doméstico, provavelmente a situação de vulnerabilidade dela vai aumentar ainda mais: essa menina vai engravidar precocemente e vai perpetuar um ciclo de pobreza.

A Chimamanda, escritora nigeriana, em uma das suas obras diz que cada vez que educamos as nossas meninas para serem frágeis, delicadas e sensíveis, nós estamos formando as nossas meninas para serem presas fáceis de pedófilos e abusadores sexuais porque, quando educamos uma menina para acreditar que ela é frágil, que ela não tem poder em si mesma e que só tem poder no momento em que se casa, tiramos o protagonismo dessa menina, que dificilmente vai reconhecer no abusador alguém contra quem ela precisa reagir. Por isso mesmo, precisamos pensar na promoção de uma educação não sexista.

Ao longo dos meus 27 anos de exercício de profissão, eu tenho percebido que o machismo é algo tão cristalizado na nossa cultura que está institucionalizado dentro da escola. Nós precisamos combater iniciativas que tentam silenciar um trabalho pedagógico que tenha compromisso com a democracia, com a diversidade e com a formação em favor dos direitos humanos.

A Câmara tem um papel fundamental nesse sentido. Precisamos pensar em leis, mecanismos e dispositivos que fortaleçam o trabalho da escola, que estimulem a formação dos professores nessas temáticas, que valorizem o trabalho do professor. Infelizmente, muitas das nossas meninas em casa vão viver violação de direitos. Se a escola não puder ser um espaço onde essa menina discuta essas questões, ela nem sequer vai ter condições de reconhecer as situações de violação de direitos que sofre.

O relatório do UNFPA não nos deixa dúvidas. Para atingirmos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para nós avançarmos como nação, para nós avançarmos como humanidade, necessariamente precisamos pensar em projetos que apoiem as nossas meninas; nós precisamos pensar em projetos que apoiem as nossas mulheres, em políticas públicas, em creches, para que as

mulheres possam trabalhar, em escolas de tempo integral, para que as mulheres da periferia que criam seus filhos sozinhas possam sair de casa de madrugada, para pegar o transporte coletivo, sabendo que os seus filhos vão estar em segurança; nós precisamos falar das mulheres negras que, neste País, vivem a solidão de criar seus filhos sozinhas, muitas vezes sem apoio do Estado.

O projeto Mulheres Inspiradoras é exemplo de uma iniciativa que pode estimular o desenvolvimento dos estudantes, para que eles sejam capazes de contestar as masculinidades hegemônicas. Se nós precisamos falar sobre o fortalecimento da identidade das meninas, também precisamos falar sobre a educação de meninos que não reproduzam as masculinidades hegemônicas adoecidas, que não reproduzam os discursos homofóbicos e misóginos que nós temos visto serem propalados nas redes sociais e na televisão.

O projeto Mulheres Inspiradoras é uma boa iniciativa. Os trabalhos da Comissão da Mulher na Câmara dos Deputados são excelentes iniciativas, assim como os trabalhos que a Casa tem feito. Mas nós precisamos de muito mais. O que aconteceu com a Manuela é um exemplo de que precisamos de muito mais, porque, se uma mulher como ela, que está numa situação de muito prestígio, sofre violação de direitos, imaginem como estão as mulheres nas periferias, negras, onde não há assistência do Estado, não há acompanhamento do Estado.

Falar de uma educação não sexista, falar de combate ao machismo, falar de educação para diversidade de gênero significa falar em favor de uma educação capaz de promover transformação social. Numa sociedade onde as mulheres e as meninas são violadas, no final das contas, ninguém vai estar bem. Falar de uma educação não sexista significa falar de uma educação capaz de promover a desconstrução de aspectos fundantes e estruturantes da nossa cultura, como o machismo e o racismo.

A Câmara Federal tem o papel decisivo de promover a criação de leis que cooperem para o combate ao machismo, leis que permitam a ampliação do número de creches, leis que contribuam para o fortalecimento da escola pública.

Eu espero que, assim como no projeto Mulheres Inspiradoras, em que os nossos estudantes puderam entrar em contato com histórias de mulheres de Ceilândia nas quais eles podem se inspirar,

“Essa cultura machista viola os meninos que fogem dessa masculinidade adoecida. Quando o menino, na escola, não é agressivo, não é violento, ele fica estigmatizado”

Eu não imaginava que um projeto feito numa escola pública pudesse causar tanto impacto na vida dessas mulheres periféricas, que ficam esquecidas muitas vezes.

E eu lembro, Ana Paula, que uma das coisas que mais me chamou a atenção foi perceber que muitas das mulheres que participaram do projeto, quando o filho chegava com a carta e dizia “Você foi escolhida para ser entrevistada porque é minha mulher inspiradora”, perguntavam: “Mas eu sou uma mulher inspiradora?” E, após o projeto, essas mulheres disseram: “Agora eu reavaliei a minha vida e eu sei que sou uma mulher inspiradora”.

Quando a mulher é chamada a narrar a sua história como mulher inspiradora, isso muda até a narrativa que ela vai fazer sobre si mesma. E o livro confirmava isso para elas. Muitas diziam: “Poxa, mas a minha história vai para um livro! Os meus netos vão ter a minha história escrita!”

Então, nós não esperávamos que o livro fizesse o sucesso que fez. Nós fizemos uma edição de mil exemplares, para presentear-las a essas mulheres e seus familiares. Ele já foi distribuído em várias escolas públicas, a partir das palestras que demos. Infelizmente, ele está esgotado, ele nunca foi colocado à venda, porque não era o nosso objetivo. E nós estamos batalhando para fazer a segunda impressão. Se houver alguém nos ouvindo que queira nos financiar, nós aceitamos.

Eu queria só fazer um comentário em relação a essa pesquisa que revelou que menos de 2% dos jovens querem ser professores

nesta Casa, nós tenhamos também políticos, Parlamentares, homens e mulheres nos quais eles e elas — nossos meninos e nossas meninas — também se inspirem, por vê-los legislar em favor de uma sociedade livre de machismo e em favor de uma democracia cada vez mais forte.

Quando nós fizemos o livro, em 2016, a nossa intenção era justamente dar visibilidade a essas mulheres, como eu disse.

projeto feito numa escola pública

pudesse causar tanto impacto na vida dessas mulheres periféricas,

que ficam esquecidas muitas vezes.

E eu lembro, Ana Paula, que uma das coisas que mais me chamou a atenção foi perceber que muitas das mulheres que participaram do projeto, quando o filho chegava com a carta e dizia “Você foi escolhida para ser entrevistada porque é minha mulher inspiradora”, perguntavam: “Mas eu sou uma mulher inspiradora?” E, após o projeto, essas mulheres disseram: “Agora eu reavaliei a minha vida e eu sei que sou uma mulher inspiradora”.

Quando a mulher é chamada a narrar a sua história como mulher inspiradora, isso muda até a narrativa que ela vai fazer sobre si mesma. E o livro confirmava isso para elas. Muitas diziam: “Poxa, mas a minha história vai para um livro! Os meus netos vão ter a minha história escrita!”

Então, nós não esperávamos que o livro fizesse o sucesso que fez. Nós fizemos uma edição de mil exemplares, para presentear-las a essas mulheres e seus familiares. Ele já foi distribuído em várias escolas públicas, a partir das palestras que demos. Infelizmente, ele está esgotado, ele nunca foi colocado à venda, porque não era o nosso objetivo. E nós estamos batalhando para fazer a segunda impressão. Se houver alguém nos ouvindo que queira nos financiar, nós aceitamos.

Eu queria só fazer um comentário em relação a essa pesquisa que revelou que menos de 2% dos jovens querem ser professores

no Brasil. Esse é um indicador muito importante, não é, gente? E eu ficaria surpresa se houvesse algum jovem querendo ser professor no País. Considerando as condições às quais somos submetidos, a minha surpresa seria se alguém quisesse ser professor. Não é preciso falar que os nossos professores têm condições de trabalho muito ruins, que o salário está sempre muito defasado, que os professores estão sempre tendo que fazer greve para reivindicar melhores condições de trabalho.

Então, eu acho que esta pesquisa sinaliza que nós precisamos tornar a profissão do docente mais atrativa, justamente para que possamos atrair os melhores profissionais. Essa não é uma profissão que você pode escolher simplesmente por questão de sobrevivência. Essa é uma profissão que você tem que escolher por afinidade com o trabalho e por vontade de trabalhar com a formação de crianças e adolescentes.

Nós estamos às portas de um pleito. E eu vou definir o meu voto como sempre defini: olhando quem tem propostas consistentes para fortalecer a profissão do professor, para fortalecer a educação pública.

“Como educar meninas para serem mulheres fortes?” Essa é uma excelente pergunta. Acho que o primeiro ponto é qualificarmos o debate sobre as questões de gênero. Precisamos que a sociedade se debruce sobre o tema e entenda que há tecnologias de gênero e pedagogias afetivas atuando o tempo todo para construir a subalternidade das meninas.

Nós temos estudos conclusivos que indicam que uma menina com 7 anos de idade já se percebe inferior aos meninos, por força de todas essas tecnologias de gênero que operam em desenhos infantis, na relação que ela tem com a escola, quando a escola diz que só os meninos podem brincar com blocos lógicos e com brinquedos de montar e dão para as meninas a vassourinha, o fogãozinho e a boneca. A única forma de educarmos meninas fortes é justamente colocando em questão a cultura machista, que está cristalizada em casa, na escola, na sociedade e na indústria cultural também.

Eu tenho um filho de 7 anos. Todas as vezes em que assisto à televisão com ele me deparo com um desenho infantil que confirma a inferioridade das meninas. Só para citar um exemplo, outro dia

assisti a um episódio do Sítio do Picapau Amarelo em que a Cuca estava fazendo muitas maldades — porque essa é a característica dela, o charme da Cuca é ser malvada.

E as pessoas se organizavam no sítio para que ela tivesse um namorado. A condição para que a Cuca pudesse ter esse namorado era que ela deixasse de ser má.

Percebam a mensagem que está por trás desse desenho: a mulher tem que abrir mão da sua subjetividade em nome de ser escolhida por um homem para se casar, porque esse é o maior prêmio que ela pode ter na vida. Isso é dito às nossas meninas à exaustão. Então, todos nós, pais, professores, todo mundo que se sente responsável pela formação das novas gerações deve prestar atenção a esses conteúdos e contestá-los.

Isso está muito relacionado com o Escola sem Partido. Concordo com a Deputada Ana: a gente deve combater fortemente essa proposta do Escola sem Partido. É um absurdo que a gente tenha uma lei que, para mim, é inconstitucional! A Constituição deixa muito claro que a educação é dever da família, mas também é dever do Estado. É na escola que a gente constrói o nosso sentimento de nação. Em casa, a família vai ensinar os seus valores. Infelizmente, algumas famílias vão confirmar a ideia de que as meninas são inferiores, de que homem pode bater em mulher; em muitas famílias a criança vai aprender a ser homofóbica. Se você não tem um espaço na escola para fazer o contraponto a esses valores conservadores que são ensinados, você nunca vai ter condições de construir esse sentimento de nação.

Eu sempre pergunto: que tipo de Nação nós queremos ser? Uma nação racista, machista, homofóbica? O nosso País é um dos países do mundo em que mais se matam mulheres, mais se matam trans e homossexuais e mais se mata a população negra. E quem mata? Os homens. Os homens matam! Por isso, temos que falar de masculinidades hegemônicas adoecidas.

A pesquisadora Valeska Zanello — ela estará aqui hoje à tarde — tem pesquisado as masculinidades e vai confirmar isso que estou dizendo. Na nossa cultura, ser homem significa ser violento, ser agressivo, embrutecer. Nós ensinamos os nossos meninos a não chorar e a embrutecer. É na escola que podemos fazer o contraponto. É na escola que podemos ensinar aos meninos que

as meninas não são inferiores a eles; ensinar-lhes que eles devem respeitar as meninas, que eles nunca podem invadir o corpo delas, seja em que circunstâncias for.

O caminho – respondendo à pergunta da Deputada – para formar meninas fortes é a gente deixar as nossas meninas serem o que elas quiserem, brincarem

com qualquer brinquedo que quiserem. É ter uma escola que não monitora o corpo das meninas. Eu vi, na escola, acontecer, muitas vezes, de uma menina chegar à direção, reclamar de que o menino tocou o corpo dela e ouvir como resposta o seguinte: “Mas, também, olha a bermuda que você estava usando”. E a bermuda que a menina estava usando era a bermuda para prática esportiva na escola, era uma calça legging. O tempo todo nós tutelamos o corpo das meninas para autopreservação e autorizamos os meninos para a promiscuidade. Isso acontece o tempo inteiro.

Então, a gente tem que pensar numa educação que dê às nossas meninas condições de refletir criticamente sobre o seu lugar no mundo, sobre o seu lugar social, para que elas construam o que a gente chama de “lugar epistêmico”, que é entender que ser menina significa ter o direito de exercer o talento, a habilidade que ela quiser, sem predeterminações dos estereótipos de gênero. Os estereótipos de gênero são terríveis para meninos e para meninas.

É preciso dizer, gente, que essa cultura machista viola os meninos que fogem dessa masculinidade adoecida. Quando o menino, na escola, não é agressivo, não é violento, ele fica estigmatizado.

Todo mundo perde com essa cultura que coloca a mulher no lugar da subalternidade e que celebra uma masculinidade que se pauta pela violência, pela agressão, pela violação de direitos da mulher.

Respondendo à outra pergunta da Deputada, sobre a questão do território curricular, precisamos lembrar que é impossível falar de machismo sem falar de racismo, porque, como eu disse,

“ Uma pesquisa que revelou que menos de 2% dos jovens querem ser professores no Brasil. Esse é um indicador muito importante. ”

são dois elementos fundantes, estruturantes da nossa cultura. O Brasil é um país extremamente racista. Ele só consegue lidar com o negro no lugar da subalternidade. Para o Brasil, enquanto os negros estiverem ocupando espaços de menos prestígio, limpando o chão, lavando o banheiro, está tudo certo. O problema é quando os negros começam a ocupar espaços de prestígio. Isso vale para o currículo escolar também.

Então, enquanto a cultura negra estava no currículo como algo exótico, associado à maldição e a coisas ruins, era superpermitida. Mas, quando você fala da celebração da negritude, da celebração da cultura negra como algo positivo, as pessoas resistem. Isso é racismo! E nós não podemos recuar.

Há aí o amadurecimento dos movimentos negros, que conseguiram garantir a criação de uma lei que determina que todas as escolas trabalhem a cultura africana, a cultura afro-brasileira, a cultura indígena na escola. Se nós recuarmos, vamos perder como Nação, porque o racismo é um elemento que gera não só a exclusão social, mas também a desigualdade e a vulnerabilidade das nossas meninas.

E como é que tratamos disso? Temos que lembrar que não é facultado à escola trabalhar esses temas ou não; é uma obrigação da escola. Isso está determinado na nossa Constituição Federal, na nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação e, no caso do Distrito Federal, no nosso currículo. O professor não pode decidir se vai ou não trabalhar esses temas. A escola não pode decidir se vai ou não vai trabalhar esses temas. Isso está colocado em todos os nossos dispositivos legais que orientam a nossa prática pedagógica.

Essa concepção de uma educação conservadora e tradicional que não debate os temas contemporâneos, que não fala de sexualidade, de machismo e de feminismo não encontra espaço na nossa Constituição.

Essa proposta do Escola sem Partido não se sustenta. Ela não tem como permanecer, e temos que continuar lutando contra ela. Aliás, um dos critérios para eu escolher os meus candidatos e candidatas este ano, preferencialmente candidatas – vamos votar em mulheres, porque, como disse muito bem a Deputada Ana Perugini, se quisermos mudar este País, nós temos que colocar as

mulheres no poder, em espaços de prestígio —, um dos critérios que eu vou utilizar para definir o meu voto é saber como o candidato se posiciona em relação à proposta do Escola sem Partido.

Candidatos que legislarem, que falarem a favor da proposta do Escola sem Partido, certamente, não terão o meu voto porque vão estar sinalizando uma tentativa de silenciar, de reduzir e empobrecer o trabalho do professor. Quem defende a proposta do Escola sem Partido acredita que educar é só transmitir conhecimento. Educar é um processo muito mais complexo do que isso. Quando eu entro numa sala de aula, a minha postura, o meu discurso, a minha conduta está educando as minhas crianças, antes mesmo dos conteúdos que eu transmito.

Se eu vejo uma menina sofrer assédio ou um menino ser agredido porque ele não corresponde à masculinidade adoecida e eu me silencie como educadora, o que eu faço é criminoso. E o Escola sem Partido vai amparar esse tipo de comportamento, vai silenciar o professor que se indigna frente às injustiças, à homofobia, ao machismo e ao racismo que acontecem dentro da escola.

Eu não quero ser silenciada.

Deise Bedito

Especialista em relações de gênero e raça - sistema prisional. Perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura

4 de julho de 2018

Escaneie o
QR CODE e assista
a apresentação





Deise Benedito

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Comissão de
Defesa dos Direitos
da Mulher

Eu quero agradecer mais uma vez pelo convite feito para falar nesta tribuna. Esta reunião é de fundamental importância a todas as mulheres do País, a todas as pessoas que neste momento estão tendo oportunidade de acessar esta programação.

Para começar a falar sobre o tema Mulheres Negras e Prisões: Do Ferro ao Aço, é fundamental lembrar a história deste País. Durante mais de 300 anos este País foi palco das mais horrendas violações de Direitos Humanos.

Quando falamos de violência, principalmente contra a mulher, não podemos deixar de falar das indígenas. Falar de violência também é falar das mulheres indígenas, as primeiras mulheres violentadas, seviciadas, violentadas na sua essência; as primeiras mulheres que foram presas no País.

Por mais de 300 anos, o País foi um degredo: muitos daqueles que atentavam contra a Coroa portuguesa vinham cumprir pena no Brasil.

Assim que o Continente foi invadido, principalmente o território brasileiro, pelos colonizadores portugueses, os povos indígenas tiveram seus corpos aprisionados. Então, falar de tortura e de maus-tratos sem considerar o que foi feito com as mulheres, os jovens e as crianças indígenas, que foram os primeiros a serem exterminados no Continente, não é falar de violência, mas é desrespeitar a essência humana dos povos indígenas no País.

Quando falamos de todo o processo de tortura e maus-tratos, quando falamos das prisões, não podemos deixar de comentar a grande questão que foi a escravidão no País. A escravidão no País nada mais foi do que a execução de uma pena a trabalhos forçados.

Quando se fala de extermínio, é preciso lembrar que os primeiros africanos que vieram para cá foram jovens na faixa de 10 a 19 anos. Eles foram vendidos, trocados e leiloados; foram os braços e as pernas do desenvolvimento da Nação, onde a tortura e os maus-tratos se perpetuaram.

Quando eu falo na relação entre prisão e execução penal, refiro-me muito aos hiperencarceramentos, às prisões cada vez mais lotadas, com uma população de 700 mil pessoas presas. Dessa população, 70% são negros. E desses 70% negros nas prisões, mais de 60% são jovens negros na faixa de 18 a 30 anos.

E não poderiam ser diferentes as condições das mulheres negras, elas que carregaram esta Nação, que levaram a força desta Nação para as fazendas, para os canaviais, que tiveram um papel fundamental na estrutura do País. Hoje, lamentavelmente, pelas circunstâncias provocadas pelo racismo, pela discriminação, pelo racismo institucional, pela ausência de políticas públicas voltadas para a população negra, muitas dessas mulheres estão ocupando a política pública que nunca falta no País, que é

de segurança pública. Quando se fala em segurança pública, sabe-se muito bem quais os corpos que devem ser vigiados, castigados, fiscalizados e, principalmente, torturados e aprisionados: os corpos negros. Os povos negros e os povos indígenas são os alvos preferenciais da política de segurança.

Cabe destacar também que segurança pública é escola, é educação, é moradia de qualidade. É inadmissível, num país como o nosso, milhões de pessoas ainda viverem na miséria, em condições sub-humanas, principalmente neste ano, que é emblemático para nós. Este é o ano em que se comemoram 130 anos de uma abolição que nunca existiu; 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos; 30 anos da Constituinte; 70 anos do 1º Congresso Nacional de Mulheres Negras, em 1948, no Rio de Janeiro, que teve como objetivo a dignidade, a preservação e o respeito às empregadas domésticas, que até hoje lutam pela sua dignidade, para serem reconhecidas como seres humanos.

Quando falamos no sistema prisional no Brasil, falamos no lixo em que são colocados aqueles que são considerados lixo. E quando falamos das mulheres nas prisões, hoje existem 42 mil mulheres presas no País. Dessas 42 mil mulheres, cerca de 70% são mulheres negras na faixa de 18 a 30 anos. A maioria é chefe de família; a maioria é filha.

Houve uma grande mobilização este ano pelo HC coletivo,

“ Falar de violência também é falar das mulheres indígenas, as primeiras mulheres violentadas, seviciadas, violentadas na sua essência; as primeiras mulheres que foram presas no País. ”

”a

para que mulheres pudessem cumprir pena junto a seus filhos em casa, principalmente quando os crimes dessas mulheres estão relacionados com o tráfico de drogas.

Eu faço uma correlação terrível e cruel, mas real, com as condições atuais de muitas mulheres negras, de traficadas a traficantes — essa é a grande história do País. As nossas ancestrais foram traficadas solenemente e negociadas, mesmo após 1831, com o fim do tráfico de escravos no País. E hoje, nas condições mais perversas, elas estão no tráfico.

São estas as condições de criminalização em que vivem as mulheres negras: bastou ser mulher e bastou ser negra para ter o estigma de mulher voltada à criminalidade. As próprias condições em que essas mulheres negras vivem ainda as colocam na marginalidade, à margem dos direitos econômicos, sociais e culturais.

E aí nós temos o racismo, o racismo institucional, que permite que as mulheres em privação de liberdade, principalmente do sistema prisional, ainda sejam tratadas de forma diferenciada. O que eu chamo de “forma diferenciada”? Uma dieta dirigida a uma mulher que está grávida, dentro do estabelecimento prisional, geralmente não é oferecida, porque ela está num lugar de cumprimento de pena, não tem o direito de se alimentar. Muitos aqui acham que o presídio é um hotel cinco estrelas. Essas pessoas não tiveram oportunidade de adentrar as dependências dos presídios brasileiros, verdadeiros sarcófagos, verdadeiros locais nocivos, verdadeiras masmorras da Idade Média. Para além de masmorra, é o retrato terrível do que foi o processo colonizador e escravagista no País.

Tivemos a conquista das audiências de custódia, mas, infelizmente, estamos num país que ainda vive o Triângulo das Bermudas. Quando eu falo desse Triângulo das Bermudas, refiro-me às jovens mulheres que chegam a essa audiência de custódia muitas vezes de cabeça baixa, de chinelo havaianas, que em menos de 5 minutos irão conhecer o defensor público e ficar diante daquele cenário que nós conhecemos: promotor público branco, juiz branco,

“ Hoje existem 42 mil mulheres presas no País. Dessas 42 mil mulheres, cerca de 70% são mulheres negras na faixa de 18 a 30 anos ”

”

defensor branco. Geralmente, essas mulheres não são colocadas em liberdade, mesmo muitas delas tendo cometido crimes de baixo potencial ofensivo, mesmo muitas delas sendo mães, com filhos menores de 12 anos de idade.

A gravidez nos estabelecimentos penitenciários ainda é uma questão terrível, porque eles não são adaptados às mulheres que ficam grávidas. Essas mulheres têm que contar com uma coisa que Vilma Piedade chama de “dororidade”, porque elas se relacionam através da dor. Muitas mulheres abrem mão da sua cama, da sua cela, da sua grade para dar lugar à mulher grávida, para que ela não deite no chão, não fique misturada a panos e a tecidos. Muitas vezes, o colchão é de péssima qualidade, a água é reduzida, os móveis não são distribuídos a contento, e as famílias têm que assumir a responsabilidade.

A dor maior de todas essas mães que estão nas prisões é ter que deixar os filhos. Não pensem que é um desafio fácil para elas. Não pensem que as mulheres são vocacionadas para o crime. Lamentavelmente, os grandes responsáveis pelos crimes no País ainda estão impunes. Os chefes do tráfico de carne humana ainda são os mesmos chefes do tráfico de drogas no País, que se protegem sob o manto da impunidade e ainda se aproveitam dessa situação de miserabilidade em que muitas mulheres vivem. Muitas mulheres só vão para o crime do tráfico porque não têm oportunidade de estar num mercado de trabalho que as respeite e garanta a condição de sustentabilidade a ela e a seus filhos.

Há ainda o racismo que se perpetua na sociedade brasileira, que define os lugares em que mulheres e homens negros têm que ficar. Lamentavelmente, essa é a sociedade que nós temos, uma sociedade que aprisiona, que coloca fora dela aqueles considerados inadequados, que forma a mão de obra excedente.

Quando eu falo dessas mulheres, quando falo do ferro ao aço, refiro-me ao ferro das correntes que aprisionaram as ancestrais delas, quando aqui chegaram. Hoje, esse mesmo ferro se transforma no aço das algemas e das grades dos presídios. Sem contar as balas que transfixam peitos e corações, quando atingem os filhos dessas mulheres, e as atingem também.

“A dor maior de todas essas mães que estão nas prisões é ter que deixar os filhos.”

São essas mulheres que estão perdendo seus filhos por causa dessa política de segurança pública, essa intervenção que diz que essas mulheres têm que cuidar melhor dos seus filhos, como se fosse apenas o papel das mulheres, e não dos homens e do Estado brasileiro, o de cuidar dos seus filhos. Eu gostaria também de deixar bem claros os efeitos do racismo, a perversidade do racismo.

“Foram 500 anos dedicados à construção deste País, e as reparações ainda não foram feitas.”

”

Quando uma jovem e o seu marido conseguem adquirir um imóvel, principalmente na cidade de São Paulo ou nas principais capitais, e deixam de morar em bairro mais pobre e vão morar em um bairro melhor, o racismo ainda adentra os condomínios, e os condôminos não conseguem aceitar que um casal jovem com dois filhos negros, morando na cidade de Guarulhos, possa adquirir um imóvel de qualidade. As pessoas ainda olham assim: “Será que é empregada?” “Será que é dela?” “Quem é essa pessoa que está aí, caminhando no nosso condomínio de luxo?”

As pessoas dizem que o racismo está na cabeça nossa, dos negros, das mulheres negras, que vivenciamos o racismo institucional, aquele racismo fino, requintado, elegante, que não vai dizer que é racista, mas, quando você pede uma coisa, responde: “Ah, não é possível.” “Não vai dar.” “Olha, desculpa, não me leve a mal...”.

Então, nós temos novos personagens: o “não me leve a mal” e o “ah, não”. Esses são os personagens que enfrentamos no racismo institucional, aquele racismo que diz que “nós não somos racistas; nós somos aliados”, mas, na hora de fazer a divisão do bolo, vemos para quem Deus é. Ninguém quer abrir mão do seu privilégio. Essa é a grande questão do racismo no Brasil: a falta de vontade de abrir mão de privilégios.

Mais uma vez, eu quero aproveitar esta oportunidade e dizer que estamos em um ano de muitas comemorações. Eu falei de várias datas emblemáticas este ano e, para nós, mulheres negras, é importante lembrar que este é o ano não só o ano em que se comemora os 130 anos da abolição de uma abolição inacabada, mas também o ano em que se comemora, como eu disse, os 70 anos do Congresso

Nacional de Mulheres Negras, em 1948 — depois nós tivemos, em 1988, o 1º Encontro de Mulheres Negras. Em 2004, tivemos o 2º Encontro de Mulheres Negras, em São Paulo. Agora, tivemos a Marcha de Mulheres Negras e estamos tendo o Encontro Nacional de Mulheres Negras. É fundamental esse encontro de mulheres negras — jovens, mulheres de mais idade, mulheres que têm tradição, história e luta.

Por que as mulheres negras estão se organizando para esse Encontro Nacional? Porque, se nada mudou, nós vamos mudar. Nós não aceitamos retrocessos. Nós não aceitamos que os nossos direitos construídos neste País, os nossos direitos assegurados na Constituição Federal sejam vilipendiados — o nosso direito à existência, o nosso direito a uma vida digna, uma vida sem violência e sem racismo, uma vida em que os nossos corpos não possam ser alvejados a bala, discriminados, negligenciados pela saúde pública e negligenciados nos livros escolares. Nós não podemos admitir isso.

Foram 500 anos dedicados à construção deste País, e as reparações ainda não foram feitas. Não foi feito nenhum tipo de reparação que nos assegure os nossos direitos. E este é um ano de eleições. Então, neste ano, o Encontro Nacional de Mulheres Negras, que vai ser em Goiânia, vai ser muito importante, porque vem marcando uma história de luta das mulheres negras, que se iniciou a partir do momento em que ancorou o primeiro navio negreiro neste País.

Não podemos deixar jamais de levar em consideração, na luta das mulheres negras, quem foi a Irmandade da Boa Morte. Nós, mulheres negras, trazemos na nossa vida a marca da liberdade, e a Irmandade da Boa Morte, do Recôncavo Baiano, tem essa trajetória. Eram mulheres africanas, escravizadas, que tinham um objetivo, o qual não é diferente do objetivo das mulheres que nós vemos nos metrô, nas ruas, nas esquinas: vendiam cocadas, doces, para angariar fundos para comprar a carta de alforria dos filhos e maridos. Não é diferente das mulheres que vemos fazendo essa mesma atividade, em busca de juntar dinheiro para pagar para o advogado libertar o seu filho.

Essa é a grande realidade dos dias de hoje. Nós, mulheres negras, somos o signo da liberdade, o signo do feminismo, mas um feminismo libertário, que prima pela igualdade, pela oportunidade e, principalmente, pela dignidade da pessoa humana.

Neste ano, que é um ano de eleições, não podemos deixar de lembrar os marcos das mulheres importantes na nossa história

contemporânea.

Estou diante de Benedita da Silva, uma das mulheres mais importantes da história política brasileira, que sai da favela, vem para o asfalto, volta para a favela e não se esquece de onde veio, porque o compromisso dela é um compromisso de mais de 300 anos. Ela é uma das maiores marcas, uma mulher que foi Constituinte neste País, uma mulher que subiu à tribuna neste País, uma mulher que lutou para instalar água no morro em que ela morava. Era o direito à água!

Essa é a Benedita da Silva, uma das mulheres mais importantes da história deste País.

Neste mês de julho, que é o Julho das Pretas, Julho de Maria Felipa e de tantas mulheres negras, como aquelas que me antecederam, eu dedico todo o meu respeito e a minha admiração à Benedita da Silva.

Durante a minha fala, eu usei os 15 minutos que me deram e tive que falar resumidamente. Mas eu posso colocar a seguinte questão: quando falamos de sistema penitenciário, quando falamos de processo de seletividade penal neste País, estamos falando daqueles corpos que foram selecionados para serem aprisionados, para serem torturados e para serem humilhados na sua essência. Quando falamos do que é a prisão para as mulheres, as mulheres negras, há um detalhe mais crucial ainda: aquele corpo negro é passível de ser torturado, aprisionado e castigado. Quando nós falamos do que significa o presídio para essas mulheres, vocês imaginem o que é estar em um processo sem querer, porque as pessoas não são vocacionadas para delitos. Eu sempre falo que as pessoas não são vocacionadas para o delito. A maioria dessas mulheres que estão envolvidas com crimes relacionados ao tráfico de drogas tem ali um meio de conseguir dinheiro rápido para atuar dentro da dimensão doméstica, por incrível que pareça. Esse dinheiro vem para complementar o orçamento doméstico. Não se conhece mulheres negras arquimilionárias envolvidas no tráfico de drogas. Muito pelo contrário, são varejistas, são varejeiras. Os grandes traficantes, os grandes envolvidos com o comércio de armas, de drogas, com a lavagem de dinheiro no comércio de drogas ilícitas neste País estão livres. Essa é a grande questão.

É esse dinheiro dos pininhos de cocaína, dos pininhos das pedras de crack que, aliado à falta de uma política pública para a inserção com dignidade dessas mulheres no mercado de trabalho,

lamentavelmente empurra muitas delas para o crime. É uma questão de sobrevivência! Temos um Estado que não cumpre com as suas obrigações de moradia digna. Eu não estou falando de um quarto, cozinha, com um banheiro do lado de fora. Eu não estou falando de morar em um prédio totalmente condenado, arriscando vidas como no caso de São Paulo. Eu não estou falando de uma barraca ou de um pedaço de plástico debaixo de algum viaduto. Eu estou falando de moradia com dignidade, com acesso a transporte, à saúde, à educação, a lazer.

“Benedita é uma das maiores marcas, uma mulher que foi Constituinte neste País, uma mulher que subiu à tribuna neste País, uma mulher que lutou para instalar água no morro em que ela morava. Era o direito à água!”

”

O que acontece com essas mulheres? O que acontece quando o Estado não cumpre com as suas obrigações? Ele nunca é punido. Esse Estado que não cumpre com as suas obrigações não vai para o banco dos réus. Quando eu pego uma folha de antecedentes dessas mulheres, ou desses jovens que estão nas prisões, vejo que o endereço é a Rua A, Travessa B, número tal. E, quando você vai ver, é em uma pirâmide que, quando vem uma chuva, leva até o sonho. É nestas condições: sem saneamento básico, sem asfalto, sem iluminação.

Onde está o Estado que não garantiu o asfalto e o saneamento básico? Essas pessoas moram ali. Quando vemos um déficit educacional, déficit de moradias neste País, não colocamos ninguém no banco dos réus. Quando vemos um déficit educacional ou um déficit de moradias neste País, não colocamos ninguém no banco dos réus.

Outro detalhe: quando falamos na exploração do mercado de trabalho, o tráfico de drogas é a reprodução da exploração mais cruel que o capitalismo pode provocar, quando vemos crianças até de 9 ou 10 anos envolvidas no tráfico. A exploração, o tempo de vida útil desses jovens no tráfico, que sabem que entraram mas que não chegarão aos 20 anos, a responsabilidade das contenções, das biqueiras. Eles não têm carteira assinada, mas têm responsabilidades de uma empresa,

o pessoal que trabalha com a “endolação”, a produção em série, e, mais uma vez, aquelas pessoas varam as noites fazendo tubinhos e refinando a cocaína. Tudo isso faz parte da produção.

Trata-se do crime organizado numa escala de organização extremamente cruel, em que se demanda aquele que entende de logística e estatística de mercado. É a lógica do mercado! Quem é que vai para a cadeia? Quem transporta 33, 34, 35. É o transporte, é a formação de quadrilha, mas, dentro dessa escala, quantos grandes — não estou falando de varejistas — traficantes temos presos neste País?

Quando é que a sociedade brasileira vai fazer uma discussão séria e qualificada sobre a discriminação de drogas neste País? Discutir o tráfico de drogas é como discutir a abolição da escravidão no Brasil. Alguém vai sair perdendo. No caso da abolição da escravidão, são 20 anos de discussões no Parlamento, enquanto o tráfico de escravos corria solto neste País. Discutir a abolição é o mesmo que discutir o tráfico de drogas: alguém vai sair perdendo, e tem gente que não quer sair perdendo.

Não é uma coisa que a Maria que mora na rua A da travessa B pega com cinco, sete ou oito pinos seja a traficante. Ela não é a traficante! Esta é a grande questão. O Zezinho com um fuzil AR-15, que está fazendo a contenção, não é o traficante!

Esta é a grande discussão sobre segurança pública de que estamos falando. A denominação que se dá hoje para hiperencarceramento no Brasil vem desde 1549, quando surge a cadeia no País. De 1549 em diante, sempre há um preto na prisão: só se veem negros na prisão! Há também a construção dessa identidade negra criminosa. Como esta identidade é construída? Por que dois jovens negros não podem estar correndo? Por que uma pessoa cujo nome me recuso a falar — uma pessoa que não merece nem ser chamada pelo nome quando se despersonaliza outra pessoa — acha que, por ser um jovem negro talentoso, tem que praticar arrastão? Então, tem que ser reforçado o mito da criminalidade em relação a todos os negros, como se a pele que veste o seu corpo fosse uma pele marginal, uma pele que coloca em risco a população?

Você tem que se desfazer da sua pele para ser reconhecida como pessoa talentosa, como alguém que joga futebol e tem tantos outros talentos? Essa é a grande questão do racismo.

Quando se fala em racismo no interior do sistema prisional, a pergunta a se fazer é: quem toma conta de quem? Eu digo: quem cuida de quem cuida? Eu estou falando dos funcionários do sistema prisional. Quem são esses funcionários e essas funcionárias? Quem são essas pessoas que não são valorizadas no seu espaço de trabalho? Quem são essas pessoas que não têm um plano de saúde condizente com o que fazem, que não recebem tratamento multidisciplinar, diante das 36 ou 48 horas em que ficam naquele clima? Refiro-me, principalmente, às professoras, que não têm, muitas vezes, condições de ministrar suas aulas como gostariam, porque os espaços não são feitos para elas ministrarem as aulas, ou porque aquela sala de aula, qualquer dia, vai virar um depósito ou uma cela. Além disso, há as equipes técnicas de assistentes sociais, psicólogos e médicos. Como vivem aprisionados e torturados também os funcionários! Trata-se de um ambiente hostil, um ambiente com horários, com regramentos, um ambiente de correção do

comportamento. Quem estudar história das prisões vai ler: correção. No Brasil, as primeiras casas foram as casas de correção, que buscam corrigir os comportamentos desviantes. Esses comportamentos

desviantes são de que natureza? A eugenia muito apregoou, assim como Dalton, Gobineau e outros eugenistas, o uso de tatuagens em pederastas, que seriam homossexuais, ou em lésbicas e prostitutas perseguidas na década de 30. Esta mesma eugenia teve força no Direito e na Medicina, de forma que se fala na cura de pessoas homossexuais, de diferentes orientações sexuais, de mulheres que são doentes ou de gays que são doentes.

Esta é a sociedade que manipula a criação de manicômios e presídios no Brasil, lugares dirigidos aos inadequados.

Cito como exemplo as colônias para portadores de hanseníase, colocadas para os inadequados, num projeto de uma sociedade que tinha tudo para ser perfeita. “Se não fossem os índios, os negros, os gays, as lésbicas, os deficientes, a sociedade teria tudo para ser perfeita!” Há uma busca pela sociedade perfeita. Portanto, quem é inadequado, quem está fazendo volume, nós aprisionamos, não lhes

A denominação que se dá hoje para a hiperencarceramento no Brasil vem desde 1549, quando surge a cadeia no País.

asseguramos trabalho, educação, moradia.

Quando falamos em justiça, temos a Defensoria Pública. Como é que eu posso ter 50 promotores, quando, na prática, eu tenho 20 defensores? Como é que eu posso ter uma Defensoria Pública em condições tão diferentes, tão deficitárias, com tão poucos defensores? As estruturas das defensorias são difíceis: não têm o número de funcionários suficientes, não têm os concursos necessários. E aí se exige equidade no acesso à Justiça. Se eu não tiver isso, eu não tenho aquilo.

Encerrando minha fala, lembro a questão da exploração interna do trabalho no interior dos presídios. Hoje todo preso tem que trabalhar. Quem não conhece presídio não sabe o que é disputar, a tapa, a oportunidade de ter um trabalho dentro de um presídio, quando não, com todo o respeito às religiões — todas têm o direito de religar —, hoje os presídios se transformaram em templos de algumas religiões. Quando você entra, escuta “Deus é amor!”, Deus é isso, Deus é aquilo, mas o lugar é um verdadeiro inferno!

Portanto, precisamos ter a atenção de que esses lugares segregados, os lugares em que se cumpre pena, são para cumprir pena! São lugares para se ter acesso a alimentação, a saúde, a integridade. No caso das mulheres grávidas na prisão, a própria gravidez vira uma tortura. A qualquer dor elas sofrem, e a criança que esperam também é torturada. Quando elas dão à luz, a comida é muitas vezes reduzida, para que o leite seque, e ela se desfaça da criança o mais rápido possível.

Quando falamos das trans e, principalmente, das lésbicas, em alguns presídios, se duas mulheres andam de mãos dadas, é o suficiente para ficarem trancadas 30 dias — cada uma numa tranca.

Quando não, são enviadas a outro presídio, sem que a família saiba. Dentro do presídio, se as irmãs que não se viam, por terem sido separadas pela vida, se encontram e não dizem que são irmãs, serão separadas, porque vão dizer que se trata de um casal de lésbicas.

Não se coloca um espelho numa cela por segurança. É proibido usar uma conta de guias, por questão de segurança. No entanto, quando se encontra uma Bíblia, tudo bem, já que é obrigatório tê-la em todas as pedras da cela. Em todas as camas, é obrigatório ter uma Bíblia. Em todos os lugares, em vários presídios, o único livro que se tem

na biblioteca é uma Bíblia.

Quando falamos do mundo externo, os presos escrevem muitas cartas para vários órgãos. Porém, quanto às mulheres presas, a vigilância sobre as cartas é muito grande, mas não porque elas não saibam escrever. O acesso à biblioteca é praticamente impossível às mulheres. Quando os livros não são bíblicos, são revistas como *Júlia*, *Sabrina*, nunca uma Lei de Execução Penal, um Código Penal! É diferente, porque os homens têm esse tipo de acesso.

Quando falamos das mulheres na prisão, temos que nos lembrar das idosas, de mulheres com mais de 60 anos, que também começam a adentrar as prisões. Você chega à prisão e tem aquele encontro — “Minha cela, minha vida”: a mãe presa, a filha presa, a avó presa, o marido em outra unidade prisional e o filho, possivelmente, no socioeducativo.

Tudo isso se dá graças à política chamada “desemprego”, aliada ao racismo, à discriminação e à ausência de investimentos em educação integral, em remuneração digna para professores e professoras, que vai desde o ensino infantil até as universidades, para uma maior valorização daqueles que estão lá dentro.

Eu não posso dizer qual é a maior dor ou a menor dor. Lamentavelmente, este País caminhará para algo pior, caso não se faça nada urgentemente. O algo a fazer está em nossas mãos: as eleições. Nós é que vamos dividir, nós é que vamos fazer a diferença.

Eu queria colocar para vocês que as novas metodologias de tortura vão do controle de acesso à alimentação e à medicação ao contato com o mundo exterior, à volta ao mundo aqui fora. Quem não foi ressocializado dentro desta sociedade jamais será considerado ressocializado. As mulheres, os negros e os jovens que passam pelo sistema prisional lamentavelmente sempre serão os últimos da fila. Virão depois de ninguém.

“A eugenia muito apregoou, assim como Dalton, Gobineau e outros eugenistas, o uso de tatuagens em pederastas, que seriam homossexuais, ou em lésbicas e prostitutas perseguidas na década de 30.”

”

Ieda Leal de Souza

Coordenadora Nacional do MNU; Secretária de
Combate ao Racismo da CNTE

11 de julho de 2018

Escaneie o
QR CODE e assista
a apresentação





IEDA LEAL DE SOUZA

Quero agradecer à Deputada Ana, que me recebeu com muito carinho, e passar a ela a bandeira dos 40 anos do Movimento Negro Unificado. Nós estamos entregando a nossa bandeira a todas as pessoas que sabemos estar envolvidas na luta pelo atendimento às reivindicações de inclusão do povo negro no País. Então, sintá-se parceira dos 40 anos do MNU. (Mostra a bandeira.)

Quero agradecer, dizendo que começamos a comemorar no dia 7 e vamos terminar só no ano que vem, com várias vitórias que acreditamos que o povo negro terá neste ano.

Deputado Vicentinho, eu tinha guardado uma bandeira dos 40 anos do MNU para lhe entregar depois, mas eu não vou perder a oportunidade de lhe homenagear também neste momento.

São defensores, são pessoas com que podemos contar. São homens e mulheres que acreditam que um outro mundo é possível. Aqui está nossa bandeira do MNU dos 40 anos. Este aqui é o nosso símbolo, que estamos usando para homenagear pessoas que de fato...

Desde o momento em que pisei nesta terra, hoje pela manhã, eu só tenho tido alegrias.

Eu já fiz os agradecimentos iniciais. Agora, quero dizer para a Profa. Neide Rafael e a Marina Pereira, da Frente de Mulheres Negras do DF e do Entorno, a Margareth, a Santa, a Cecília, uma amiga da minha infância em Goiânia, a Roseane, Secretária de Combate ao Racismo da CUT, e outras pessoas que estão aqui que depois eu vou agradecer a elas e abraçá-las longamente.

Quero dizer que este momento é muito especial não só para vocês que estão aí sentados, mas para o MNU. Eu hoje sou Coordenadora Nacional do MNU, uma entidade que completa 40 anos, que é formada por homens e mulheres, jovens e idosos que acreditam que outro mundo é possível. Há 40 anos, eles fizeram um acordo para a fundação do Movimento Negro em São Paulo e o fundaram. Hoje, completamos 40 anos, com uma carta de princípios que diz que nós precisamos, de fato, de uma democracia racial.

Nas escadarias de São Paulo, em 1978, homens e mulheres falaram que racismo é crime, e nós continuamos dizendo isso. E, se é crime, os culpados têm que pagar por isso. O Estado brasileiro compreendeu que o racismo é uma situação sofrida pelos negros no País. Várias coisas já foram feitas nos últimos 40 anos, mas muito precisa mudar. Nós

chegamos a 130 anos da abolição com luta, porque nós sabemos que só construímos uma sociedade melhor lutando e defendendo que aquilo em que acreditamos. Nós somos sobreviventes.

Hoje, nós viemos a este local para dizer que as mulheres negras, mesmo torturadas, mesmo nas piores condições, em porões, com a colonização dos seus corpos, com a possibilidade de tirarem delas os seus filhos, os seus maridos, mesmo com esse sofrimento todo, continuam na resistência. Mesmo com a possibilidade de o Governo brasileiro achar que, em algum tempo, nós negros iríamos sumir, nós resistimos. Hoje, somos quase 60% da população. Existe uma população de mulheres negras que resiste neste País.

Neste ano, uma instituição superimportante, o Geledés, completa 30 anos. E são os 40 anos também do MNU, que nascia em São Paulo no dia 7 de julho de 1978. No mesmo ano, transformamos o dia 20 de novembro no Dia Nacional da Consciência Negra. Nosso movimento de homens e mulheres, organizado às vezes em outras instituições, mudou a LDB. Nós tivemos coragem de dizer para este Governo racista que cotas eram necessárias. E dizemos que é preciso fazer mais reparações, que o povo negro precisa aparecer em outros locais, que nós somos absolutamente invisibilizados.

As mulheres negras movem o Brasil. Essa não é uma frase simples, mas é uma frase que podemos

Então, dizer que as mulheres negras movem o Brasil não é falar uma simples frase. Essa é uma frase da qual nós podemos nos apropriar, porque nós fazemos isso mesmo. Nós fazemos um movimento enorme no País porque precisamos do reconhecimento e da valorização da nossa participação. Depois de 30 anos, nós mulheres vamos fazer um encontro de mil mulheres em Goiânia. Vamos celebrar este momento 30 anos depois, para fazermos uma reavaliação do nosso comportamento.

Nós perdemos Luiza e Lélia. Hoje elas se encontram em outro espaço, no Orun, mas estão presentes na caminhada de cada mulher

“ Nas escadarias de São Paulo, em 1978, homens e mulheres falaram que racismo é crime, e nós continuamos dizendo isso. E, se é crime, os culpados têm que pagar por isso. ”

negra que lutou à frente do Movimento Negro Unificado e que não se furtou a também fortalecer outras entidades.

Em 2018, em um palco de Goiânia, nos dias 6, 7, 8 e 9, nós vamos nos reorganizar para dizer ao País que tipo de sociedade nós queremos. Lá será a culminância, mas nós vamos começar agora, dia 25 de julho, que é o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Nós vamos começar a nossa reorganização nessa data, que nos é muito importante, porque diz que podemos nos organizar na educação, na saúde, na segurança, podemos nos organizar como catadoras de coco, como mulheres independentes e empreendedoras. Nós temos possibilidades. Nós nunca paramos de nos organizar, inclusive as mulheres que ficam em casa se organizando para que outras pessoas possam realizar seus sonhos.

Eu tenho que ressaltar uma coisa que acho importante: a possibilidade de hoje eu estar aqui falando como Coordenadora do MNU, como Secretária de Combate ao Racismo da CNTE, como Presidente da Central Única dos Trabalhadores em Goiás, como participante do movimento sindical. Hoje, as mulheres não são apenas convidadas no movimento sindical, elas são partes integrante de uma luta. Nós mulheres precisamos nos organizar dentro de outros espaços para garantir a nossa participação. Nós temos que ocupar outros espaços. Ser presidentes de sindicatos ou de qualquer outra organização é uma situação quase natural para nós mulheres, porque estamos cotidianamente nas lutas. A nossa participação oxigena o movimento sindical, que era um movimento de homens. Agora ele não é mais assim, ele também tem que ser dividido com as mulheres.

Ontem, dia 10 de julho, fez 24 anos da morte de Lélia Gonzalez. Há 2 anos nós perdemos Luiza. E já faz mais de 100 dias que Marielle foi exterminada. Nós precisamos saber...

Como eu estava falando, Luísa nos deixou; no dia 14 de março, nós perdemos Marielle; a Cláudia foi arrastada por um camburão, em

“Dizer que as mulheres negras movem o Brasil não é falar uma simples frase. Essa é uma frase da qual nós podemos nos apropriar, porque nós fazemos isso mesmo.”

”

um caso de violência policial.

Dia 25 de julho é o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Julho das Pretas é o mês em que nós nos movimentamos pelo País todo para mostrar a importância dessa data no calendário. Nós levamos uma caravana de mulheres pretas pelo País para discutir com as empreendedoras, com as jovens, com as mulheres de terreiro, com as quilombolas, com as mulheres que fazem a nossa cultura e a nossa arte, com as cantoras, com as professoras. Mulheres negras de todo o País, uma a uma, vão se juntar a essa caravana, a essa reorganização das mulheres, e disso vai resultar uma caravana maior, para chegar a Goiânia com mil mulheres.

Nós precisamos cobrar, precisamos monitorar todas essas questões, precisamos organizar o nosso povo. A formação política e jurídica das mulheres é imprescindível. Nós temos que conhecer os nossos direitos. Além do feminismo, existe o feminismo negro, organizado por nós, com a nossa cara, que nos dá condições de continuarmos juntas.

Outra coisa é o apoio afetivo. Nós mulheres negras precisamos nos cuidar, porque as pessoas nos tratam como se fôssemos máquinas. Nós não somos máquinas, nós temos coração. Temos que seguir adiante juntas e lutando pelo cuidado com o corpo dessa mulher. Nós não podemos permitir essa violência médica obstétrica que existe contra os nossos corpos negros. Nós precisamos entender que o feminicídio nos atinge violentamente, e que isso precisa mudar. Nós precisamos estancar isso.

Nós mulheres negras movemos o mundo, porque acreditamos que, além dessas questões todas, uma organização precisa estar presente no nosso dia a dia. Nós precisamos ocupar as Câmaras Municipais, as Assembleias, a Câmara dos Deputados e o Senado.

Nós precisamos dizer que uma sociedade baseada no bem viver não pode nos matar e tirar de nós os nossos filhos. Em Goiás, dez crianças e adolescentes foram barbaramente queimadas em uma cela, e o Estado tem que ser responsabilizado por isso. As mães acreditavam que o Estado devolveria essas crianças, mas ele as devolveu mortas, sem vida. Até hoje, ninguém explicou como aconteceu esse crime bárbaro. O Estado tem que ser responsabilizado por isso. Então, temos que olhar para o sofrimento dessas mulheres negras, que precisam continuar cuidando de seus outros filhos, que também sofrem ameaças. Existem

jovens desaparecidos, existem mulheres negras que são violentadas todos os dias pela violência no trabalho, mulheres que são subjugadas e tratadas como escravas. Então, nós precisamos estar com os olhos abertos.

Esperamos que na Década Internacional de Afrodescendentes, que vai de 2015 a 2024, possamos efetivamente mudar as relações raciais no Brasil e no mundo. Nós não podemos continuar achando que as coisas vão ser resolvidas com alguns programas. O Estado precisa mudar, precisa assumir que é racista, precisa proporcionar vida melhor para os negros do País.

Eu sempre uso expressões como “minha vida, meus direitos; nossa vida, nossos direitos”. As pessoas sabem que, se derem oportunidade para a comunidade negra, nós iremos muito adiante. Então, nós precisamos lutar para, de fato, ter essa situação revertida.

A universidade precisa entender que nós negros queremos participar. Por isso, é preciso nos amparar e garantir a presença das pessoas negras nesse espaço. A educação não vai ser transformada apenas com a mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. É preciso investir também na formação dos trabalhadores que atuam na área da educação, os professores e o pessoal administrativo.

Nós precisamos ficar vigilantes. A Década de Afrodescendentes vai nos ajudar a compreender essas questões e a trazer organismos internacionais para a nossa luta. Mas nós ativistas do movimento negro precisamos também nos organizar no País. Nenhum passo atrás pode ser dado; nenhum direito pode ser arrancado.

Para nós, negros e negras, reagir à violência racial é fundamental. Eu lhes trouxe uma música escrita pelo Martinho da Vila que foi modificada por duas mulheres, a Doralyce e a Sílvia. Eu tive que trazer essa versão para cá, porque a música original nos causava muito constrangimento. Elas pegaram a letra e a transformaram em um hino nosso. Ela diz assim:

*“Nós somos mulheres de todas as cores
De várias idades, de muitos amores
Lembro de Dandara, mulher foda que eu sei,
De Elza Soares, mulher fora da lei
Lembro de Anastácia, valente guerreira (...)”*

*Aí, nós colocamos: “Lembramos também de Marielle”
“De Chica da Silva, toda mulher brasileira
Crescendo oprimida pelo patriarcado,
Meu corpo, minhas regras
Agora, mudou o quadro
Eu não sei porque tenho que ser a sua felicidade
Não sou sua projeção
Você é que se baste
Meu bem, amor assim quero longe de mim
Sou mulher, sou dona do meu corpo
E da minha vontade
Fui eu que descobri prazer e liberdade
Sou tudo que um dia eu sonhei para mim.”*

Essa é uma versão da música que agora temos que cantar.

Para finalizar, quero contar uma pequena situação que aconteceu comigo. É importante que nós, mulheres negras, reverenciemos todas as mulheres que não estão mais presentes, que já se foram, que estão no Orun. Mas há uma mulher que está conosco e que nos serve de exemplo de vida e de guerra.

Em 1986, eu estava sentada num auditório em Brasília discutindo como nos organizaríamos para fazer propostas para a Constituinte, como nós negros nos organizaríamos para termos a nossa representação e a aprovação de uma Constituição que fosse a nossa cara. Naquela plenária havia uma mulher sentada próxima de mim, com os cabelos trançados, como fazíamos antigamente, e de roupas brancas. Um homem presente se levantou e gritou muito alto, arrancou da cabeça uma boina, seus dreads caíram, e ele foi à frente gritando, falando de justiça e de tudo mais. Nós ficamos estarecidos com a posição daquele senhor, porque naquele momento não havia necessidade daquele rompante. Depois que ele falou e se sentou, a mulher que estava sentada entre nós pediu a palavra. Nós não sabíamos quem era aquela mulher. Ela era a Benedita da Silva. Ela falou pausadamente sobre os encaminhamentos e sobre tudo que poderíamos fazer. No final, alguém disse: “Essa é a Benedita da Silva, mulher negra e favelada, Deputada Federal eleita”. Nós, as mulheres que estávamos próximas dela, pensamos assim: “É essa mulher que eu quero ser quando crescer”. Essa experiência nós trazemos para 2018, quando conseguimos ver a Deputada Benedita como Senadora da República falando por nós.

Neste momento de reorganização das mulheres negras no Brasil, temos condições de agradecer a todas as mulheres — brancas, indígenas etc. — e também de revelar o orgulho que temos de uma mulher como a Deputada Benedita da Silva. Naquele momento, quando éramos crianças, quando éramos jovens,

“ Nós mulheres negras precisamos nos cuidar, porque as pessoas nos tratam como se fôssemos máquinas. ”

ela falou e continua falando por nós. Nós queremos que mais Beneditas da Silva nasçam. É necessário lembrar ao Brasil todo, a todo momento, que no Rio de Janeiro brotou uma pérola negra para que os nossos sonhos sejam realizados no País. Ela é uma Parlamentar que tem responsabilidade com a comunidade negra, com as mulheres negras. Ela sabe do nosso sofrimento. Ela tem todas as condições de dizer o que nós queremos. A Deputada Benedita da Silva, em 2015, em cima de um caminhão, falou para nós mulheres negras estufarmos o peito, erguermos a cabeça e irmos para cima, porque o Brasil é nosso.

Então, é preciso reconhecer todas as mulheres que já não estão aqui, mas temos que convocar a Deputada Benedita da Silva e dizer a todas as pessoas que não andamos sós, que andamos bem acompanhadas. Temos o apoio de todos que acreditam na nossa história e temos a inspiração de uma mulher que é o retrato da vitória de uma mulher negra no País.

Eu gostaria de agradecer a todos. Além dos que estão presentes, estão comigo Lélia, Luíza, Cláudia, Marielle, Carolina Maria de Jesus, Dandara, minha mãe, que completa 80 anos, minhas filhas, que hoje estão na universidade, algumas cotistas e outras não, minha neta que vai nascer, minhas amigas e amigos, todas as pessoas que estão neste País e que acreditam que outro mundo é possível.

Uma parcela de luta, a das mulheres negras, tem que ser compreendida. Nós fazemos a diferença e juntas iremos muito longe.

Quero deixar um grande abraço a vocês e dizer da oportunidade de fazer esse diálogo hoje. Nós precisamos fazê-lo em todos os lugares, nesta Câmara, mas também lá fora. Precisamos aumentar o número de representantes nossos nesta Casa, nas Câmaras de Vereadores, nas Prefeituras, em todos os espaços.

Nós não podemos esquecer que julho — assim como 20 de novembro, quando se comemora o Dia da Consciência Negra — é uma data significativa para nós, é o Julho das Pretas. Isso ninguém vai nos tirar. Então, nós temos algumas tarefas a fazer e, quando somos chamadas, respondemos. Estamos presentes sempre.

Deputada Benedita, a única prioridade que eles querem é nos colocar na fila da morte. Aí eles nos põem lá na frente. É essa posição nossa que vai fazer esse bolo mexer.

No início, Deputada Benedita, eu disse várias coisas, que depois as pessoas vão lhe contar, agradecendo o momento em que você se posicionou numa plenária. Nós, meninas negras que estávamos lá, não sabíamos quem você era. Depois que você falou, a gente perguntou: “Quem é essa mulher?” E alguém respondeu assim: “Benedita, mulher negra, favelada”. E aí a gente falou assim: “A gente quer ser como ela, quando a gente estiver maiorzinha, porque essa mulher traduziu o nosso pensamento”.

Depois disso, em 1986, nunca mais deixamos de segui-la, porque você é uma mulher que nos representa em todos os momentos e que nos dá força. Quando estamos meio para baixo, você vem e diz: “É assim, é assado, foi assim”. Nós precisamos dessas referências. Nós agradecemos a presença e a ajuda de todas as mulheres brancas nas nossas vidas, mas hoje, depois de 30 anos daquele encontro em Valença — vamos fazer outro em Goiânia —, podemos bater no peito e dizer: “Benedita é a nossa mulher-maravilha”.

Quero só agradecer mesmo. É esperançoso. E esses espaços precisam existir. Neide falou muito bem, aliás, todo mundo. Não é só gratificante, é de responsabilidade política. Não é só o choro do coração. Há a dor da perda, mas há também a certeza de poder continuar um projeto e aí contar com mais pessoas.

É tão bacana ouvir outras mulheres falando da importância desses espaços e saber que pessoas em outros espaços estão nos ouvindo, as Deputadas! A Deputada Erika está aqui — ela é uma paixão nossa —, mas a Deputada Ana, a Deputada Luizianne, o Deputado Vicentinho, a Deputada Zenaide, gente, é representação da melhor qualidade. E a gente precisa continuar cutucando os outros para isso. Abrir a boca aqui hoje para dizer algumas questões é de uma responsabilidade nacional! Nós não podemos errar, e nós não estamos errando, nós estamos nos unindo, nos fortalecendo, e o mundo é nosso.

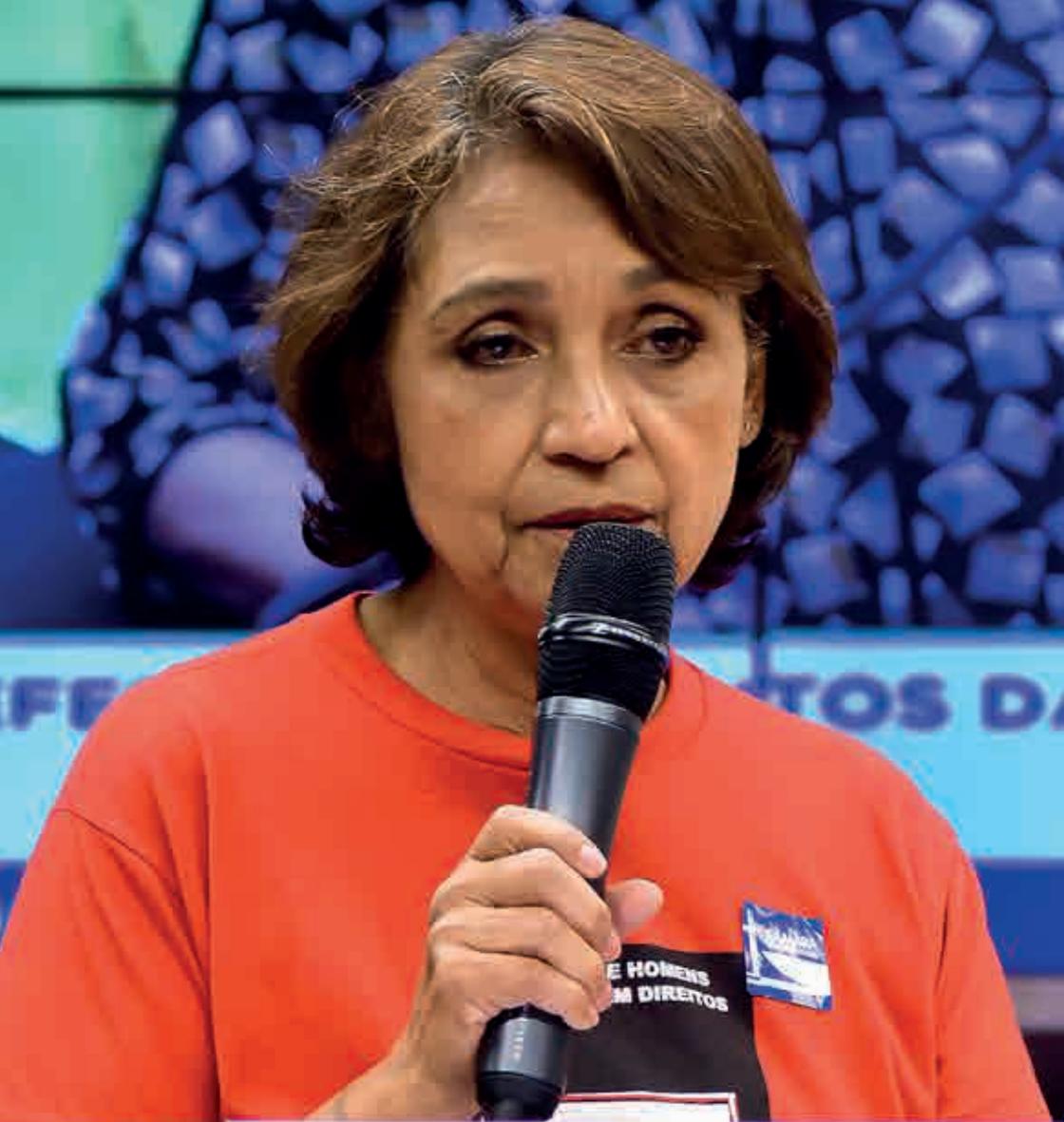
Laerzi Inês

Conselheira Titular no Conselho dos Direitos das Mulheres do DF, membra da coordenação do Projeto Promotoras Legais Populares do DF, membra da Coordenação do Projeto Vez e Voz.

8 de agosto de 2018

Escaneie o QR CODE e assista a apresentação





...E HOMENS
...M DIREITOS



LAERZI

Promotora Legal

CÂMARA DOS

Eu me chamo Laerzi. Eu sou Promotora Legal Popular desde 2007. O Projeto Promotoras Legais Populares do DF e Entorno é um projeto de extensão da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Tem como objetivo criar diálogo com as mulheres e noções de direito, cidadania, relacionados à violência doméstica e aos direitos humanos. Além disso, é um programa de afirmativa de gênero. O projeto consolidou-se em 2005, já tem 14 anos. Passou pelo curso uma média de 500 mulheres desde 2005.

A metodologia que nós usamos é a educação popular, porque é para a comunidade, mulheres de todos os níveis de estudo, de todas as cores, de todas as crenças, de todas as idades, sem nenhuma discriminação. Essa educação é diferente da tradicional, sem hierarquia, inclusive de classes e de saberes. Qual a importância desse projeto Promotoras Legais Populares para as mulheres? Ele transforma vidas, proporcionando o reconhecimento de situações de violência e de violação de direitos.

Como eu disse, é uma transformação de realidades. Por quê? Quantas mulheres em situação de violência, em uma relação abusiva, não entendem que estão passando por aquilo? Elas não identificam, não sabem que aquilo que é um tipo de violência psicológica, uma relação abusiva. Elas só entendem que é uma violência se for física. E é transformador na vida das mulheres, porque é um ambiente de diálogo. Nós conversamos umas com as outras. Não é no formato de educação tradicional, em que se colocam cadeiras e o professor na frente. Não. Todas têm voz, todas falam, contam suas ansiedades, suas angústias, colocam os temas para nós desenvolvermos com elas.

Um exemplo de como identificar a violência: uma das cursistas pediu para falarmos sobre maternidade. Durante a oficina, muitas mulheres, inclusive eu, ficaram sabendo que sofreram violência obstétrica através de nossas conversas e informações. É isto que o curso proporciona: oportunidade a essas mulheres de conversarem, dialogarem, trocarem ideias e conhecimentos. Esse é um dos pontos.

Nos nossos encontros, compartilhamos vivências, conhecimentos, valorizando o saber de cada mulher, pois toda mulher tem seu próprio conhecimento, sem diferenças entre cursistas e facilitadoras. Pelo contrário, em cada troca, nós aprendemos muito mais.

Falamos de desigualdade de gênero, de desigualdade social, de racismo, de identidade de gênero, da Lei Maria da Penha. Uma

série de temas foi apresentada pelo mecanismo jurídico. Também apresentamos mecanismo jurídico e de atendimento à mulher.

Esse curso é de muita importância, principalmente para mim. Segundo relatos, aos sábados, todo mundo fala assim: “Chegou sábado, vou dormir até mais tarde!” Nós pensamos assim: “Nossa, vou para o curso!”, porque ali é nosso momento, nosso espaço, onde há nossa conversa, nosso diálogo. O que nós falamos, compartilhamos e conversamos fica naquele ambiente. Por quê? Logo no início do curso, nós fazemos um pacto: o que queremos e o que não queremos no curso. Entre o que queremos e não queremos, uma das reivindicações, um dos nossos desejos, é que o que for conversado ali fique ali, ninguém leve para outro local, ninguém comente em outro local. Aquele é um momento nosso, um momento de mulher para mulher.

Esse projeto é muito importante. Se houver um dia de recesso ou um feriado no sábado, todo mundo pergunta se vai ter oficina. Nós acordamos 6 horas da manhã, para chegarmos às 9 horas e sairmos às 12h30min.

São, em média, 60 mulheres — já tivemos 85 mulheres —, numa turma com duração de 8 meses, de 9 horas às 12h30min, e ninguém cansa. Se não avisarmos que o tempo acabou, é hora de ir para casa, ficam ali conversando. Passa o tempo, e ninguém nota.

O curso iniciou em Santa Catarina e funciona também no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Aqui em Brasília, funciona em São Sebastião — já é o segundo ano —, na Ceilândia e, desde 2016, em Sobradinho. Na Ceilândia, funciona desde 2005.

Eu entrei em 2007. A minha formação foi em 2007. Estou lá até hoje e não consigo sair. Quando eu tento sair, eu penso: não posso deixá-los. O curso é a minha vida. Eu sou aposentada e vivo só para os projetos. Eu sou voluntária. Eu amo o projeto Promotoras Legais Populares.

Em relação à pergunta da Pôla, depois da formação, depois de 8 meses, as mulheres já integram automaticamente o Fórum de Promotoras Legais Populares, que é um local onde as promotoras se encontram exatamente para ver que ações vão fazer em prol da defesa das mulheres. Depois, todas as mulheres que integram o fórum participam de outros coletivos, como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a Marcha Mundial das Mulheres. Há várias PLPs — promotoras legais populares — na Marcha Mundial das Mulheres e nas redes.

Aparecida Gonçalves

(videoconferência)

ex-Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência
contra as Mulheres da Secretaria de Política para
Mulheres da Presidência da República

14 de agosto de 2018

Escaneie o
QR CODE e assista
a apresentação





Primeiro, eu quero agradecer o convite para, neste momento, falar com a Comissão e com as Deputadas. Cumprimento as Deputadas Erika Kokay e Ana Perugini.

Precisamos fazer duas reflexões. A primeira diz respeito a algo que causou surpresa ao Brasil todo, mais especificamente a nós mulheres, na semana passada: foi publicada no Diário Oficial a transferência do **Ligue 180** para a Ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos. Essa central foi criada principalmente como um espaço de informação e de orientação. Nos últimos 13 anos, desde a sua implantação, essa tem sido uma das únicas fontes que as mulheres, principalmente nos pequenos Municípios, com menos de 20 mil habitantes, têm para se informar sobre a Lei Maria das Penha e sobre seus direitos, para se empoderar. Então, essa transferência causou surpresa.

Aqui eu quero falar em nome do Movimento Popular de Mulheres do Mato Grosso do Sul e também do consórcio que ajudou a pensar a Lei Maria da Penha. Nós temos nos reunido para nos posicionarmos com relação a algumas perdas de direitos. Eu falo em nome desses dois movimentos.

Acho que a bancada feminina da Câmara dos Deputados precisa trazer esse tema à discussão, principalmente num período de aumento do número de feminicídios, com a crueldade com que eles têm acontecido. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, na semana passada, trouxe dados sobre o aumento de 16% tanto no feminicídio quanto na violência sexual. Exatamente neste momento de aumento da violência, também estamos perdendo direitos como o único canal que as mulheres do País têm, efetivamente, para fazer denúncias e obter informação.

Eles não acabaram com o Ligue 180 — é importante dizer isso. Eles o colocaram como um canal na Ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos. Mas a central do Ligue 180 não serve para ser uma ouvidoria. A ouvidoria tem um papel específico: ouvir denúncias e fazer os encaminhamentos dessas denúncias, prioritariamente sobre o mau atendimento no serviço. A central é um serviço especializado.

Portanto, ela não cabe dentro de uma ouvidoria. Ela tem que exercer um papel específico na Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres.

A legislação foi pensada, debatida e aprovada no Congresso considerando necessidade de especialização das atendentes que cuidam desse serviço. No nosso Governo, cada atendimento durava de 13 a 20 minutos. Portanto, é preciso haver especialização, na perspectiva de efetivamente se atenderem essas mulheres.

Eu queria trazer alguns números, porque acho que precisamos refletir a partir deles. De 1 milhão e 138 mil atendimentos, 53,69% são de prestação de informações, são mulheres querendo saber sobre a legislação, sobre seus direitos. Elas querem saber se perdem a guarda do filho, o direito à casa, a propriedade, se abandonarem o marido agressor. Essas informações básicas vão subsidiar a mulher na decisão de fazer a denúncia ou não fazer. Desse total de mais de 1 milhão de ligações, 24% são encaminhamentos para outros serviços, são mulheres que ligam para saber onde elas devem buscar ajuda. Essas mulheres são orientadas a ligar para o 190, para as delegacias, para os centros de referência, para os juizados ou para os serviços especializados, nos Municípios onde há serviço especializado. Portanto, a central Ligue 180 exige uma capacidade técnica e política de atendimento que dê conta desse processo das mulheres.

É importante dizer que 12,38% são, de fato, denúncias de violência que as mulheres fazem.

Com esses números, eu queria trazer uma reflexão sobre o papel estratégico do Ligue 180 no Brasil. Menos de 10% dos Municípios brasileiros têm serviços especializados. Quando esses

“ Eles não acabaram com o Ligue 180 — é importante dizer isso. Eles o colocaram como um canal na Ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos. Mas a central do Ligue 180 não serve para ser uma ouvidoria. ”

serviços existem, o próprio Ligue 180 mostra que a maioria das reclamações são relacionadas às delegacias especializadas, que fazem um mau atendimento às mulheres, que atendem de forma inadequada e, muitas vezes, nem sequer querem fazer boletim de ocorrência. Como, num país como este, querem diminuir o acesso das mulheres à informação, à orientação e ao seu empoderamento para sair da situação de violência?

O Ligue 180 tem que ser tratado como um canal de atendimento especializado. Portanto, tem que estar vinculado a políticas públicas para mulheres. Ele não pode estar vinculado a uma ouvidoria, não pode estar vinculado aos direitos humanos. Quem tem expertise para tratar desta política pública são as mulheres, não os outros. É preciso entender a importância da informação e da orientação para a mulher sair da situação de violência. É preciso ser capaz de entender o ciclo da violência, o período em que essa mulher está vivendo essa violência. É preciso ser capaz de entender há quantos anos as ameaças estão sendo feitas.

Então, há uma série de detalhamentos que exigem expertise. Essa expertise existe na Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, não na Ouvidoria do Ministério de Direitos Humanos, no qual juntaram este serviço com o Disque 100 e com vários outros “disques”. Não estou menosprezando esses serviços, pois cada um tem a sua especificidade, mas aqui nós estamos falando de um serviço de atendimento especializado.

O Ligue 180 é uma porta de entrada para as mulheres brasileiras. Então, o movimento de mulheres não aceita que ele seja transformado em uma ouvidoria. Nós queremos que ele, de fato, cumpra a sua função de serviço de porta de entrada para as mulheres, tanto para fazerem denúncia quanto para obterem informação e orientação.

Deputada, na verdade, temos várias questões colocadas com relação à política pública para as mulheres. Primeiramente, o descaso deste Governo com a política pública para as mulheres. Toda política pública é construída com debate — e a própria ex-Ministra Emília Fernandes, nossa eterna Ministra, mencionou que nós

realizamos quatro conferências nacionais.

Então, todas as propostas que estão embutidas no processo de cada eixo do plano nacional vieram exatamente do debate com o movimento de mulheres, com os gestores estaduais e municipais. Portanto, dentro dessa perspectiva é que foi construída.

Em primeiro lugar, houve o fato de tirar poder da Secretaria de Políticas para Mulheres, passando-a para o Ministério

da Justiça; depois, levando-a para Presidência da República; em seguida, para o Ministério dos Direitos Humanos; agora, dentro do Ministério dos Direitos Humanos, ela é uma Secretaria, inclusive com número menor de cargos. É importante dizer isso, porque, na realidade, você está perdendo cargos de pessoas que poderiam ser técnica e politicamente importantes para as estratégias da política para as mulheres.

O Ligue 180 sai do DS4. Nós tínhamos uma coordenação-geral DS4 do Ligue 180 que pensava as estratégias, os encaminhamentos, as campanhas. O 180 não é só um número, como se quer. Não, o 180 é um serviço especializado de uma política pública e com muito recurso. Não era o suficiente, mas nós fizemos um aporte de recursos grande, por quê?

Porque nós já tínhamos o 180 — não sei agora, mas quando o Governo Dilma saiu, em 2016, nós já atendíamos, Deputada, 16 países, e não eram só 2. Eram eles: Argentina, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, França, Guiana Francesa, Holanda, Inglaterra, Itália, Noruega, Luxemburgo, Suíça, Portugal, Uruguai, Paraguai e a Venezuela. O 180 conseguia atender efetivamente as mulheres. Acho que isso é uma primeira coisa.

“Essas mulheres são orientadas a ligar para o 190, para as delegacias, para os centros de referência, para os juizados ou para os serviços especializados, nos Municípios onde há serviço especializado.”

”

Em segundo lugar, ao ser inserido no sistema de ouvidoria, você vai ter a diminuição da estrutura. O 180 foi estruturado e pensado para ter um grupo de gestão que verifica os serviços, para saber se estão atuando bem, se não estão, se eles estão

“ O pior é a questão da diminuição da estrutura num país de dimensão continental ”

ali. Assim, na hora em que a mulher ligasse, a atendente não daria o endereço errado, o telefone errado, o nome de profissional errado.

Nós tínhamos o que chamávamos de grupo de gestão, com atendentes que faziam o atendimento de mulheres no Brasil e, outras atendentes, no exterior.

Então, tínhamos um complexo especializado de atendimento com cada um dentro de suas especificidades. Ele era tocado por uma coordenadora-geral, pela empresa que ganhava a licitação e por uma equipe de técnicos preparados. Nós contávamos com a formação e com a qualificação da maioria dos movimentos de mulheres, do Ministério Público e da assessoria jurídica. Quando o Ligue 180 vai para a ouvidoria, ele acaba diminuindo a sua estrutura, porque ele vai entrar dentro da estrutura de uma ouvidoria. O atendimento é encaminhado pelo ouvidor ou pela ouvidora. Esse é o processo que vai ser estabelecido, e não um caso de urgência e de emergência como muitas vezes tratamos.

O pior é a questão da diminuição da estrutura num país, como a Deputada Erika Kokay mencionou, de dimensão continental, em que a maioria das mulheres que ligam solicitando informação — e temos relatórios anuais a respeito — são de Municípios com população abaixo de 20 mil habitantes, onde não há esses serviços e as mulheres não têm a quem recorrer. Há um elemento importante, Deputada, que é o fato de ela ligar para o 180 e nenhum vizinho vai saber. Ela não vai passar a vergonha de ter que ir à delegacia de um Município pequeno.

Portanto, há todo um processo construído que, se for para a ouvidoria, eu acredito que vai haver uma perda, porque ele vai ser tratado como os outros “Disque”. É claro que serão mantidas

algumas questões especializadas.

Porém, o que nós queremos é um 180 como uma porta de entrada aos serviços especializados de atendimento às mulheres, em que se possam fazer os encaminhamentos da denúncia para o Ministério Público ou para a polícia, com o posterior encaminhamento dessas mulheres para os centros de referência ou para as próprias delegacias. Nós tivemos casos em que as mulheres ligavam e diziam assim:

“Moça, você tem que falar com o delegado, porque ele não aceita; você diz que é a Lei Maria da Penha e ele diz...” Então, é um espaço, Deputada, muito mais de empoderamento e de garantir informação e orientação que nós estamos efetivamente correndo o risco de perder caso fique na ouvidoria.

Por fim, eu acho que é também desempoderar a Secretaria de Políticas para Mulheres. Mesmo que esteja no Ministério dos Direitos Humanos, não é o que nós queremos, não é pelo que nós do movimento de mulheres lutamos. O 180 tem que ser de responsabilidade de quem cuida da política para as mulheres no Governo. Nesse caso, é a Secretaria de Mulheres, não é a ouvidoria.

Marcela Zanatta Ganzarolli Moraes

Enfermeira da Comissão Organizadora do Hospital da
Mulher - CAISM/UNICAMP

31 de outubro de 2018

Escaneie o
QR CODE e assista
a apresentação





Cais

OK

Ganx

ia Mulher

m/UNIC

ologia/

I am a Midw

Midwives Alliance

mana.org



Nós do Hospital da Mulher da UNICAMP estamos muito felizes com o convite para participar desta Tribuna das Mulheres. É com grande alegria que vimos falar de temas de interesse de nós mulheres, para saúde da mulher como população e para as nossas individualidades também.

Hoje é 31 de outubro, dia em que encerramos uma campanha chamada Outubro Rosa, e é sobre isso que nós vamos falar com vocês. Será uma conversa muito breve.

Quando falamos de Outubro Rosa, falamos do cuidado das mulheres para as mulheres de todo o nosso País, a partir da nossa gestão pública, do nosso conhecimento sobre cuidado para as mulheres. Reitero a nossa grande alegria de poder vir aqui hoje, representando o Hospital da Mulher da UNICAMP, para falar sobre o Outubro Rosa.

O Outubro Rosa é uma iniciativa que vem para alertar sobre a prevenção, os riscos, as patogenidades e a condução do câncer de mama. O câncer, basicamente, é um conjunto de células que começa a se proliferar de forma inadequada, e isso se torna um tumor, com diversos agravos à saúde da mulher e, como consequência, à saúde das populações.

É muito importante pensarmos que no nosso País, aos 74 anos de idade, teríamos tido provavelmente algo em torno de 7% de chance de ter desenvolvido um câncer de mama na nossa vida. Muitas de vocês, provavelmente, têm avós, mães, vizinhas ou conhecidas que já desenvolveram essa patologia, pois ela é de incidência bastante alta. Falamos hoje de quase 60 mil casos novos por ano, com uma incidência de 57% para cada 100 mil habitantes, portanto, uma incidência alta.

O Outubro Rosa surgiu nos Estados Unidos, na década de 90, com a ideia de fortalecer as recomendações para auxiliar no diagnóstico precoce do câncer de mama. Basicamente falamos de três pilares importantes, que são: divulgar informações sobre câncer de mama; promover o conhecimento; estimular, na realidade, a postura da mulher em praticar o seu autocuidado e a sua autoavaliação.

É muito fácil nós termos na saúde um péssimo hábito de delegar às outras pessoas o cuidado de nossa saúde, e a campanha do Outubro Rosa vem pedir que as mulheres se olhem, se conheçam, aprendam a amar o seu corpo, aprendam a perceber quais são as alterações, a perceber o que existe de diferente. Não sei se vocês sabem,

mas cerca de 30% das doenças são diagnosticadas pelas próprias mulheres. Então, o Outubro Rosa, além de vir trazer luz sobre a doença do câncer de mama, que é bastante prevalente na população feminina do nosso País, ele vem pedir que as mulheres se olham, se cuidem e se amem mais, além de falar de ações para capacitar os profissionais de saúde e para melhorar a estrutura do serviço de saúde para fazer os testes de rastreamento e diagnóstico.

Agora vamos falar brevemente sobre a epidemiologia dessa doença, porque isso é importante para o nosso próprio cuidado.

A maioria dos casos acontecem em mulheres maiores de 50 anos. Obviamente, as mulheres mais jovens também desenvolvem os CAs de mama, mas é mais raro. Ele é mais comum em mulheres maiores de 50 anos.

Outra informação bastante relevante e diferente do que costumamos acreditar é que apenas cerca de 10% da doença tem relação com a carga genética. Estamos falando de uma doença que existe, sim, estratégias pessoais para a prevenção.

Aqui na saúde falamos sempre da mesma coisa, sempre mais do mesmo. Então, o que aumenta o risco de eu desenvolver um câncer de mama na minha vida? “Já que você disse, Marcela, que, aos 75 anos, todas nós teremos tido cerca de 6% de chance de ter desenvolvido um CA de mama, o que eu posso fazer para diminuir o risco de ter essa doença?” É aí que eu digo sempre ficamos chovendo no molhado: são os hábitos de vida saudáveis, de forma geral, não ter sobrepeso, manter uma alimentação saudável,

“O Outubro Rosa é uma iniciativa que vem para alertar sobre a prevenção, os riscos, as patogenicidades e a condução do câncer de mama.”

praticar atividades físicas e evitar o consumo de álcool.

Sendo assim, o que aumenta o risco também — isso é algo que a mídia divulga muito — é o uso de hormônios. Qualquer tipo de terapia hormonal, seja nas terapias hormonais pós-menopausa, seja nas terapias hormonais para prevenção da gravidez indesejada, todas elas acrescentam risco à chance que vai ter durante a sua vida de desenvolver um CA de mama. As mulheres que têm a menstruação muito precoce e a menopausa mais tardia também têm risco aumentado de desenvolver câncer de mama, bem como as mulheres com gravidez que chamamos — eu não acredito nisso, mas se usa esse termo — de gravidez tardia, aquela que ocorre depois dos 30 anos. Imaginem que se usa o termo “tardia” para depois de 30 anos.

Para mim, é quase uma ofensa, mas o.k. Enfim, na literatura, o que encontramos é que uma gravidez tardia, aquela após os 30 anos, também aumenta o risco da mulher desenvolver um CA de mama.

Em contrapartida, dentro da mesma lógica, como fazemos para prevenir? Eu disse para vocês que apenas 10% das doenças se desenvolvem pura e unicamente por disposição genética. Temos um conjunto da disposição genética e do que a mulher tem no seu ambiente.

Como posso prevenir a ocorrência do câncer de mama na minha vida? Novamente, chovendo no molhado, são hábitos de vida saudáveis, fazer exercícios físicos, uma dieta balanceada, tentar manter o peso dentro do adequado, evitar o consumo de álcool. No nosso hospital da UNICAMP há cuidados muito também, nós trabalhamos em um hospital de mulheres nas áreas de oncologia, neonatologia, obstetrícia e ginecologia. Em Campinas trabalhamos muito com o aleitamento materno, um grande, um imenso fator de proteção que a mulher pode ter para não adquirir o câncer de mama em algum momento da sua vida.

“ A ideia do Outubro Rosa é promover a conscientização dos gestores de saúde, dos profissionais e das próprias mulheres ”

Como dizia, a ideia do Outubro Rosa é promover a conscientização dos gestores de saúde, dos profissionais e das próprias mulheres. Antigamente, nós falávamos muito do autoexame de mamas. Contudo, nós percebemos – e a literatura traz isso – que a mulher acha que o autoexame de mamas é algo para se fazer uma vez por mês. No entanto, todas nós temos no banheiro e no quarto das nossas casas um espelho. Podemos nos olhar todos os dias na hora do banho, podemos nos tocar, podemos ver se existe alguma alteração anatômica, alguma alteração de cor, alguma alteração na pele. Podemos nos tocar e perceber se existem bolinhas ou gânglios nas axilas e no pescoço.

Isso, na verdade, é muito além do autoexame de mamas. Isso é nos olharmos no espelho, nos amarmos e nos cuidarmos enquanto mulheres. É sabermos passar para as outras mulheres, para as nossas filhas, sobrinhas e netas que nós precisamos nos cuidar. Temos que ser protagonista do nosso cuidado, enquanto mulher, e parar de delegar para as outras pessoas. Nós enquanto profissionais da saúde e todos os senhores aqui, como gestores e fazedores das políticas públicas, podemos promover o melhor diagnóstico, o melhor cuidado e o melhor acesso de todos para essas situações da saúde.

Por que é importante isso que estou trazendo para vocês e é o grande cerne do Outubro Rosa, a detecção precoce e o ensino da população? Porque ela é uma doença que quanto mais cedo diagnosticada melhor o prognóstico do tratamento, melhor a chance de sobrevida e de sobrevivência depois da doença. É isso o que dizemos: se conheçam. O nome em inglês é *be breast aware*. Conheça o seu corpo e divulgue essa informação para as pessoas que você conhecer.

“Ah, Marcela, mas a gente queria saber sobre mamografia, porque mamografia é o que todo mundo faz”. Pois é, vejam aqui: deste lado são as mulheres que não fizeram rastreamento com a mamografia e do outro lado são as mulheres que fizeram. Vocês vão perceber que o mesmo número de mulheres morreu. No entanto, deste lado aqui um grande número – que é o azulzinho claro – teve um resultado que não era verdadeiro. Esse o grande problema dos

testes de rastreamento. Então, a mamografia deve sim ser oferecida, mas para a população mais indicada, que hoje são as mulheres entre 50 e 69 anos.

Hoje essa é uma indicação do Ministério da Saúde, é uma informação que divulgamos. Essas mulheres precisam ter acesso à mamografia de rastreamento nessa faixa etária, porque nessa faixa etária a mamografia de rastreamento pode ter um impacto importante no diagnóstico precoce, na sobrevida da doença. Só como exemplo, porque não podemos deixar de fazer propaganda da nossa casa, o nosso hospital, no ano passado, realizou cerca de 48 mil exames de imagem, a maioria deles nas pacientes da oncologia, e mamografias foram 6 mil.

O nosso serviço é um serviço terciário. Ele recebe aquela paciente que viu uma alteração na mama, essa paciente vai para a atenção básica, passa por um exame clínico de mamas por um profissional habilitado — médico ou enfermeiro — e é encaminhada para o nosso serviço. No ano passado, nós fizemos mais de 1,2 mil triagens de casos novos para o câncer de mama. Uma vez que um caso novo é triado, é feito o diagnóstico, essa paciente tem entrada no serviço de saúde, algo extremamente importante. Ano passado, para vocês terem uma ideia, nós fizemos mais de 600 procedimentos cirúrgicos, incluindo reconstrução mamária imediata após a mastectomia radical. É um serviço 100% SUS. Nós temos esse compromisso com o Outubro Rosa não apenas em divulgar a causa, mas também divulgar o trabalho que fazemos na região, para que as mulheres saibam que elas têm esse recurso na região da Grande Campinas.

Finalizando a minha fala, fico muito feliz por ter tido essa oportunidade. Na realidade, estamos falando de educação, de

“Porque ela é uma doença que quanto mais cedo diagnosticada melhor o prognóstico do tratamento, melhor a chance de sobrevida e de sobrevivência depois da doença”

cuidado e de acesso à saúde. Na verdade, no fim do dia, é sobre isso que estamos falando. Mais do que isso, o que nós estamos dizendo é que são mulheres cuidando de mulheres, são gestores públicos cuidando e olhando para as mulheres, são homens também cuidando das mulheres. Somos nós cuidando umas das outras. Quando levamos essa informação, quando propagamos essa informação, quando nos comprometemos com o nosso autocuidado em ensinar as outras mulheres, as outras colegas a também realizarem seu autocuidado com responsabilidade e com autonomia.

É isso. Muito obrigada. Agradeço a oportunidade, Deputada, e à Tribuna Das Mulheres. Espero poder voltar mais vezes para falar sobre os temas do nosso interesse.

Obviamente que com a aprovação de qualquer emenda parlamentar que restrinja recurso, especialmente quando falamos de formação e capacitação de profissionais da saúde, temos consequências magistrais.

Os profissionais da saúde no Brasil hoje têm uma formação extremamente heterogênea. Há profissionais formados em escolas boas e ruins, profissionais formados por professores bons e ruins e uma heterogeneidade muito grande, inclusive nas condutas, e qualquer tipo de restrição orçamentária, em termos de educação e saúde, tem um impacto enorme.

No nosso hospital, eu sou responsável por toda a capacitação. Por isso, eu digo com muita segurança que a formação é muito diferente. E, supondo que a população não tem acesso global, universal e democrático à mamografia, nós dependemos muito do profissional que está na ponta da assistência, na atenção básica, que ele saiba fazer diagnósticos de alterações. Ele não precisa saber fazer grandes diagnósticos, mas precisa saber observar a alteração. Falo dos médicos e dos profissionais da enfermagem,

“Os profissionais precisam saber atender à população no nível da atenção básica, que é onde a população chega com as queixas principais”

imaginando que não há, de forma democrática e homogênea, o acesso aos exames de imagem mais complexos.

Então, os profissionais precisam saber atender à população no nível da atenção básica, que é onde a população chega com as queixas principais. Portanto, faz sentido. Nós precisamos, sim, trabalhar em estratégias globais de capacitação.

Existem formas que outros países já usaram para trabalhar não só a capacitação pessoa a pessoa com cursos a distância, com tele-educação, de modo a que se consiga chegar ao profissional que está mais distante, ter os seus facilitadores no Brasil todo, imaginando toda a grandeza e todas as diferenças culturais que nós temos em cada cantinho deste País.

Em relação à vacina contra o HPV, nós falamos do câncer de colo de útero principalmente. Do ponto de vista epidemiológico, o melhor resultado para a vacinação é nas crianças aos 9 anos de idade. Como toda vacina, nós sabemos que ela tem um custo biológico também para o organismo que a recebe. Então, temos que pesar o custo-benefício. Do ponto de vista estatístico epidemiológico, entendeu-se que o resultado dela é melhor se feito nessa faixa etária. A vacina não vai prevenir contra todos os tipos de infecção do HPV, mas prevenir contra as infecções com maior potencial carcinogênico, como falamos, de virarem futuramente alterações celulares que possam virar câncer de colo de útero.

Em relação aos 74 anos, essa é uma estimativa que a Organização Mundial da Saúde faz. Para cada país, ela diz: “Aos 74 anos, você teve x% de chance de ter tal doença”. Essa é uma idade também jogada a uma matriz matemática. Nós podemos dizer hoje que, aos 74 anos, as mulheres brasileiras têm cerca de 6% de chance de ter desenvolvido; as norte-americanas, 10%, para se ter uma ideia, e elas não têm o SUS para ajudar a fazer o rastreamento. No Brasil, varia um pouco de região para região, mas, de forma geral, nós vamos ter, aos 74 anos, 6% de chance de ter apresentado ou de ainda apresentar uma patologia. Especificamente, estou falando do câncer de mama. Para os outros tipos de câncer, cada doença vai ter o seu número específico.

Eu faço uma observação, Deputada, em relação a isso, porque nós falamos de exames epidemiológicos de grandes populações. E aquele estudo não é brasileiro, é norte-americano. Então, quando dizemos que é melhor fazer a partir dos 50 anos, o que eu entendo? Entendo que estou em uma população que tem o acesso garantido ao teste de rastreamento e, na sequência, também o acesso garantido ao tratamento precoce. Possivelmente, aqui no nosso País, se nós colocarmos esse ponto de corte para 50 anos, eu vou ter um atraso ainda maior. Imagino que essa seja uma das batalhas da Deputada em relação ao projeto de lei, à emenda que a Deputada estava mencionando.

Então, qualquer alteração em qual seria esse ponto de corte eu acho que seria importante uma discussão mais ampla com os determinadores das políticas públicas de saúde, observando as características de todo o nosso País, de todas as grandes regiões do Brasil.

Muitas vezes eu digo: numa população que tem um acesso garantido ao rastreamento, à conduta rápida, ao tratamento, à reconstrução, ao pós-operatório, eu posso, do ponto de vista epidemiológico, fazer essa mamografia, a partir dos 50 anos, a cada 2 anos; mas, na população em que não conseguimos garantir esse acesso e especialmente não conseguimos garantir o acesso ao tratamento e ao serviço terciário de saúde, nós provavelmente falamos de atraso.

Jackeline Aparecida Ferreira Romio

Doutora em demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP)

7 de novembro de 2018





Muito obrigada pelo convite para estar aqui. Gostaria de agradecer a Josiane Lima dos Santos, da Comissão da Mulher, a Deputada Ana Perugini, pela oportunidade, e a todas vocês, maravilhosas, pela iniciativa de ter um momento de discussão sobre os temas das mulheres.

O que eu vou apresentar aqui é basicamente a minha pesquisa de doutorado. Eu fiz doutorado na área de demografia, pensando que existe uma mortalidade específica que afeta a mulher por suas condições e desigualdades que enfrenta no dia a dia no Brasil. Essas desigualdades são tanto pela questão da exploração dos seus direitos sexuais e reprodutivos quanto por violência doméstica e das diferenciações que sofre no seu cotidiano por suas condições, na família, dentro das relações conjugais.

Eu desenvolvi uma metodologia com dados secundários da área de saúde para analisar isso, pensando que a mortalidade por violência doméstica, familiar e sexual contra mulheres, no Brasil, é para as mulheres, de 15 a 49 anos, a segunda causa de morte, portanto, uma causa importante para que nós trabalhemos através de políticas públicas que sejam planejadas e averiguadas por indicadores que demonstrem a realidade do fenômeno no Brasil como um todo, como acontece nos Municípios, de acordo com cada ciclo de vida. Eu vou demonstrar um pouco isso e tentar diferenciar por que é importante uma lei específica que puna os feminicídios, e como se diferenciam do homicídio doloso comum.

Essa é uma perspectiva que eu utilizei, que analisa a questão do monopólio masculino das armas, a subequipagem das mulheres, a questão das violências, quando nós entendemos a questão da violência urbana, por exemplo. Esse entendimento é dominado por uma concepção e imagens do homem. Então, nós imaginamos a guerra como uma coisa que acontece para o homem, mas em todos esses contextos nós temos mulheres na linha de frente, tanto das guerras quanto das violências urbanas, e isso deve ser levado em consideração quando analisamos a questão da violência contra a mulher.

Há várias teóricas que defenderam a questão do feminicídio como uma questão a ser tratada pelo Estado, não só das relações interpessoais. Existe uma tendência também para entender a violência contra a mulher só no âmbito interpessoal, mas também existem leis.

Eu vou ler aqui um pedacinho do que entende Marcela Lagarde

sobre o feminicídio: “O feminicídio é o genocídio contra as mulheres e acontece quando as condições históricas geram práticas sociais que permitem atentados violentos contra a integridade, a saúde, a liberdade e a vida de meninas e mulheres”. Lagarde disse: “Quando o Estado e suas autoridades designadas para prevenir e erradicar estes crimes agem de maneira negligente, ineficiente e preconceituosa, e coexiste na sociedade uma cegueira de gênero ou preconceitos sexistas e misóginos sobre as mulheres, se cria a condição para a existência de feminicídio e que este passa a ser um crime de Estado”.

Então, o próprio Estado, não empregando leis que coíbam as várias formas de violência contra mulheres, gera um ambiente favorável para que ocorram mais feminicídios. É o que nós estamos enfrentando hoje. E, apesar de haver leis, é necessária a aplicabilidade dessas leis, e que os legisladores forcem a interpretação dessas leis e as apliquem, porque senão viram leis apenas de papel, como todos vocês que trabalham nessa área sabem. Existem leis que não têm aplicabilidade. A Lei do Feminicídio tem aplicabilidade e diminui o índice de mortalidade contra as mulheres.

Nós, no Brasil, fomos o número 16 na aplicação dessa lei. O último foi o Uruguai, em 2017. Então, já temos 17 países.

Esse eslaide mostra o esquema que fiz sobre o tema. Na área da segurança pública não há muitos dados sobre violência contra as mulheres, e existe também uma subnotificação. Então, como fazer um estudo de mortalidade com dados que não existem? Nós temos que procurar dados secundários para conseguir demonstrar isso. E, através dos estudos demográficos, nós já temos toda uma estrutura de dados e tipos de análise de mortalidade através de dados da saúde, principalmente da declaração de óbito. Faltava encontrar aspectos que revelassem as questões específicas das mulheres. Eu separei as declarações de óbito, que é o SIM – Sistema Integrado de Mortalidade, os estudos sobre o Sistema de Internação Hospitalar e o SINAN, que já tem a ficha de notificação compulsória da violência sexual e doméstica contra as mulheres.

Então, o que eu fiz? Todos esses documentos têm a morte como uma das categorias. O Sistema de Informações de Mortalidade já é, em si, a captura da mortalidade. Algumas internações por violência física contra mulheres acabam em morte – eu também estudei esses tipos de morte –, e o SINAN também captura violência doméstica e sexual, e o

encaminhamento dessa notificação, em alguns casos, é a morte da mulher. Eu também fiz estudos através desses documentos.

Eu criei uma nova tipificação para estudar os feminicídios da seguinte forma: feminicídio sexual, como as mortes por agressão física de meio sexual, que já são notificadas como uma categoria da saúde, dentro da classificação internacional de doenças; feminicídio doméstico, entendendo que existe o aspecto do ambiente familiar, previsto na Lei Maria da Penha, como um constitutivo dessa criminalidade de gênero e também as relações familiares e conjugais; e feminicídio reprodutivo, como sendo as mortes indiretas de mulheres causadas pelo aborto. Então, seria outra mortalidade da mulher evitável e que deve ser entendida como feminicídio pelo grau epidemiológico mesmo que tem ocorrido no Brasil.

Eu vou mostrar agora que geralmente os estudos de violência delimitam a idade de 15 a 49 anos como uma idade de alta mortalidade por violência, tanto para homens quanto para mulheres. E muitas pessoas falam assim: “Ah não, mas o homicídio é maior para o homem do que para a mulher”.

Esse eslaide mostra a mortalidade do homem, de 15 a 49 anos de idade — mortes por causas externas. Para mulheres de 15 a 49 anos de idade, é essa linha aqui. Agora eu estou chegando quase a 60% dos casos de mortalidade para homens de 15 a 49 anos de idade, sendo mortes por causas externas. Mas, em relação à mulher, se vocês observarem, em 2014, temos a segunda causa de morte proporcional, desagregando todas as causas de morte. Então, o peso das mortes por violência é altíssimo para os homens, mas já é muito significativo para as mulheres jovens.

Essa é uma justificativa para entender também por que estudar

“O feminicídio é o genocídio contra mulheres e ocorre quando as condições históricas geram práticas sociais que permitem atentados violentos contra a integridade, a saúde, as liberdades e a vida das meninas e mulheres”

a questão da violência contra a mulher, o feminicídio, mesmo sendo, em número volumétrico, menor do que o dos homens. E cerca de 10% dos homicídios gerais são de mulheres, mas só que o peso proporcional para o tipo de mortalidade das mulheres é relevante para fazer algo, porque realmente, como vocês podem ver aqui, nessa idade disputa a causa de morte, o tipo de mortalidade.

Então, temos aqui a questão de diferenciar. Por que se diferenciar, então, o homicídio do feminicídio? Esses dois casos são mortes proporcionais de homens de 15 a 49 anos de idade, e ali os de mulheres. Trata-se de proporcionalidades.

Então, vemos que o tipo de morte do homem é diferente do tipo da mulher, porque o tipo dos homens praticamente vai chegar a 80% das mortes por agressão, sendo por meio de armas de fogo. Essa é uma realidade que vai aumentar, é uma preocupação que nós temos que ter com o impacto das mortes por armas de fogo no Brasil. Então, praticamente 80% das mortes por agressão física de homens de 15 a 49 anos de idade ocorrem por armas de fogo.

Agora, vamos ver o caso feminino. Quanto às armas de fogo, a proporção é constante, é praticamente 50% a 55% durante todo o período analisado. Então, o que faz crescer a mortalidade feminina? O que faz com que ela se diferencie? Encontramos as mortes por enforcamento, as mortes por faca e por meio de força corporal. Aparece uma segunda variável, que é a que eu defendo na minha tese, que é a expressão mínima do feminicídio, que são as mortes por meio de agressão sexual, que correspondem a cerca de 5% dessas mortes, que não aparecem para o caso masculino, mas aparecem para crianças e adolescentes, por conta de questões de tutela. E não aparecem com a mesma força entre homens e mulheres, sendo um tipo de morte específica da mulher.

Vemos aqui a incidência de mortes por agressão por meio sexual. Isso tudo é do SINAN, é uma categoria da classificação internacional de doenças. Então, é uma classificação internacional, não é uma invenção brasileira, mas, sim, uma norma da OMS, para se identificar as mortes por agressão. Isso não tem nada a ver com o registro policial. Esses são registros da saúde pública.

Então, vemos que a coluna vermelha representa as mulheres, em praticamente todas as faixas etárias que eu analisei. Eu analisei crianças e adolescentes de zero a 14 anos de idade, as mulheres em período reprodutivo de 15 a 49 anos de idade e as de 50 anos de idade

ou mais, que, no estudo de ciclo de vida, são mulheres que já passaram do período reprodutivo e já estão na condição de mulheres idosas e mais velhas. Então, aqui vemos uma alta proporção de meninas, mas também aparecem alguns meninos, do sexo masculino, na faixa de 15 a 49 anos. Nós poderíamos interpretar que, de repente, são mulheres trans, classificadas biologicamente como homens na categoria biológica, não na categoria de gênero, ou mesmo crimes sexuais contra a população LGBTQI.

“ Quanto às armas de fogo, a proporção é constante, é praticamente 50% a 55% durante todo o período analisado. ”

Então, é um dado a ser revelado, que também tem um certo impacto para descobrirmos que população de homens é essa.

E na outra fase, dos 50 anos de idade ou mais, em que nós não esperamos que se sofra violência sexual, estupro seguido de morte, também encontramos uma população.

Aqui procuramos entender a questão do feminicídio reprodutivo. Nós temos uma porcentagem de meninas de zero a 14 anos de idade que morreram por aborto. Isso significa uma forma híbrida de feminicídio, porque as meninas de zero a 14 anos de idade estariam protegidas pelo ECA. As relações sexuais poderiam ser interpretadas como estupro de vulnerável. E o estupro é uma categoria criminal que autoriza o aborto em alguns casos. Nós temos categorias de aborto permitidas por lei, e essa seria uma. Então, é uma negligência do Estado o fato de não atenderem essas 318 meninas que estavam em situação de gravidez, parto ou aborto e morreram por isso. O que ocorreu que não atenderam, não localizaram e não trataram essas meninas de zero a 14 anos de idade? Então, eu trago isso como uma questão específica de gênero para fazermos uma reflexão.

Tenho aqui um mapa. Eu juntei todos os óbitos de 2009 a 2014, os registros de mortes por aborto por Município, para entender a dispersão nacional desses fenômenos. Aí vemos que, embora as mortes por aborto não atinjam todos os Municípios, elas se espalham por todas as regiões. Então, nós temos mortes por aborto em todas as regiões do Brasil, sendo que algumas regiões apresentaram índices maiores. Eu acho que ali é São Paulo e Rio de Janeiro. Aqui eu acho que é Brasília,

não tenho certeza. Houve cinco Municípios que registraram mais, mas eu não sei exatamente, eu não estudei, se foi o caso de ter um registro mais apurado ou se realmente são Municípios que tiveram mais mortes. E também grandes capitais acabam atraindo os registros de mortes para elas, porque têm um serviço de saúde mais bem arranjado e acabam registrando mais óbitos. Também há esse fenômeno. Enfim, temos óbitos por aborto em todas as regiões do Brasil. Poderíamos analisar se fôssemos a cada um desses Municípios e entendêssemos o que acontece nesses Municípios que registraram óbitos por aborto.

Temos aqui óbitos de mulheres que ocorreram dentro do domicílio. É a maioria. Está espalhado em todo o território nacional. Temos diversas manchas. Isso constitui uma epidemia. Então, temos que tratá-la de forma séria e grave, da forma como realmente ela é.

Este último caso é o das mortes que eu falo que é o mínimo indicador de feminicídios. São as mortes por agressão física por meio sexual.

Elas não ocorreram em todo o território nacional. Vocês veem aqui as manchinhas, certo? São Municípios que registraram essas mortes. No geral esses Municípios são Capitais, o que pode significar que o ambiente de disputa de gênero nas Capitais tenha como um componente de opressão para a mulher a violência sexual, que gera mortes.

Aqui temos a taxa de mortalidade feminina por agressão física, segundo raça/cor. Temos também um agravante: a maior parte das vítimas de feminicídio, além de ser pobre, morar nas Capitais, porque acontecem mais mortes nas Capitais do que nos interiores, e vir da periferia, é negra ou indígena. O índice tanto da mulher negra quanto da indígena é o dobro do que acontece com as mulheres brancas, a ponto de que a curva da mortalidade por agressão, quando se analisa a questão da raça/cor, demonstra que os óbitos não estão abaixando uniformemente, estão crescendo para as mulheres negras e indígenas e diminuindo para as mulheres brancas.

Essa interpretação significa que talvez as políticas universais deveriam também ter eixos específicos para conseguir contemplar mulheres negras e indígenas que não estão sendo atendidas por essas políticas universais. Então, é mais uma ideia para pensar em políticas de segurança e saúde pública que sejam específicas e direcionadas para mulheres negras e indígenas, para corrigir essa tendência de queda só

para mulheres brancas. Assim talvez elas sejam mais bem atendidas nas delegacias, tenham todo um serviço de apoio e assistência diferenciado e se sintam mais contempladas pelas campanhas de violência contra a mulher. Devemos pensar nisso.

Esse eslaide eu não vou explicar. Só vou falar mais uma coisinha. No mestrado eu fiz uma análise com base em boletins de ocorrência para entender por que seria importante aplicar o feminicídio como uma punição acrescentada, diferentemente do homicídio doloso. O que eu fiz? Eu peguei todos os boletins de ocorrência de homicídios de mulheres na Capital de São Paulo, no Município de São Paulo. Encontrei 205 óbitos e, entre esses homicídios, também encontrei 165 óbitos classificados como de natureza dolosa e 40 casos como homicídio doloso qualificado.

Quando aplicamos os entendimentos do feminicídio, que seria o homicídio qualificado — e é uma questão penal, ou seja, a pena é maior do que a do homicídio doloso simples —, estudando os 165 casos de crimes dolosos, encontramos mais 42 casos entre esses dolosos, cujo tipo de relação entre vítima e agressor era de contexto doméstico ou familiar — companheiros, cunhados, enteados, esposas, esposos, filhos, irmãos e namorados —, que constituiria o feminicídio pelo tipo de relação entre agressor e vítima.

Ali, só na classificação primária de homicídios dolosos e qualificados, sem interpretar o feminicídio, nós perderíamos 42 casos que deveriam ser diretamente já classificados como feminicídios, e, por isso, um tipo de investigação diferente e um tipo de penalidade aumentada.

Comparando a questão do homicídio doloso simples com o qualificado, encontramos entre eles uma questão que caracterizaria o feminicídio, que é a presença de violência sexual. Aqui encontramos entre os casos de homicídios dolosos mais quatro casos que tiveram violência sexual, que deveriam ser interpretados como feminicídios pelas suas características: relação entre vítima e agressor e a presença da violência sexual. Houve sobreposição de um caso em que o agressor,

“ Nós temos mortes por aborto em todas as regiões do Brasil, sendo que algumas regiões apresentaram índices maiores ”

”

além de ser o companheiro, também praticou a violência sexual. Acrescentaríamos 45 casos àqueles iniciais 40 casos classificados como qualificados. Nós teríamos um total de 85 feminicídios, não só os 40 iniciais, que seriam interpretados como qualificados. E poderíamos acrescentar esses 45 casos que seriam interpretados com punição diferenciada de um homicídio convencional.

Vou parar por aqui, para vocês poderem conversar também. Mas vou finalizar com a seguinte pergunta: qual é a importância de classificação penal do feminicídio? Ele não retira o homicídio, nem é comparável ao homicídio. O feminicídio é um homicídio qualificado pelas questões de gênero, que são as relações interpessoais, do tipo intrafamiliar e conjugal, e por outros tipos conhecidos que configuram a partir da violência sexual presentes nos casos. Além disso, temos a questão da mutilação dos corpos. A análise de muitos desses casos pelo DATASIM e pelo SINAN mostra a quantidade de golpes de faca. Não se trata de um golpe ou dois. São vários, múltiplos, que caracterizam o ódio impregnado nessa matança de mulheres.

Em que a Lei do Feminicídio contribui? No âmbito penal, contribui, nos casos de outras mulheres que, de repente, não tenham o mesmo acesso à Justiça — casos que já foram classificados como qualificados —, para que os seus agressores recebam punições iguais. Isso traz igualdade no julgamento para mulheres pobres e negras que talvez já tenham sido empurradas para aquele grupo de homicídios dolosos. Assim elas teriam o direito de ter, se a punição fosse igual para todas, o mesmo tipo de penalidade para os seus agressores que outras mulheres que têm acesso à Justiça diferenciado e que já estão entre os casos qualificados.

Isso é importantíssimo. Não é o contrário. O homicídio não é o contrário de feminicídio. Na verdade o feminicídio é um tipo qualificado de homicídio, através das suas características de opressão à condição feminina. Há outros casos de homicídio que são qualificados, como o parricídio, o infanticídio, que não deixam de ser homicídios por isso.

Eu gostaria de frisar e reforçar isto: homicídio e feminicídio não são inversos nem opostos. Na verdade são complementares. Eles exemplificam tipos de violência diferenciados que devem ser analisados de forma diferenciada para surtir efeito.

Eu termino por aqui.

COMISSÃO DE
DEFESA DOS
DIREITOS DA
MULHER



ANA PERUGINI

PT/SP

PRESIDENTA



LUIZIANNE LINS

PT/CE

1ª VICE-PRESIDENTA



LAURA CARNEIRO

DEM/RJ

2ª VICE-PRESIDENTA



ZENAIDE MAIA

PHS/RN

3ª VICE-PRESIDENTA



CARMEN ZANOTTO
PPS/SC



DÂMINA PEREIRA
PODE/MG



ELCIONE BARBALHO
MDB/PA



GORETE PEREIRA
PR/CE



JANETE CAPIBERIBE
PSB/AP



JÔ MORAES
PCDoB/MG

MEMBROS



KEIKO OTA
PSB/SP



LUANA COSTA
PSC/MA



MARIA HELENA
MDB/RR



NORMA AYUB
DEM/ES



RAQUEL MUNIZ
PSD/MG



ROSANGELA GOMES
PRB/RJ

MEMBROS



VICENTINHO
PT/SP



YEDA CRUSIUS
PSDB/RS

SUPLENTES



BENEDITA DA SILVA
PT/RJ



CARLOS GAGUM
DEM/TO



CHRISTIANE YARED
PR/PR



DIEGO GARCIA
PODE/PR



ERIKA KOKAY
PT/DF



FLÁVIA MORAIS
PDT/GO



PROFESSORA MARCIVANIA
PCDoB/AP



TIA ERON
PRB/BA



MARCOS REATEGUI
PSD/AP



FLAVINHO
PSC/SP

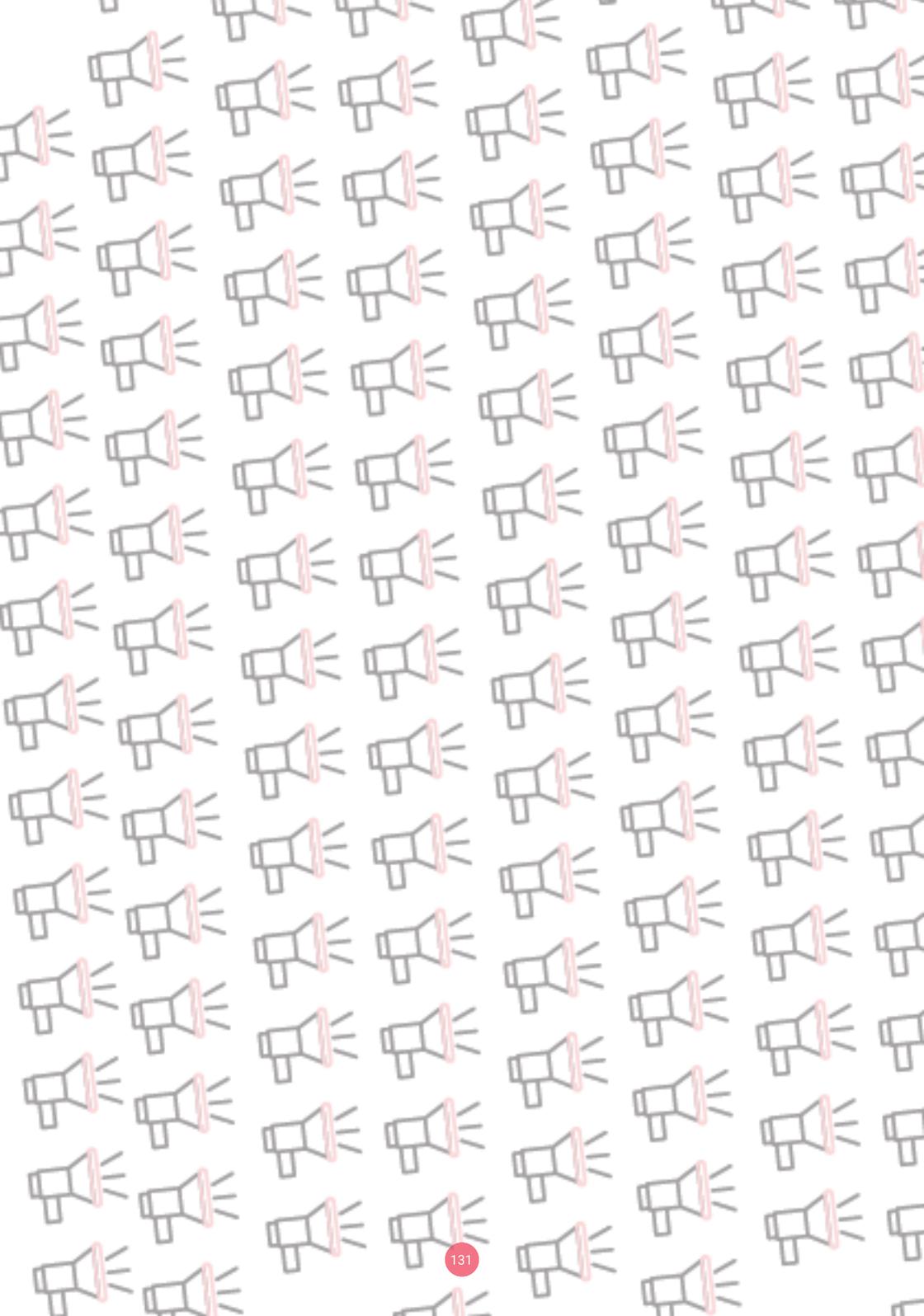


JEAN WYLLYS
PSOL/RJ



**Comissão de
Defesa dos Direitos
da Mulher**







Comissão de
Defesa dos Direitos
da Mulher

